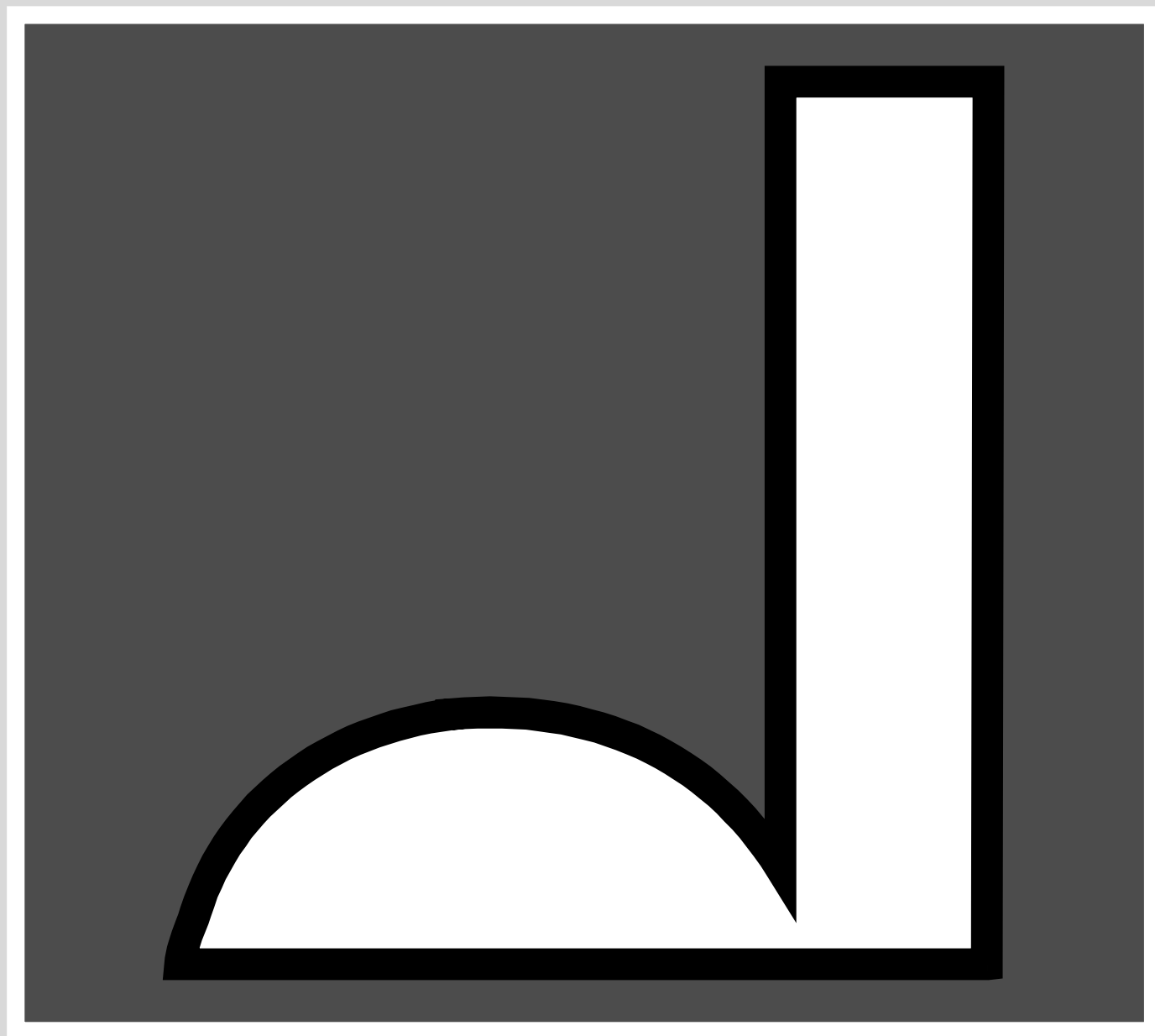




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 045 - SEXTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 37ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE ABRIL DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo dos Oradores da Hora do Expediente, que será dedicado a comemorar o aniversário de Brasília, nos termos do Requerimento nº 157, de 2001, de autoria do Senador Valmir Amaral e outros Senhores Senadores. 06636

1.2.2 – Orador

Senador Valmir Amaral 06636

Fala associativa da Presidência (Senador Edison Lobão)

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MAGUITO VILELA – Homenagem a Brasília, pelo transcurso dos 41 anos de sua fundação. Aplauso ao Exército brasileiro, cujo dia comemora-se hoje. 06637

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Associa-se às homenagens prestadas ao Exército brasileiro. 06641

SENADOR RICARDO SANTOS – Importância estratégica do Porto de Barra do Riacho, em Aracruz – ES, para a política de comércio exterior brasileiro. 06641

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Leitura do Manifesto da Grande Loja Maçônica de Roraima, apoiando a instalação do Pelotão de Fronteira em Iramutã – RR. 06644

SENADOR PAULO HARTUNG – Apreensão com o rumo da política monetária adotada pelo Banco Central. 06647

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Repúdio à pesquisa realizada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, sobre a possibilidade de cassação dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Expectativa pela reunião na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na próxima 4ª feira, para ouvir o depoimento do Senhor Jacques Guilbaud. 06648

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Saudação de recepção ao Deputado Shi Quan,

acompanhada da delegação parlamentar da China. 06649

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 16, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, que cria a Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional e de Agricultura no Senado Federal. 06649

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 16, de 2001, lido anteriormente. 06651

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2001, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Associação de Livre Comércio das Américas pelo prazo de vinte anos. À Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que terá o prazo de 15 dias para emitir seu relatório e, posteriormente, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 06651

1.2.7 – Ofício

Nº 74/2001, de 29 de março do corrente ano, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.143-31, de 2001. 06653

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 1.112/2001, de 16 do corrente, encaminhando as contas prestadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados, referentes ao exercício financeiro de 2000. Ao Tribunal de Contas da União (**Ofício CN nº 4, de 2001**). 06653

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (nº 4.751/94, na Casa de origem), que cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e dá outras providências. **Aprovado com emenda**, após leitura do **Parecer nº 180-CCJ**, tendo usado da pa-

lavra o Sr. Osmar Dias. À Comissão Diretora para redação final. 06653

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (**Parecer nº 181, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À sanção. 06656

1.3.1 – Fala da Presidência

Presença na Casa dos Srs. Parlamentares do Estado do Maranhão, liderada pelo Presidente daquela Casa, Deputado Manoel Ribeiro. 06658

1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1996, tendo como 1º signatário o Senador Waldeck Ornelas, que acresce § 5º ao art. 64 da Constituição Federal, com o seguinte teor: Art. 64 § 5º: "Terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interfiram nas relações federativas". **Não houve oradores** no primeiro dia de discussão, em segundo turno. 06658

Item 3 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Nabor Júnior, que altera o § 6º do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de Presidente da República, de Governadores de Estado e do Distrito Federal e de Prefeitos). **Não houve oradores** no primeiro dia de discussão, em primeiro turno. 06658

Item 4 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Jefferson Péres, que modifica o § 6º do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a obrigação de renunciar seis meses antes do pleito, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos, quando concorrem à reeleição). **Não houve oradores** no primeiro dia de discussão, em primeiro turno. 06658

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 1999 (nº 161/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Birigui Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 06659

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 1999 (**Parecer nº 182, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 06659

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 1999 (nº 131/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jales, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 06659

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 1999 (**Parecer nº 183, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 06660

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2000 (nº 291/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Canoa Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarau do Tietê, Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 06660

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2000 (**Parecer nº 184, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 06660

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2000 (nº 294/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Guarani para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 06661

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1999 (**Parecer nº 185, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 06661

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2000 (nº 20/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Minas Gerais – Rádio Inconfidência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 06662

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1999 (**Parecer nº 186, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação. 06662

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2000 (nº 94/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Litoral Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Pa-

ulo. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.....	06663	cional do Índio. Elogios à atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.....	06675
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1999 (Parecer nº 187, de 2001-CDIR). Aprovada. À promulgação.	06663	SENADOR MAURO MIRANDA – Elogios à atuação do atual Governo do Distrito Federal.....	06678
Item 11		SENADORA MARLUCE PINTO – Reflexões sobre a necessidade de política governamental destinada ao atendimento das comunidades indígenas. Importância da atuação do Exército brasileiro na região da Amazônia brasileira.....	06680
Requerimento nº 20, de 2001, do Senador Roberto Requião, solicitando que o Projeto de Resolução nº 57, de 2000, seja desapensado do Projeto de Resolução nº 81, de 1999, de forma a retomar sua tramitação autônoma. Aprovado. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.	06663	O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Associa-se às homenagens do Dia do Índio.	06683
Item 12		SENADOR EDUARDO SUPLICY – Críticas ao afastamento do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães da presidência do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais.....	06683
Requerimento nº 129, de 2001, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando, nos termos regimentais, que o Projeto de Resolução nº 7, de 2001, seja desapensado do Projeto de Resolução nº 81, de 1999, de forma a retomar sua tramitação própria. Aprovado, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Siqueira Campos. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.	06664	1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação	
Item 13		SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Considerações sobre o papel do CNPq no fomento da pesquisa científica no Brasil.	06686
Requerimento nº 151, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000, por regularem a mesma matéria. Aprovado. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.....	06664	SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Apoio ao combate do custo abusivo dos medicamentos por intermédio dos genéricos e da reativação do Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais – PPPM, do Ministério da Saúde.....	06687
1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia		SENADOR ADEMIR ANDRADE – Defesa da integração do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, paralela ao fortalecimento do Mercosul.	06690
SENADOR AMIR LANDO – Considerações sobre as dificuldades para o desenvolvimento socioeconômico da região amazônica.	06664	SENADOR EDISON LOBÃO – Apelo para celeridade na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, de autoria de S. Ex ^a , que pleiteia o aproveitamento efetivo das energias alternativas.	06692
SENADOR ROMERO JUCÁ – Assunção de S. Ex ^a como Líder do Governo, em virtude do afastamento temporário do Senador José Roberto Arruda.	06668	1.4 – ENCERRAMENTO	
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Regozijo pelo retorno do Prefeito César Maia aos quadros do Partido da Frente Liberal – PFL.	06671	2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Homenagens pelo transcurso, hoje, do Dia Nacional do Índio. Registro do 5º aniversário do Massacre de Eldorado do Carajás.	06673	Nºs 745 a 747, de 2001.	06694
SENADOR TIÃO VIANA – Congratulações à população indígena pelo transcurso do Dia Na-		3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
		Nº 47, de 2001.	06697
		4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
		5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 37ª Sessão Deliberativa Ordinária em 19 de abril de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Edison Lobão, da Sra. Marluce Pinto
e do Sr. Mauro Miranda*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Álvaro Dias – Amir Lando –
Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães
– Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello
Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos
Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner –
Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduar-
do Suplicy – Francelino Pereira – Freitas Neto – Ge-
raldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo –
Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Bor-
ges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Re-
zende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João
Alberto Souza – Jorge Bornhausen – José Agripino
– José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra
– José Fogaça – José Roberto Arruda – Juvêncio da
Fonseca – Lauro Campos – Lúcio Alcântara – Lúdio
Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela
– Maria do Carmo Alves – Marluce Pinto – Mauro
Miranda – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior –
Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung
– Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez
Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Rober-
to Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino –
Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha –
Tasso Rosado – Tião Viana – Valmir Amaral – Wal-
deck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de
presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Sena-
dores. Havendo número regimental, declaro aberta a
sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos tra-
balhos.

O tempo dos oradores da Hora do Expediente, da
presente sessão, será dedicado a comemorar o aniver-
sário de Brasília, nos termos do Requerimento nº 157,
de 2001, de autoria do Senador Valmir Amaral e outros
Srs. Senadores.

Para homenagear a cidade, concedo inicialmente
a palavra ao Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Pronuncia
o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Sena-
dores; Sr. Embaixador da Hungria; Sr. Embaixador da
Polônia; Sr. Ministro Júlio Aguiar, da Embaixada do Uru-
guai; Sr. Mário Miranda, representante da Embaixada
de Portugal; Sr. Antônio Augusto Veloso, Superinten-
dente da Confederação Nacional das Instituições Fi-
nanceiras; Sr^{as} e Srs. Diretores; minhas senhoras e
meus senhores, é com entusiasmo e alegria que venho
à tribuna na manhã de hoje.

Não o faço por obrigação. Tampouco o faço para
aparecer nos jornais ou na televisão. O que me motiva é
a comemoração de mais um aniversário de Brasília, ci-
dade que vai mostrando todo seu esplendor, ao comple-
tar 41 anos de existência.

Na história da vida das cidades, 41 anos é muito
pouco. Na história das grandes capitais, esse tempo é
quase nada. Basta lembrarmos capitais milenares,
como Roma, Atenas, Bagdá. São cidades de inegável
beleza e resplendor. Mas tiveram um longo tempo para
se tornarem belas.

O que admira em Brasília é ela revelar sua beleza
em tão pouco tempo. Seus extensos gramados, seus
palácios de linhas modernas, sua arrojada concepção
urbanística, a amplitude de seu horizonte. Tudo isso en-
canta qualquer um à primeira vista, ao primeiro olhar,
logo na primeira vez que vem a Brasília.

Confesso, Sr. Presidente e caros Colegas, que sou
um apaixonado por Brasília. Não nasci aqui, mas isso
pouco importa. Brasília é minha cidade por adoção. Não
se pode escolher a cidade onde nascer. Por isso, ama-
mos a cidade natal quase automaticamente. Mas pode-
mos escolher a cidade onde queremos morar, e a essa
amamos com toda a nossa força. É assim que amo Bra-
sília, com devoção, com fervor, de todo o coração.

Aqui tenho todas as referências de minha vida,
desde quando cheguei, ainda pequeno, nos braços de
minha mãe. Aqui estudei, formei-me, constituí família.
Meu trabalho está aqui. Meus amigos estão aqui. E,
agora, estou tendo a máxima satisfação que alguém
pode ter com sua cidade ou com seu Estado. Estou ten-

do a oportunidade de representar a nesta Casa, no honroso mandato de Senador que ora desempenho.

Disse que cheguei a Brasília ainda pequeno. Meu pai veio para cá ajudar a construir a cidade. Foi mais um, entre milhares de pioneiros, que acreditaram no sonho de um homem determinado, audacioso, tomado pela obsessão de integrar o Brasil "por dentro", como dizia. Sabem que falo de Juscelino Kubitschek, esse brasileiro notável, que deu realidade ao sonho de Dom Bosco e teve a audácia de construir, em pleno chão bruto do cerrado, a nova Capital dos brasileiros.

Não foram poucas as resistências que encontrou Juscelino para mudar a Capital do País. Era natural que o Rio de Janeiro não quisesse perder o posto de Distrito Federal. Os políticos da oposição engrossavam o coro dos descontentes com a mudança. O Presidente JK, com seu destacado espírito democrático, sabia que, num Estado de Direito, não se passa por cima das leis. Era necessário vencer a resistência do Congresso Nacional.

Hoje, estivesse vivo, o idealizador de Brasília teria vastos gramados, canteiros floridos, árvores frondosas. Veria superquadras pontilhadas de prédios, edifícios suntuosos despontando no setor central, os vazios do Plano Piloto sendo rapidamente preenchidos por casas, mansões, construções. Veria novos setores, novas vias, novos empreendimentos aparecendo em várias direções.

Brasília não é apenas a cidade modernista nascida da genialidade de Lúcio Costa e da criatividade de Oscar Niemeyer. É um marco na história de nosso País. É o ponto mais concreto de um projeto de integração nacional. O plano de Juscelino era rasgar um cruzeiro de estradas, dos quatro pontos cardeais, tendo por base Brasília. Ela seria o símbolo dessa jornada de integração.

Repetindo as palavras do gênio do traço, o arquiteto Oscar Niemeyer, "Brasília é um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representa de novo e criador..." Podemos afirmar que, com a inauguração de Brasília, inaugura-se um novo sentimento de pátria, uma nova concepção de Brasil, que passa a incorporar aquelas zonas distantes e quase sem acesso à economia e ao desenvolvimento nacionais.

Só coisas belas e que tocam fundo na alma inspiram os poetas. E a beleza de Brasília, nós últimos 41 anos, por diversas vezes, serviu de inspiração a vários deles. Desde que foi iniciada a construção da cidade, diversos poetas dedicaram-lhe versos, e assim será sempre, pois a sua paisagem é uma permanente fonte de

inspiração. As superquadras arborizadas compõem a perfeita harmonia entre a paisagem natural e o concreto, que, aqui, longe de ser frio, transmite muita emoção. Emoção que agora dividido com todos aqui presentes.

Para encerrar este pronunciamento, Sr. Presidente, quero dirigir uma saudação especial àqueles homens pioneiros que ajudaram a construir esta cidade, deixando para trás seus locais de origem, como meu pai o fez, para dar realidade a um sonho.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Mesa associa-se às homenagens que agora são prestadas a esta Capital. Em verdade, as grandes decisões dos estadistas muitas vezes são questionadas. Mas o estadista somente o é pela coragem, pela determinação, pelo talento e pela inteligência com que dirige as suas ações.

Juscelino Kubitschek foi duramente questionado, criticado, por ter sido aquele que retirava a Capital do País do litoral e a colocava no centro geográfico da Nação brasileira.

Juscelino teve a visão de que, assim procedendo, estaria possibilitando não apenas a criação de uma nova cidade, mas o crescimento de um País harmônico e que haveria de se lançar, de se projetar e de dominar todas as latitudes nacionais.

Conheço Brasília desde os seus primeiros momentos, porque para aqui me transferi em 1962. Vivi com a cidade, praticamente nasci com ela, essa cidade que todos nós amamos, que o País inteiro hoje respeita e admira.

Portanto, a todos aqueles que moram em Brasília, que trabalham em Brasília, que ajudaram a construí-la, os cumprimentos da Presidência do Senado Federal por este aniversário que agora se completa.

A Presidência suspende a sessão por cinco minutos, para os cumprimentos às autoridades.

(Suspensa às 10h20, a sessão é reaberta às 10h25.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Maguito Vilela, por 20 minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira hora do Expediente foi destinada às comemorações do 41º aniversário de Brasília, e o ilustre Senador Valmir Amaral,

em nome de toda a Casa, fez um pronunciamento à altura desta Instituição, homenageando Brasília, esta cidade jovem, patrimônio da humanidade, planejada e construída sob a égide do maior estadista que o Brasil conheceu em todas as épocas, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Portanto, Brasília é o orgulho de todos nós, brasileiros.

Associo-me também ao Senador Valmir Amaral, apresentando as minhas congratulações a todos os brasilienses por essa data extremamente significativa e importante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasília nasceu na minha cidade de Jataí, no dia 4 de abril de 1955, quando um cunhado meu, casado com a minha irmã mais velha, indagou Juscelino, lá do meio da multidão, se ele, eleito Presidente, cumpriria o dispositivo constitucional transferindo a Capital para o Planalto Central. E Juscelino, exatamente nesse dia, 4 de abril de 1955, na minha cidade natal, em Jataí, assumiu esse compromisso, que doravante passou a ser bandeira de campanha daquele que eu e o Brasil consideramos o maior estadista de todos os tempos.

Dessa forma, tenho muitos motivos para me orgulhar de Brasília; aliás, todos nós, brasileiros, temos muitos motivos para nos orgulharmos de Brasília.

Portanto, associo-me ao brilhante pronunciamento do Senador Valmir Amaral, que representou esta Casa nas comemorações do 41º aniversário de Brasília.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 19 de abril é uma data que não pode também passar despercebida. Trata-se de um dia de grande significado histórico, social e patriótico. É dia de render homenagens ao Exército Brasileiro, uma instituição que sempre cumpriu, com brilho, dignidade e altivez, suas funções institucionais de defesa da Pátria.

Dezenove de abril relembra a memorável Batalha dos Guararapes, em 1648, quando os combatentes brasileiros gloriosamente conseguiram vencer os três mil homens do exército invasor da Companhia das Índias Ocidentais, numa verdadeira epopéia patriótica.

Hoje, em todos os recantos do Brasil, inúmeras atividades marcarão a passagem deste aniversário, lembrando à sociedade a importância do Exército. Do alto desta tribuna, faço questão de prestar a minha homenagem e o meu reconhecimento a essa grande instituição.

Fico muito à vontade quando falo do Exército Brasileiro, porque pude conhecê-lo por dentro, pude conhecer essa instituição como um dos seus integrantes. Nos anos de 1969 e 1970, tive a honra de servir ao País como soldado do Batalhão da Guarda Presidencial, o

BGP, aqui mesmo, em Brasília. Foi um período rico em aprendizado, onde recebi os ensinamentos fundamentais na formação de meu caráter e de meu comportamento. A formação definitiva da personalidade de uma pessoa se dá na fase final da adolescência, quando os jovens tornam-se aptos ao serviço militar. Os ensinamentos obtidos no Exército foram determinantes para minha existência e para que eu obtivesse êxito em minha carreira pública.

Foi um período em que pude receber orientações filosóficas, disciplinares, humanas e religiosas, que me auxiliaram a redimensionar a vida humana e a relação com Deus. Em todos os momentos de minha vida pessoal e pública, em circunstâncias favoráveis ou não, utilizo-me dos ensinamentos de nossos comandantes e instrutores: serenidade, humildade, honestidade, amor à verdade e ao trabalho, firmeza de atitudes, tenacidade, disciplina, lealdade e, acima de tudo, amor consciente ao Brasil e ao povo brasileiro.

As lembranças que tenho do meu período no Exército me emocionam. No BGP, um batalhão que sempre teve o conceito de unidade de elite do Exército brasileiro, vivi o momento mais marcante de minha juventude, que se perpetuará, sem dúvida nenhuma, em minha memória até o último dia de minha vida. Foi quando recebi, das mãos do Comandante General Manuel de Jesus e Silva, hoje na reserva, o Diploma e a Barreta de Praça Mais Distinto do Exército brasileiro. É uma honraria concedida àqueles soldados que se destacam pelo desvelo na instrução, pela disciplina e pelo mérito intelectual demonstrado no exercício do serviço militar. É um reconhecimento que guardo no fundo de minha alma e que levarei comigo para a eternidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo os historiadores, as origens do Exército brasileiro remontam às primeiras décadas que se seguiram ao descobrimento do nosso País. Naqueles primeiros instantes de nossa formação, a tarefa mais importante desse embrião do Exército era a de uniformizar a administração, conter insurreições, perseguir contrabandistas e combater os conquistadores que ameaçavam nossas costas, as costas brasileiras.

Nos meses seguintes à Independência, em 1822, a atuação do Exército foi decisiva para derrotar as tentativas de fragmentação territorial do País. A manutenção da unidade nacional é decorrente em grande parte de suas ações e, em particular, da ação do grande brasileiro Duque de Caxias. Também no período da proclamação e consolidação da República, o Exército atuou como moderador que garantiu a sobrevivência das instituições.

Ao longo de nossa história, o Exército esteve vigilante em defesa da nacionalidade, de nossa estruturação política e moral, de nossa unificação geográfica, enfim, das nossas bases e da nossa soberania.

Relembrando acontecimentos históricos mais recentes, percebemos que o Exército brasileiro sempre interferiu em defesa dos interesses superiores do Brasil com responsabilidade, com altivez e com total independência. Em 1917, na efervescência da Primeira Guerra Mundial, o Exército foi chamado a intervir no conflito. O Brasil, que até aquele momento estava neutro, reagiu com coragem diante da inaceitável agressão por parte da Alemanha, quando torpedeou o nosso navio mercante Paraná, de seis mil toneladas.

Daí em diante, até o final do confronto, pela primeira vez em sua história, missões militares brasileiras partiram com destino ao cenário de guerra. Enquanto isso, nos quartéis brasileiros, oficiais e soldados despertavam as suas energias patrióticas e repetiam em coro os brados que irrompiam dos lábios do grande poeta Olavo Bilac:

A caserna é uma escola. Sendo soldados, sereis cidadãos. Não podemos, nesta terrível fase da vida da humanidade, admitir que um cidadão deixe de ser soldado. Quando se trata de defender a família e a pátria, a fraqueza é um crime, e o descuido é uma desonra.

Com seus navios de guerra, aviadores, oficiais e uma Missão Médica Especial, o Brasil cooperou com a vitória final das tropas aliadas, consagrada definitivamente em 1918. Dezenas de oficiais e soldados do nosso Exército destacaram-se nas linhas de frente e receberam condecorações que honraram a Pátria pela bravura diante do inimigo.

Vinte e cinco anos mais tarde, em 1942, o País anunciou o rompimento de suas relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão, que formavam as forças do chamado Eixo. No momento agindo em defesa da soberania, ferida pelas agressões alemãs, o Exército brasileiro partiu para enfrentar um novo conflito mundial de grandes proporções. Entre continuar fornecendo matérias-primas para os países democráticos em guerra contra o nazi-fascismo, o Brasil optou por participar diretamente das operações militares na Itália.

Na planície que borda o Mar Tirreno se deu o batismo de fogo das tropas brasileiras. Mas foi, sobretudo, em Monte Castelo, em Monte Se e em Forlino, em meio à lama, à chuva persistente, às nevascas inclementes e ao frio insuportável, que nossos combatentes mostra-

ram a sua fibra naqueles combates. A tomada de Monte Se ficou marcada: foi lá que se travou o combate mais sangrento e mais importante da campanha de nossas tropas na batalha dos Apeninos. Os nossos feitos e vitórias, inegavelmente, são a síntese do valor da nossa gente e o símbolo de nossa vocação democrática.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Ouço, com muito prazer, o Senador Carlos Patrocínio, representante do querido Estado vizinho e irmão, o Tocantins.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Senador Maguito Vilela, gostaria de associar-me às manifestações de aplauso ao glorioso Exército brasileiro por ocasião de sua data comemorativa. Como V. Ex^a, sinto-me também muito orgulhoso por ter pertencido às fileiras do Exército brasileiro. Nos idos de 1964, concluí o curso de CPOR na Cavalaria, em Belo Horizonte. Guardo até hoje lembranças inefáveis de como se forma e modula um caráter naquela casa de ensinamento, talvez das melhores que o nosso País tenha. Lá, aprende-se a respeitar a hierarquia, vendo-se que os seus comandantes são homens que têm verdadeiramente o espírito voltado para o sentimento nativista, de amor à Pátria. V. Ex^a já enumerou diversos feitos gloriosos, embora sangrentos, de que o Exército brasileiro participou, e eu, com o orgulho que tenho, até fiz ver aos meus dois filhos que gostaria muito que eles servissem ao Exército. No entanto, as coisas mudaram muito de lá para cá, eminente Senador Maguito Vilela. Naquela época, éramos requisitados a servir ao Exército brasileiro ou a outro membro das Forças Armadas, a Aeronáutica ou a Marinha. Hoje, muitos querem servir, mas os recursos que o Exército recebe são poucos, não sendo possível que todos sirvam, pelo menos durante um ano, para terem noção do que representa efetivamente o Exército brasileiro na formação da personalidade e do caráter de um homem. Para terminar, Senador Maguito Vilela, assim que o ex-Senador Elcio Alvares, nosso grande amigo e colega, assumiu o Ministério da Defesa, havíamos formulado um requerimento para discutirmos o papel das Forças Armadas na segurança interna do País. Sabemos que, constitucionalmente, o Brasil cuida da segurança das suas fronteiras protegendo-as de ameaças externas. Porém, gostaríamos – aproveito o discurso de V. Ex^a para chamar a atenção para esse assunto – de suscitar uma discussão importante, qual seja, o papel das Forças Armadas na garantia do cidadão brasileiro, porque as polícias militares e civis já não estão dando conta de dar ao brasileiro a proteção que ele merece. Gos-

taria apenas de suscitar **en passant** essa questão que gostaria de ver debatida no seio desta Casa. Cumprimento V. Ex^a pelo magnífico discurso que faz nesta manhã.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a e incorporo o seu aparte com muita honra ao meu pronunciamento. Fico feliz de saber que V. Ex^a integrou também as fileiras do Exército brasileiro na cavalaria – eu fui granadeiro –, fico especialmente honrado por ouvir esta notícia de V. Ex^a.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo também um aparte, com muita honra, ao nobre Senador Valmir Amaral.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Senador Maguito Vilela, é motivo de muita honra para mim estar aqui ouvindo as suas palavras. Com muita emoção, vejo V. Ex^a contar que iniciou a sua vida como soldado do Exército. Quero, aqui, dar minha palavra, dar o meu testemunho e dizer que Goiás foi premiada duas vezes – não só Goiás, também o Brasil –, pois V. Ex^a foi o melhor governador que Goiás já teve e, naquela época, um dos melhores governadores do Brasil. V. Ex^a está hoje nesta Casa representando o seu Estado como Senador da República, como um senador atuante, que levanta a bandeira do seu Estado, que trabalha com muita honradez, honestidade e com muita sinceridade. V. Ex^a traz do Estado de Goiás um exemplo para o Brasil, um exemplo para esta Casa, um exemplo para todos os políticos – e o que mais precisamos é de exemplos de honestidade, de seriedade. Desde que entrei nesta Casa, nunca ouvi falar nada contra V. Ex^a. Desejo-lhe, portanto, o maior sucesso. Fico feliz em saber que iniciou a sua vida muito humildemente como um soldado do Exército. Parabéns a V. Ex^a e parabéns ao Estado de Goiás por ter V. Ex^a como representante.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e pelas palavras generosas, frutos, naturalmente, da nossa amizade. Realmente sinto-me orgulhoso de ter chegado aqui em Brasília, vindo da roça, deixando de ser engraxate para pegar uma farda e um fuzil. Como soldado, estive no Palácio do Planalto vigiando o Presidente da República; fiz guarda também no Palácio da Alvorada, na Granja do Torto e na porta desta instituição. Como soldado do Exército, parti com muita coragem, muita determinação e com muito idealismo para a vida pública, candidatando-me a vereador, depois a deputado estadual, deputado federal, vice-governador, governador e senador da República.

Estou aqui, nesta tribuna, vindo dali, daque laque a polícia assegurou a segurança dos presidentes da República – eu dava segurança ao Presidente Costa e Silva quando S. Ex^a sofreu uma isquemia cerebral; passei 24 horas sem dormir em frente ao Palácio do Planalto.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com muito prazer, concedo o aparte ao ilustíssimo Senador mineiro José Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – É realmente excepcional ouvir o pronunciamento de V. Ex^a, especialmente no que diz respeito a essa sua forma de se lembrar do seu passado: ela mostra a força do seu caráter, porque V. Ex^a tem orgulho do seu passado. Todas as vezes em que V. Ex^a se refere ao seu passado, traz este exemplo de quem se orgulha de cada minuto que viveu, mesmo que esses minutos tenham se passado em circunstâncias menos favoráveis em relação à luta pela vida. V. Ex^a os viveu com dignidade, como tudo o que V. Ex^a tem feito na vida. Por isso, quero trazer uma palavra de congratulação: não a V. Ex^a mas, ao povo de Goiás, por possuir aqui no Senado uma representação tão rica, de caráter tão forte e puro, como é o caso de V. Ex^a. Meus parabéns, povo de Goiás, por ter elegido para representar o Estado de Goiás no Senado da República este grande cidadão brasileiro, que é o nosso companheiro, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Ex^a pelas palavras generosas, principalmente por que parte de um Senador que também lutou bravamente e venceu, um dos homens mais bem sucedidos deste País, homem de visão longa, homem que sonha alto, continua sonhando alto com a Pátria brasileira. Agradeço muito a V. Ex^a.

Sr. Presidente, ainda tinha algumas palavras para proferir, mas, diante da premência do tempo, gostaria que V. Ex^a desse como lido o restante do meu pronunciamento.

Ao finalizar, deixo aqui os meus mais sinceros cumprimentos e homenagens ao Exército brasileiro no dia consagrado a esta instituição, aos comandantes, aos oficiais, aos soldados. Meus cumprimentos especiais ao Comandante do Exército, General Gleuber Vieira, que se destaca pelo trabalho extraordinário que vem realizando. Minhas saudações aos membros do glorioso BGP, onde, como já disse, tive a oportunidade de servir como granadeiro – particularmente ao atual comandante, Coronel Haroldo Assad Carneiro, que sempre me recebeu naquele batalhão

com uma distinção que me faz sentir como se ainda fosse membro daquela corporação.

O Exército é realmente uma escola de ideais. Muito bem o definia o Capitão José Batista de Queiroz, que comandava a Terceira Companhia do BGP em 1969: "No Exército se aprimoram as virtudes. Os brasileiros se encontram e se igualam, as raças se unem e os preconceitos se extinguem. Os esforços se conjugam e as histórias se escrevem. O Exército é uma escola onde formam-se homens".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Estão nas palavras de V. Ex^a as palavras do Senado Federal em homenagem a esta notável instituição brasileira, o Exército, instituição que cumpre bem o seu papel e honra a Pátria brasileira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço que seja inscrito para uma inadiável comunicação no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a está inscrito, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpre-nos neste momento abordar as potencialidades e oportunidades de investimento no Porto de Barra do Riacho, localizado no Município de Aracruz, no meu Estado do Espírito Santo. Este porto pode transformar-se, proximamente, em um dos grandes centros de movimentação de carga geral no Sudeste brasileiro.

Os estudos sobre os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que resultaram na formulação do Programa Avança Brasil, permitiram a inclusão do Porto de Barra do Riacho no Plano Plurianual de Aplicações – PPA da União – no período 2000/2003, reconhecendo a importância estratégica desse porto para o País ao considerá-lo como um dos principais projetos da Região Sudeste a ser implementado com participação e indução do Governo Federal.

O porto de Barra do Riacho, situado a 90 quilômetros da região metropolitana da Grande Vitória, possui excelente infra-estrutura de acesso rodoviário, estando interligado à estrada de ferro Vitória-Minas, e à BR-101 e, através da BR-342, será conectado à BR-116, a antiga Rio-Bahia, inserindo-se, portanto, dentro da ampla região geoeconômica que envolve a Região Sudeste do Brasil, integrando-se

também às Regiões Centro-Oeste e Nordeste do País.

O fato de o porto de Barra do Riacho estar localizado fora da região metropolitana, em região de densidade demográfica relativamente baixa, constitui-se em diferencial competitivo importante, garantindo ao referido porto amplas possibilidades de expansão de sua retroárea e também maior facilidade no fluxo de carga transportadas, sem as desvantagens dos portos situados em áreas já intensamente urbanizadas.

Destaca-se, ainda, a presença de três entrepostos aduaneiros do interior (EADI's) e um terminal intermodal (TIMS) em um raio de até 100 quilômetros do referido porto. Essas estruturas de negócios constituem-se em importantes ferramentas de uso logístico, permitindo a movimentação de estoques e de cargas fora da região portuária. São mais de um milhão de metros quadrados de áreas para estocagem de produtos que se destinam ao comércio de exportação e importação.

O porto de Barra do Riacho, cujo projeto foi concebido na década de 70, conta hoje com infra-estrutura de proteção, constituída dos molhes Norte e Sul e do acesso náutico concluído, estando em funcionamento, há cerca de 20 anos, apenas um terminal especializado em movimentação de celulose, administrado pela Portocel, subsidiária da Aracruz Celulose e da Cenibra, esta última localizada no Estado de Minas Gerais.

O recinto portuário de Barra do Riacho, incluindo sua retroárea, compreende 120 hectares, dos quais 30 hectares encontram-se sob domínio útil da Portocel, com infra-estrutura constituída de dois berços de atracação, três armazéns e os respectivos acessos rodoviário e ferroviário. Os 90 hectares restantes, pertencentes à Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa –, estão para ser aproveitados, não existindo ainda qualquer instalação de uso portuário. O calado do porto pode chegar a até 16 metros e sua bacia de evolução atinge a 180 metros de raio, permitindo a movimentação de navios de grande porte, a exemplo dos modelos de quarta e quinta gerações, conhecidos como Post Panamax, com comprimento superior a 275 metros e capacidade de transporte acima de quatro mil contêineres.

Nesse sentido, a área do porto e a infra-estrutura já existente possuem aspectos logísticos extremamente favoráveis ao desenvolvimento de um complexo portuário capaz de suportar grandes volumes de movimentação de cargas.

Os estudos elaborados sob a responsabilidade da Codesa e do Ministério dos Transportes estabelecem para o porto de Barra do Riacho o seguinte conjunto de terminais especializados, a serem implantados:

- Terminal de produtos florestais – aproveitando as operações da Portocel, os estudos propõem ampliar o terminal já existente, transformando-o em um **hub port** para produtos florestais da hinterlândia, contemplando cargas tais como celulose, papel, madeiras serradas, toras e outros manufaturados de madeira;

- Terminal de combustíveis – a oportunidade de se instalar um terminal de grãos líquidos em Barra do Riacho decorre do impedimento ambiental e dos riscos já envolvidos e já identificados no porto de Vitória, devido à sua localização na área metropolitana da Grande Vitória;

- Terminal de carga geral – propõe-se, inicialmente, concentrar as atividades desse terminal no embarque de mármore e granito, além de produtos siderúrgicos diversos;

- Terminal de contêineres – a viabilidade desse terminal está diretamente relacionada ao crescimento da movimentação de cargas containerizadas e representa a principal alternativa do sistema portuário do Espírito Santo para atração de cargas da hinterlândia sob influência desse porto.

Os estudos preliminares de viabilidade dos investimentos no porto de Barra do Riacho indicam a necessidade de inversões de recursos da ordem de R\$88 milhões (a preços de 1999), com participação de recursos públicos equivalentes a R\$40 milhões, destinados a obras de drenagem, infra-estrutura complementar e investimentos privados, no montante de R\$48 milhões, correspondentes, estes últimos, à implantação dos terminais especializados já referidos.

Considerando a importância do porto de Barra do Riacho para o Sudeste brasileiro, cuja área de influência chega a alcançar partes das Regiões Centro-Oeste e Nordeste e, tendo em conta sua inclusão no Programa Avança Brasil e no Plano Plurianual de Aplicações 2000/2003, fomos motivados a analisar a alocação e a liberação de recursos financeiros para esse porto, visando subsidiar a revisão do PPA, em curso no Congresso Nacional, com o objetivo de prover recursos adicionais necessários à viabilização do porto de Barra do Riacho.

Na análise que empreendemos, Senador Gerson Camata e Senador Paulo Hartung, da Bancada

capixaba, constatamos que o tratamento que vem sendo dispensado pelo Ministério dos Transportes ao sistema portuário do Espírito Santo e, de modo particular, ao porto de Barra do Riacho é incompatível com a prioridade e a importância que essa estrutura portuária terá para o desenvolvimento das trocas comerciais do Brasil com o exterior.

Utilizando-se tão-somente os dados relativos à liberação dos recursos alocados no OGU/2000 para o porto de Barra do Riacho, verificamos que, do total de recursos alocados de R\$5,4 milhões, apenas R\$2 milhões, ou seja, menos de 40%, foram empenhados.

Essa mesma proporção, ou seja, recursos empenhados em relação a recursos alocados, para a infra-estrutura portuária considerada nos demais corredores de transportes foi bem superior. Para todos os demais portos inseridos nos corredores de transportes considerados no Programa Avança Brasil, ou seja, o corredor Leste, Mercosul e Nordeste, os recursos previstos no OGU/2000 foram da ordem de R\$204 milhões, tendo sido empenhados R\$151 milhões, ou seja, cerca de 74%.

Especificamente, o porto de Barra do Riacho foi contemplado no PPA com recursos de aproximadamente R\$15 milhões. Isso evidencia que os recursos programados estão muito aquém das necessidades de investimentos públicos no referido porto e o cronograma de liberação encontra-se substancialmente defasado em relação aos demais investimentos inseridos nos outros corredores regionais de desenvolvimento.

Considerando a relevância do porto de Barra do Riacho para o desenvolvimento da hinterlândia já especificada, estamos propondo a esta Casa e ao Poder Executivo, as seguintes medidas inerentes à viabilização do porto de Barra do Riacho:

- 1 – elevação da dotação constante no PPA-2000/2003, de aproximadamente R\$15 milhões, para R\$40 milhões, conforme emenda de nossa autoria à revisão do PPA, em fase de apreciação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

- 2 – inclusão do referido porto na agenda do Governo para o biênio 2001/2002;

- 3 – estabelecer prioridade absoluta para investimentos no porto de Barra do Riacho, agilizando a liberação dos recursos consignados no OGU/2001, equivalentes a R\$10,3 milhões, e a alocação de recursos próprios da Codesa no montante de R\$5,10 milhões, conforme Decreto nº 3.747, de 6 de fevereiro

de 2001, que define a programação de dispêndios da Codesa.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Ricardo Santos?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Perfeitamente, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – É muito oportuna a fala de V. Ex^a. Não só nós, capixabas, mas mineiros, cariocas, enfim, brasileiros que conhecem a costa brasileira sabem que ali, em Barra do Riacho, mesmo que não queiram, haverá um **hub port**. Em primeiro lugar, porque temos rodovias que servem, que estão sendo construídas – e V. Ex^a acentuou isso –, além disso, a melhor ferrovia do Brasil, que liga o porto de Vitória até Brasília, também já chegou lá. V. Ex^a sabe que o trigo consumido em Brasília já está vindo de Vitória por trem. Já há, portanto, uma conexão ferroviária funcionando que penetra todo o interior do Brasil, e que poderá penetrar ainda mais com a Ferrovia Norte e outras ferrovias que se direcionarão para Brasília. Mas nós percebemos que há uma tentativa de atropelar a natureza, de forçar a natureza, construindo portos, por exemplo, onde a profundidade do mar é imprópria e para onde normalmente não fluem as ferrovias e as mercadorias. E presenciemos a tentativa de criação desse porto no Rio de Janeiro e em outros pontos do litoral brasileiro. No entanto, há uma notícia mais ou menos interessante. V. Ex^a elaborou emenda elevando os recursos de R\$15 milhões para R\$40 milhões, e já estamos ouvindo por aí que o Ministério dos Transportes pretende liberar neste ano R\$40 milhões para acertar a bacia de evolução, o que, imediatamente, fará com que o porto se torne absolutamente viável até nas mãos de empresas da iniciativa privada. De modo que o pronunciamento de V. Ex^a vem ao encontro da luta da Bancada do Espírito Santo, que dura mais de 10 anos, para abrir os olhos das autoridades brasileiras para aquilo que o Brasil todo está vendo: o **hub port**, principalmente de contêineres de produtos de celulose e de produtos madeireiros, terá que ser colocado ali. A enorme hinterlândia de Minas – e, futuramente, do Brasil – está produzindo florestas artificiais, assim como o Espírito Santo e o sul da Bahia. A madeira tratada – uma grande revista nacional publicou matéria sobre o assunto esta semana – está substituindo a madeira de lei, tornando desnecessária a exploração da floresta amazônica. De modo que temos ali um local próprio para que isso se desenvolva. O pronunciamento de V. Ex^a vem nesta direção: o Espírito Santo não pode abrir mão daquilo de que o

Brasil precisa, ou seja, de um **hub port** para essas mercadorias em Barra do Riacho. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade da sua fala.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Agradeço o aparte do Senador Gerson Camata. Todos somos testemunhas de sua luta junto à Bancada capixaba para tornar viável esse grande terminal portuário, importante, como eu disse, não apenas para o Espírito Santo mas para o Sudeste e para todo o Brasil.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Ricardo Santos?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Senador Ricardo Santos, quero, muito rapidamente, associar-me às observações e às críticas que V. Ex^a apresenta em seu pronunciamento e também às ações, pois quero participar, na Comissão de Orçamento, da boa briga para fortalecer a presença dessa obra no PPA e para incluir recursos no Orçamento da União. Seguramente, isso não é um favor que a União faz ao Espírito Santo, mas uma contribuição para o desenvolvimento do nosso País, para a criação de infraestrutura necessária ao crescimento da economia. A questão portuária é essencial e o Espírito Santo, indubitavelmente, tem vocação para o setor. O Estado tem uma estrutura portuária privilegiada, construída a partir da década de 70 e, portanto, com um nível de modernização bem significativo em relação aos demais portos do País. Tanto é assim que a implantação da lei de modernização dos portos avançou muito mais rapidamente no Espírito Santo do que em outras partes do País – estamos vendo o episódio ocorrido em Santos. O debate entre empresários, Governo e trabalhadores deu-se no Espírito Santo em clima de normalidade e tranquilidade. Em todas as categorias, inclusive avulsos, houve um trabalho espetacular na área, e numa questão que é muito delicada, a que trata de postos de trabalho. Então, quero me associar ao pronunciamento de V. Ex^a, sugerindo ao Senador Gerson Camata, que tem a preferência, porque é o decano...

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Decano e nosso guru na Bancada.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Exato. Quero sugerir que nós, da Bancada do Espírito Santo, marquemos uma reunião com o Ministro dos Transportes, para conversarmos sobre o assunto e sensibilizá-lo. Essa é uma oportunidade que nós três poderíamos construir nessa caminhada. Por último, Sena-

dor Ricardo Santos, estamos falando de transportes e estamos recebendo a visita de empresários capixabas da área de transporte de carga terrestre, que estão participando da nossa sessão. Eles vieram, junto com colegas do Brasil inteiro, denunciar e protestar contra a violência e o roubo de cargas no Brasil. Muito mais do que denunciar, eles vieram trazer ao Congresso Nacional e à Presidência da República – já enviaram ao Ministro Pedro Parente – um projeto regulamentando o setor. Inclusive a nossa Bancada pode ajudar também, pois é um projeto muito importante. Como estamos falando de transporte, de portos, é muito positivo que essa delegação esteja hoje aqui. Já houve esta semana um evento importante da confederação do setor, do qual eles participara. Acredito que V. Ex^a ficará satisfeito por constar em seu pronunciamento o registro da presença. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Agradeço o aparte do Senador Paulo Hartung, que enriquece, juntamente com o aparte do Senador Gerson Camata, o meu pronunciamento.

O Senador Paulo Hartung chamou a atenção para o fato de que realmente a alocação de recursos para o porto de Barra do Riacho não é um favor. Na verdade, o porto é uma solução para reduzir o custo Brasil nas exportações brasileiras.

Quero também me associar à causa dos representantes do transporte terrestre do Espírito Santo, para encontrarmos uma solução, por regulação, para evitar violência desse tipo, sofrida por todo o setor no Brasil e também no Espírito Santo. Vale lembrar que, devido à sua posição geográfica, no Estado se localizam grandes empresas de transporte terrestre.

Associo-me aos Senadores Paulo Hartung e Gerson Camata no apoio à luta dos representantes do transporte de carga terrestre no Espírito Santo.

Terminando, em quarto lugar, estamos propondo, para o porto de Barra do Riacho, o estabelecimento de um cronograma de elaboração de projeto executivo, com vistas a detalhar a modelagem do futuro porto, subsidiando, com isso, o processo licitatório para construção dos terminais pela iniciativa privada e seu posterior arrendamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é indispensável que o Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, redefina suas prioridades no que diz respeito à modernização da infra-estrutura portuária do País, buscando racionalizar a aplicação dos escassos recursos orçamentários em projetos – a exemplo do porto de Barra do Riacho – que possuam

maior relação benefício/custo, seja do ponto de vista social seja do ponto de vista privado.

Na verdade, o que está em jogo é o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro e, em especial, a elevação da produtividade e diminuição dos custos dos serviços portuários, fatores que contribuirão para a expansão das nossas exportações e, conseqüentemente, para o melhor equacionamento do balanço de pagamentos do País.

Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra pela ordem V. Ex^a.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requiro minha inscrição, se possível, para, no momento adequado na forma do Regimento, fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a esta inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Prorrogo a Hora do Expediente por 15 minutos, para atender aos Srs. Senadores que estão inscritos para comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, coincidentemente, comemoram-se o Dia do Exército e o Dia do Índio, o que nos faz lembrar, de um lado, a figura do índio brasileiro, nosso primeiro habitante, e, de outro lado, a figura do Marechal Rondon, o grande defensor dos índios, o grande desbravador das nossas fronteiras, que soube implantar uma política realmente nacionalista de defesa do índio.

Mas hoje, no Brasil, a realidade é muito diferente. Estou aqui, a pedido das duas grandes potências maçônicas do meu Estado, para ler um manifesto, assinado pelo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima e pelo Grão-Mestre do Grande Oriente Estadual de Roraima. Passo a ler:

A maçonaria de Roraima vem externar a toda a sociedade brasileira neste dia 19 de abril de 2001, Dia do Exército, seu irrestrito apoio à construção do Pelotão de Fronteira no Uiramutã.

dor Ricardo Santos, estamos falando de transportes e estamos recebendo a visita de empresários capixabas da área de transporte de carga terrestre, que estão participando da nossa sessão. Eles vieram, junto com colegas do Brasil inteiro, denunciar e protestar contra a violência e o roubo de cargas no Brasil. Muito mais do que denunciar, eles vieram trazer ao Congresso Nacional e à Presidência da República – já enviaram ao Ministro Pedro Parente – um projeto regulamentando o setor. Inclusive a nossa Bancada pode ajudar também, pois é um projeto muito importante. Como estamos falando de transporte, de portos, é muito positivo que essa delegação esteja hoje aqui. Já houve esta semana um evento importante da confederação do setor, do qual eles participara. Acredito que V. Ex^a ficará satisfeito por constar em seu pronunciamento o registro da presença. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Agradeço o aparte do Senador Paulo Hartung, que enriquece, juntamente com o aparte do Senador Gerson Camata, o meu pronunciamento.

O Senador Paulo Hartung chamou a atenção para o fato de que realmente a alocação de recursos para o porto de Barra do Riacho não é um favor. Na verdade, o porto é uma solução para reduzir o custo Brasil nas exportações brasileiras.

Quero também me associar à causa dos representantes do transporte terrestre do Espírito Santo, para encontrarmos uma solução, por regulação, para evitar violência desse tipo, sofrida por todo o setor no Brasil e também no Espírito Santo. Vale lembrar que, devido à sua posição geográfica, no Estado se localizam grandes empresas de transporte terrestre.

Associo-me aos Senadores Paulo Hartung e Gerson Camata no apoio à luta dos representantes do transporte de carga terrestre no Espírito Santo.

Terminando, em quarto lugar, estamos propondo, para o porto de Barra do Riacho, o estabelecimento de um cronograma de elaboração de projeto executivo, com vistas a detalhar a modelagem do futuro porto, subsidiando, com isso, o processo licitatório para construção dos terminais pela iniciativa privada e seu posterior arrendamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é indispensável que o Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, redefina suas prioridades no que diz respeito à modernização da infra-estrutura portuária do País, buscando racionalizar a aplicação dos escassos recursos orçamentários em projetos – a exemplo do porto de Barra do Riacho – que possuam

maior relação benefício/custo, seja do ponto de vista social seja do ponto de vista privado.

Na verdade, o que está em jogo é o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro e, em especial, a elevação da produtividade e diminuição dos custos dos serviços portuários, fatores que contribuirão para a expansão das nossas exportações e, conseqüentemente, para o melhor equacionamento do balanço de pagamentos do País.

Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra pela ordem V. Ex^a.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requiro minha inscrição, se possível, para, no momento adequado na forma do Regimento, fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a esta inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Prorrogo a Hora do Expediente por 15 minutos, para atender aos Srs. Senadores que estão inscritos para comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, coincidentemente, comemoram-se o Dia do Exército e o Dia do Índio, o que nos faz lembrar, de um lado, a figura do índio brasileiro, nosso primeiro habitante, e, de outro lado, a figura do Marechal Rondon, o grande defensor dos índios, o grande desbravador das nossas fronteiras, que soube implantar uma política realmente nacionalista de defesa do índio.

Mas hoje, no Brasil, a realidade é muito diferente. Estou aqui, a pedido das duas grandes potências maçônicas do meu Estado, para ler um manifesto, assinado pelo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Roraima e pelo Grão-Mestre do Grande Oriente Estadual de Roraima. Passo a ler:

A maçonaria de Roraima vem externar a toda a sociedade brasileira neste dia 19 de abril de 2001, Dia do Exército, seu irrestrito apoio à construção do Pelotão de Fronteira no Uiramutã.

Rememoramos a todos os que amam o Brasil as palavras imorredouras ditas pelo Maçon Barão do Rio Branco, um dos expoentes que concretizaram os nossos limites de fronteiras atuais:

"O Brasil teria de se manter atento nos entendimentos internacionais, jamais adotando posições que, na hora sendo louvadas por interesses inconfessáveis, pudessem dar margem a futuras alegações indevidas. Havia que se ter sempre em vista que cada parcela do nosso território, tendo sido conquistada por meios suasórios (persuasivos) e jurídicos, exigia, para ser preservada, que fosse 'seriamente organizada a defesa nacional', pois 'não se pode ser pacífico sem ser forte'."

Na Amazônia e em especial em Roraima hoje temos observado um movimento bastante "estranho", norteados por diversos organismos nacionais e internacionais, que tentam ditar inúmeras ações voltadas para a esterilização do progresso na região amazônica, como:

- retirada de terras ocupadas por famílias há séculos. Demarcação de terras indígenas imensas, como nada antes visto na história de outros países;

- veto à exploração da biodiversidade e riquezas naturais, mesmo de forma racional e sustentada;

- veto à construção de hidrelétricas, rodovias, hidrovias, unidades de apoio militar;

- veto ao acesso e trânsito de brasileiros a terras brasileiras, estímulo à segregação de índios e não índios, dentre outras equivocadas ações.

Em contrapartida, assistimos setores da burocracia nacional autorizarem essas organizações a circularem, pesquisarem e até patrocinarem seminários, cursos de graduação e pós-graduação para diversos agentes do Estado, inclusive do setor judiciário, nas universidades do chamado "Primeiro Mundo".

Daí concluirmos ser a fonte de tantas dificuldades a serem enfrentadas por nós brasileiros que aqui residimos e que buscamos o desenvolvimento de Roraima.

O Exército, presente na Amazônia desde o início do século XVII, tem sido fiel cumpridor de sua obrigação constitucional no sentido de desenvolver e integrar os diversos pontos de fronteira. Vivificando-os com brasileiros oriundos de todas as raças, credos, costumes. Continuando a tradição de sua formação primeira na Batalha dos Guararapes, quando índios, brancos e negros se uniram e escorraçaram os invasores holandeses de nossa Pátria.

O Exército, dando mostra de sua capacidade de bem servir a Nação, está implantando em Manaus o Centro de Pesquisas na Amazônia, centro com tecnologia de ponta na ciência médica, que contribuirá decisivamente para a medicina mundial na solução de doenças tropicais como malária, febre amarela, dengue, tuberculose, leishmaniose, dentre outras.

Até vinte, trinta anos atrás, portanto há pouquíssimo tempo, assistíamos ao convívio harmônico de toda uma comunidade que trabalhava pelo perfeito desenvolvimento do então território roraimense. Brancos, negros, índios, nas mais diversas atividades, ombro a ombro, vislumbravam todos um Terceiro Milênio repleto de bem-aventuranças.

Desejamos, respeitamos e aceitamos de bom grado o auxílio de todos os que realmente busquem a justiça e a equidade. Não acreditamos na violência das armas ou na arrogância dos poderosos, que se acham desenvolvidos e que, em pleno terceiro milênio, continuam exterminando vidas.

Buscamos a concórdia e o desenvolvimento espiritual do ser humano em todos os recantos do Universo.

Conclamamos, portanto, todos os segmentos governamentais, em todas as esferas de poder, Executivo, Legislativo, Judiciário, bem como todas as organizações não-governamentais sérias a ponderarem as palavras visionárias do Barão do Rio Branco e aqueles que, infelizmente, tenham se equivocado, revejam urgentemente suas ações e venham trabalhar em conjunto para a construção de um Brasil com justiça social e dignidade espiritual para todos os brasileiros.

"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, po-

rém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la.” (Gen. Ex. Rodrigo Octávio Jordão Ramos)

Fortaleçamos, portanto, a defesa nacional, como orientou Rio Branco, fortaleçamos urgentemente o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Lembremos dos maçons que nos precederam, como Tiradentes, Pedro I, José Bonifácio, Caxias, Visconde do Rio Branco, Barão e Visconde de Mauá, Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Floriano Peixoto, Rui Barbosa, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz, Washington Luiz, Senna Madureira, dentre inúmeros outros.

Continuemos fortes! Continuemos pacíficos! Que o Grande Arquiteto do Universo nos abençoe e guarde.

Grande Loja Maçônica de Roraima
Grande Oriente Estadual de Roraima.

Sr. Presidente, o manifesto que acabei de ler em nome da maçonaria roraimense é em apoio à construção de um quartel do Exército no Município de Uiramutã, fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela. Uma entidade não governamental, chamada Conselho Indigenista de Roraima, teima em não aceitar a presença do Exército.

Quero também, Sr. Presidente, que seja dada como lida e, portanto, publicada na íntegra uma moção da Câmara de Vereadores de Boa Vista a favor da construção do pelotão de fronteira.

Trata-se de um registro que quero fazer neste dia que, coincidentemente, é o Dia do Índio e o Dia do Exército Brasileiro.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO:*

OFÍCIO Nº 64/01 – DAL

Excelentíssimo Senhor
Senador Francisco Mozarildo de Melo Cavalcante
End.: Seando Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – 1º
Andar – Gab. 10
Cep: 70165-900 – Brasília-DF

Boa Vista-RR, 4 de abril de 2001

Senhor Senador,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminhamos em anexo, Moção de Apoio, dirigida ao Exér-

cito Brasileiro, pela continuidade da Construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira, No Município de Uiramutã-RR, aprovada na Sessão Ordinária do dia 28 de março do corrente ano, através do Requerimento nº 7/2001, de autoria da Vereadora Dra. Odete Irene Domingues.

Na oportunidade, apresentamos nossas considerações. – **Flávio dos Santos Chaves**, Presidente.

MOÇÃO DE APOIO

*“AO EXÉRCITO BRASILEIRO, PELA
INICIATIVA DA CONSTRUÇÃO DO 6º
PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA, NO
MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ”*

Esta Vereadora, e os demais subscritores, registram Moção de Apoio ao Exército Brasileiro, pela continuidade da construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira em nosso Estado.

Considerando que o Governo Federal, através do Exército Brasileiro, concluiu pela construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira em área estratégica de Segurança Nacional, localizada no município de Uiramutã, neste Estado;

Considerando que tal iniciativa volta-se fundamentalmente aos interesses maiores da União, representado pela defesa de nossas fronteiras;

Considerando que houve equivocada decisão judicial quanto a sustação dessa construção, sem embargo das razões que a fundamentam;

Considerando que a permanência da paralisação dessa construção implicará em perda parcial de nossa Soberania Nacional; Soberania essa responsável pela alavancagem do desenvolvimento e progresso do Brasil, nesse longínquo rincão Pátrio;

Finalmente, considerando que, para garantir a transparência de nossa Soberania e a eficiência da Defesa de nossas Fronteiras, democraticamente é nosso dever cívico patriótico nos solidarizarmos com o Exército Brasileiro para que se mantenha firme e irredutível no propósito constitucional de bem servir à Pátria por exemplo ao objeto desta Moção.

Ante ao exposto, apresentamos esta Moção de Apoio ao Exército Brasileiro, pela iniciativa da construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira, em nosso Estado, assim como de sua perseverança – cívica e patriótica – de manter-se nesse propósito e após a aprovação da presente proposição, requer-se ciência ao Excelentíssimo Senhor General de Exército – Comandante da 1ª Brigada em Roraima -, ao Excelentíssimo Senhor General de Exército – Comandante Militar da Amazônia -, à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Boa Vista, ao Excelentíssimo Senhor

Governador do Estado de Roraima, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado.

Sala das Sessões, Plenário Estácio Pereira de Melo, 3 de abril de 2001. – Vereadores **Odete Irene Domingues – Affonso Rodrigues – Aldo Dantas – Pr. Artur – Braz Behnck – Flávio Chaves – Chico Doido – George Melo – Ivo Cantanhede – Tio Brito – Marcos da Byte – M^a de Lourdes Pinheiro – Natanael Nascimento – Otoniel F. de Souza – Ruben Bento – Severino Silva – Walteir Pinto.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, por 5 minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira página do jornal **O Globo** – e acho que de todos os jornais de hoje – traz o aumento da taxa de juros Selic. Esse aumento foi decidido ontem, em reunião do Copom. **O Globo**, em seu **Caderno de Economia**, traz em manchete, na página 25: “Dívida pública cresceu 17,69 bilhões em março”. Duas movimentações claras: houve uma valorização do dólar, que estamos acompanhando, em função da nossa vulnerabilidade externa, da crise na Argentina e dos problemas econômicos dos Estados Unidos; e houve um aumento da taxa de juros Selic no período anterior, de meio por cento, que elevou os juros para 15,75%, e, agora, de mais meio por cento.

Quero aqui, Sr. Presidente, falar – e não falo como economista, que sou somente no diploma, mas como político –, de público, da minha apreensão com o rumo da política monetária no nosso País.

Penso que o Banco Central cometeu um erro. Dez entre dez analistas econômicos, dez entre dez bons economistas deste País registraram a barbearagem que o Banco Central cometeu na penúltima reunião do Copom. A impressão que fica – e ouvi hoje a comentarista Miriam Leitão, no **Bom Dia Brasil**, mostrar ponto de vista assemelhado – é que a última decisão só aprofunda o primeiro erro. É um contra-senso, Sr. Presidente. Estamos trazendo a crise da Argentina para dentro do Brasil e espalhando pânico no mercado financeiro. E depois ainda vão dizer que o mercado financeiro está completamente nervoso por culpa da crise política. Penso que a crise política é muito grave, mas não se compara a barbearagens na condução da política monetária como as que estão sendo praticadas.

Sr. Presidente, política monetária não é algo esotérico, que não toca na vida do cidadão, do trabalhador, do consumidor, do empresário. A política monetária está ligada à nossa vida. É o custo do dinheiro daquilo que consumimos, pagando a crédito. É o custo do dinheiro daquele investimento do microempresário que tenta modernizar sua produção, o seu serviço ou o seu comércio.

Esse assunto é sério e exige uma discussão mais aprofundada. Por isso, reitero a proposta que fiz recentemente de que reuniões dessa natureza durem sete dias antes da divulgação da Ata do Copom, mas que, a partir da divulgação, a Comissão de Assuntos Econômicos traga esse debate de forma transparente para todo o País.

Vamos refletir sobre o assunto. Sei que muitos estão preocupados com o painel, o que é realmente necessário, pois é preciso punir os responsáveis. Mas vamos refletir o que significam 17 bilhões em um mês. O País está cheio de imposto ruim, regressivo, incidindo na cadeia produtiva. O Congresso Nacional aumentou o Cofins, criou e aumentou a CPMF, cuja alíquota passou de 0,30% para 0,38%. A tabela de imposto de renda está congelada há cinco anos, para gerar dinheiro para o caixa do Governo. E 17 bilhões são torrados do dia para a noite por erro, por uma pequena barbearagem na condução da política monetária!

Daí, Sr. Presidente, a importância desta comunicação inadiável, dirigida também à Comissão de Assuntos Econômicos. Deveríamos aprovar este projeto de minha autoria. Se necessário, vamos aperfeiçoá-lo. Contudo, o Presidente do Banco Central ou um diretor, indicado pelo Presidente do Banco Central, precisava vir ao Congresso com regularidade explicar as razões e a estratégia do Banco Central em relação à política monetária.

E há um dissenso dentro do próprio Governo em relação a esse assunto. Se observarmos as declarações do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, perceberemos que S. Ex^a tem-se batido para demonstrar a consistência dos fundamentos econômicos do nosso País nesse momento de crise da Argentina. Então, há uma contradição, um erro, e precisamos discutir. Evidentemente há assuntos que têm mobilizado muitos corações e mentes dentro do Senado, mas penso que precisamos discutir em profundidade esses temas.

Tenho tentado dar uma contribuição para que fiscalizemos o que tem que ser fiscalizado, investiguemos o que tem que ser investigado, punamos quem tiver que ser punido, mas, ao mesmo tempo, continuemos a rotina de trabalho desta Casa, tentando

do zelar pelo interesse do cidadão, pelo interesse do empresariado nacional, pelo interesse do nosso desenvolvimento, da geração de emprego e de renda.

Parece-me que a política monetária perdeu o rumo nos últimos dias. Penso, inclusive, que o Presidente do Banco Central tem feito um bom trabalho no Banco Central, mas, nos últimos sessenta dias, creio que perdeu o rumo dessa política monetária. É para isso que existe o Congresso Nacional e o Senado Federal: temos que ajudar a dar rumo a essa política tão importante entre as políticas públicas do nosso País.

Era a comunicação que desejava fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, já anteriormente chamado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de fazer a minha comunicação, quero fazer duas observações: em primeiro lugar, depreendo do depoimento e da intervenção do Senador Paulo Hartung que essa história de Banco Central independente deve ser enterrada definitivamente. Precisamos de um Senado mais vivo, de uma sociedade mais participante na direção e na condução das diretrizes econômicas do País.

Em segundo lugar, quero fazer uma crítica, que tem ser feita agora. Fui abordado, minutos atrás, por uma repórter do jornal **O Estado de S. Paulo**, que está fazendo uma pesquisa secreta. Ela me apresentou uma cédula que perguntava se os Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda deviam ser cassados, em face das provas apresentadas sobre a quebra do sigilo do pai nel do Senado na votação da cassação de Luiz Estevão. Um pouco ligeiro o jornal **O Estado de S. Paulo**, um pouco irresponsável com a pesquisa, um pouco sensacionalista na intenção, porque essas provas não são do conhecimento dos Senadores ainda, as acareações não foram feitas, e eu, por exemplo, tenho um comportamento extremamente duro com as immoralidades, mas creio que a pesquisa feita, da forma como estão colocadas as perguntas, e neste momento, é rigorosamente irresponsável.

Fica aqui a minha censura ao Estadão. Isso é comportamento de pasquim sensacionalista de terceira categoria, não é comportamento para um jornal da importância e da tradição do **O Estado de S. Paulo**.

No entanto, Sr. Presidente, a minha intervenção é para chamar a atenção dos Senadores e da imprensa brasileira para uma audiência que ocorrerá na Comissão de Relações Exteriores, na próxima terça-feira, às 17h. Por convocação minha e aprovação unânime da Comissão será ouvido o Sr. Jacques Guilbaud, que é um diplomata brasileiro que foi convocado ou recrutado na época dos governos militares para o Serviço de Informação do Itamaraty.

Esse diplomata tomou conhecimento de alguns desvios de verbas e superfaturamentos ocorridos em Portugal por ocasião da compra da Embaixada brasileira pelo Itamaraty – superfaturamento que teria sido devolvido a algumas figuras importantes da República. Consta que esse diplomata passou a ser perseguido e foi removido para o Canadá. Desesperado, teria pedido asilo ao Canadá. Concedido o asilo, não sei bem em que circunstâncias, ou não concedido, o diplomata foi demitido por abandono de cargo depois de não ter comparecido ao serviço na Embaixada por trinta dias. Até hoje não foi reintegrado. Como a demissão foi por abandono de cargo não foi objeto de contemplação pela Lei da Anistia.

Tem conseguido, na França, apoiar importantes ao seu objetivo de ser reintegrado ou aposentado no Itamaraty. Hoje, ele é porteiro de hotel em Paris e foi por muito tempo motorista de ônibus escolares. O diplomata Guilbaud, na terça-feira, na Comissão de Relações Exteriores, vai colocar com toda a clareza as suas razões.

Na França, o famoso Alain Touraine, um dos amigos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tem feito gestões inclusive junto ao Presidente para a sua reintegração. O Itamaraty tem silenciado. Pediram informações, mandaram-me um dossiê secreto, que não faz nenhuma referência ao motivo real do afastamento do diplomata, que foram as denúncias de irregularidades em Portugal. O Itamaraty foge da responsabilidade de apurar com profundidade o fato, omite para este Senador as razões substantivas e faz um relatório de razões adjetivas.

Durante um ano e meio ou dois anos, tentei, administrativamente, fazer com que o Governo reconsiderasse essas posições. As sucessivas evasivas e a continuidade da omissão levaram-me a pedir à Comissão de Relações Exteriores a convocação do Sr. Jacques Guilbaud. E, terça-feira, nós teremos a versão do Sr. Jacques Guilbaud, que oficialmente não foi conhecida até hoje pelo Senado e no Brasil, para que possamos contrapor-las às versões oficiais ou, no caso, à omissão e a covardia do Governo Federal em en-

frentar um problema desse porte, se é que o Sr. Guilbaud irá nos convencer dos seus argumentos, que, no dos siê que me apre sen tou até esse mo mento, são extraordinariamente persistentes e consistentes. Pelo menos a mim assim parecem.

Terça-feira, às 17h, teremos a oportunidade de ouvir o Sr. Guilbaud que está vindo da França, deixando o seu cargo de porteiro de hotel para explicar ao Senado por que foi demitido e por que, até hoje, o Itamaraty não escuta as suas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Visita-nos, neste momento, o Deputado Shi Chuan, da China, com a delegação que o acompanha, inclusive o Deputado Nelson Marquizezeli.

Sobre a mesa, projeto de Resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2001

Cria a Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional e de Agricultura no Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 72, 77 e 101 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 72.

VII — Comissão de Desenvolvimento Regional e de Agricultura — CDRA. (AC)

Art. 77.

VII — Comissão de Desenvolvimento Regional e de Agricultura — CDRA, 19. (AC)

Art. 101.

II —

d) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, aeronáutico, espacial, marítimo e penitenciário; (NR)

Art. 2º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigor acrescido do seguinte art. 104—A:

Art. 104-A. À Comissão de Desenvolvimento Regional e de Agricultura compete opinar sobre matérias pertinentes a:

I — planejamento, acompanhamento e execução da política de desenvolvimento regional;

II — planos regionais de desenvolvimento econômico e social;

III — programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional;

IV — integração regional;

V — agências de desenvolvimento regional;

VI — planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, seguro agrícola, segurança alimentar, agricultura, pecuária, silvicultura, aquíicultura, eletrificação rural, abastecimento, comercialização e fiscalização de produtos e insumos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;

VII — organização do ensino agrário;

VIII — investimentos e financiamentos agropecuários, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, definição da pequena e da média propriedade rural;

IX — tributação da atividade rural, políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais;

X — cooperativismo e associativismo rurais;

XI — emprego e renda rurais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o inciso II do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Justificação

Desde a extinção da Comissão de Agricultura do Senado e da incorporação de suas atribuições às competências da Comissão de Assuntos Econômicos, com a reforma do Regimento Interno de 1991, vários projetos de resolução vêm sendo apresentados, no sentido de se restabelecer aquela comissão, sob o argumento de que as atividades desenvolvidas no meio rural, por sua importância para a economia

do País, demandam tratamento especial, no âmbito do Senado.

Do mesmo modo, o desafio da redução das desigualdades regionais de níveis de renda, oportunidades e condições de trabalho, impõe ao Senado a adoção de uma postura mais ativa no trato dessas questões, o que se traduz, em termos práticos, na necessidade da criação de uma comissão permanente para se ocupar especificamente com esses assuntos. A importância de se dar tratamento diferenciado a esses temas no Congresso Nacional é reconhecida pela Câmara dos Deputados, que os examina nas comissões permanentes de Agricultura e Política Rural (Regimento Interno, art. 32, 1) e na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional (art. 32, V).

Outra medida que considero importante, no âmbito dessas modificações, é a transferência de temas de Direito Agrário para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será analisado com as demais matérias da ciência do direito, conforme proposta de alteração da alínea **d** do inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado.

Assim, conto com o apoio dos ilustres Senadores para a aprovação do presente projeto de resolução, que cria, no Senado Federal, a Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional de Agricultura.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2001 – **Romeiro Jucá**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SUBSECRETARIA DE ATA*

Regimento Interno do Senado Federal

Art. 72. As comissões permanentes, além da Comissão Diretora, são as seguintes:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE;
 - II – Comissão de Assuntos Sociais – CAS;
 - III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ;
 - IV – Comissão de Educação – CE;
 - IV-A – Comissão de Fiscalização e Controle – CFC;(*)
 - V – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE;
 - VI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI.
-

Art. 77. A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as demais comissões permanentes o seguinte número de membros:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos, 27;
- II – Comissão de Assuntos Sociais, 29;
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;
- IV – Comissão de Educação, 27;
- IV-A – Comissão de Fiscalização e Controle, 17;(*)
- V – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19;
- VI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 23.

§ 1º O membro da Comissão Diretora não poderá fazer parte de outra comissão permanente.

§ 2º Cada Senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente.

Art. 101. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II – ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente as seguintes:

a) criação de Estado e Territórios, incorporação ou desmembramento de áreas a eles pertencentes;

b) estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal (Const., art. 49, IV), requisições civis e anistia;

c) segurança pública, corpos de bombeiros militares, polícia, inclusive marítima, aérea de fronteiras, rodoviária e ferroviária;

d) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutico, espacial, marítimo e penitenciário;

e) uso dos símbolos nacionais, nacionalidade, cidadania e naturalização, extradição e expulsão de estrangeiros, emigração e imigração;

f) órgãos do serviço público civil da União e servidores da administração direta e indireta do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Territórios;

g) normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios obedecido o disposto no art. 37, XXI, da Constituição, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, §, 1º, III, também da Constituição; (Const., art. 22, XXVII);(*)

h) perda de mandato de Senador (Const., art. 55), pedido de licença de incorporação de Senador às Forças Armadas (Const., art. 53, § 6º);

i) escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e de Governador de Território, escolha e destituição do Procurador-Geral da República (Const., art. 52, III, **a, c e e**);

j) transferência temporária da sede do Governo Federal;

l) registros públicos, organização administrativa e judiciária do Ministério Público e Defensoria Pública da União e dos Territórios, organização judiciária do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

m) limites dos Estados e bens do domínio da União;

n) desapropriação e inquilinato;

o) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas, assistência jurídica e defensoria pública, custas dos serviços forenses;

p) matéria a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal;

III – propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Const., art. 52, X); (**)

IV – opinar, em cumprimento a despacho da Presidência, sobre as emendas

apresentadas como de redação, nas condições previstas no parágrafo único do art. 234;

V – opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente, de ofício, ou por deliberação do Plenário, ou por outra comissão;

VI – opinar sobre recursos interpostos às decisões da Presidência;

VII – opinar sobre os requerimentos de voto de censura, aplauso ou semelhante, salvo quando o assunto possa interessar às relações exteriores do País.

§ 1º Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 254.

§ 2º Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

.....

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O projeto lido será publicado e, em seguida, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de Decreto Legislativo que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 2001

Convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Associação de Livre Comércio das Américas pelo prazo de vinte anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É convocado plebiscito, a ser realizado em todo o território nacional, sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Associação de Livre Comércio das Américas — ALCA pelo prazo de vinte anos.

Art. 2º Ficam sustadas até a proclamação dos resultados do plebiscito de que trata este Decreto Legislativo, na forma do estabelecido pelo art. 9º da Lei

nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, as medidas administrativas que visem ao ingresso do Brasil na ALCA.

Art. 3º O Presidente do Congresso Nacional dará ciência da aprovação deste ato convocatório ao Tribunal Superior Eleitoral para os efeitos previstos no art. 8º da Lei nº 9.709, de 1998.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A pressão que vem ocorrendo sobre o Brasil para aderir à Área de Livre Comércio das Américas — ALCA tem sido quase insuportável.

No entanto, nossa economia não tem condições de se integrar à economia norte-americana se não passar antes por um processo de fortalecimento interno e de integração com os demais países da América do Sul para poder cumprir, em condições menos desfavoráveis ou menos desiguais, a integração com aquela grande potência.

Trata-se de um processo longo e que não pode ser feito em apenas alguns anos. Isso ficou demonstrado pelos acontecimentos recentes ocorridos no campo das relações comerciais internacionais, como o episódio da Bombardier versus vaca louca que demonstrou que a guerra comercial na economia globalizada representa, cada dia mais, assunto para gente grande. As exportações brasileiras estão crescendo e incomodando. E as grandes potências comerciais procuram atingir aqueles países que têm algum potencial de concorrência.

O objetivo é claramente impedir que a economia brasileira atinja as dimensões de uma concorrente substancial no mercado internacional, o que nos leva ao reconhecimento de um fator agravante: além da tendência a longo prazo que vem colocando a economia brasileira numa armadilha de não poder crescer sem gerar uma pressão sobre a taxa cambial e produzir, por conseguinte, um acréscimo de custos que dificultará sua competitividade no mercado econômico, ingressam como fatores nesse quadro manifestações de ordem política que, no fundo, nos pretendem enquadrar no sistema comandado pelos países do Norte e submeter a nossa economia à ALCA, que seria antecipada para 2003.

Trata-se de manobra, que, se aceita, será extremamente prejudicial aos interesses econômicos do Brasil e do nosso povo. O quadro está aí para quem quiser ver. E a ele se somam todos os fatores produzidos pela própria política econômica do Governo que geram a vulnerabilidade da nossa economia, a nossa

fraqueza diante das pressões internacionais de caráter comercial e financeiro.

Na verdade, o que se pretende é forçar o Brasil a aceitar de joelhos o seu ingresso na ALCA, onde a nossa economia iria comparecer com o seu modesto grau de produtividade, entregando sua produção aos gigantes do Hemisfério Norte.

Assim, tendo em vista a importância desse fato, parece-nos de todo inconveniente que uma decisão dessa magnitude seja tomada sem que, lançando mão de um dos instrumentos de democracia direta introduzidos em nossa Constituição, se ouça a população.

É por isso que submetemos ao Congresso Nacional o presente projeto de decreto legislativo, para que a sociedade brasileira se manifeste sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA pelo prazo de vinte anos, que, parece-nos, seria o mínimo para permitir não apenas que a nossa economia se coloque em condições de competir, mas também o avanço da integração dos países sul-americanos.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2001. — **Roberto Saturnino – Tião Viana – Carlos Patrocínio – Carlos Bezerra – Lauro Campos – Maguito Vilela – Valmir Amaral – Renan Calheiros – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto – Tasso Rosado – Paulo Hartung – Gerson Camata – José Eduardo Dutra – Casildo Maldaner – Ricardo Santos – Eduardo Siqueira Campos – Arlindo Porto – Heloísa Helena – Mozarildo Cavacanti – Eduardo Suplicy – Maria do Carmo Alves – Amir Landó – Iris Rezende – Sebastião Rocha – Mauro Miranda – Juvêncio Fonseca – Luiz Otávio – José Fogaça.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

.....
Art 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

- I – fixar a data da consulta popular;
- II – tornar pública a cédula respectiva;
- III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV—assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

.....
(À Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para emitir relatório no prazo de 15 dias, findo o qual deverá ser remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O projeto que acaba de ser lido vai, preliminarmente, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 1, de 1996-CN, à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul que, nos termos do § 2º do artigo acima citado, terá o prazo de 15 dias para emitir seu relatório.

Em seguida, a matéria será despachada às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF. GLPFL Nº 74/01

Brasília, 29 de março de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Waldeck

Ornelas, para substituir, como suplente, o Senador Djalma Bessa na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.143-31, de 2-4-01, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá

outras providências", ficando assim constituída a referida Comissão:

Titulares

Bernardo Cabral
Hugo Napoleão

Suplentes

Waldeck Ornelas
José Agripino

Atenciosamente, **Hugo Napoleão**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, nesta data, o Ofício nº 1.112/2001, de 16 do corrente, encaminhando as contas prestadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados referentes ao exercício financeiro de 2000, em obediência ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O expediente foi autuado como Ofício CN nº 4, de 2001, e vai ao Tribunal de Contas da União, para parecer prévio, nos termos dos arts. 56 e 57 da referida Lei Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à:

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 1997 (Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 193, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (nº 4.751/94, na Casa de origem), que cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e dá outras providências.

(Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 180, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (nº 4.751, de 1994, na Casa de origem), que cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e dá outras providências.

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38, de 1997 (nº 4.751, de 1994, na Casa de origem), cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, no Estado do Paraná.

Em conformidade com o art. 1º, a criação da referida unidade de conservação tem por finalidade "proteger e conservar ecossistemas de Mata Atlântica".

ca existentes na área e assegurar a estabilidade ambiental dos balneários sob sua influência, bem como a qualidade de vida das populações litorâneas".

No art. 2º, a proposta incumbe ao Poder Executivo a fixação dos limites definitivos do parque, no prazo de dois anos e dentro do perímetro que estabelece. Desses limites, deverão ser excluídas as "áreas de uso para subsistência ou produção intensiva, aquelas eventualmente urbanizadas, bem como as edificações já existentes e de lazer, e poderá excluir áreas relevantes para o desenvolvimento regional ou para as obras de reconhecido interesse público".

Reza o art. 3º que cabe ao Poder Executivo dispor sobre as medidas necessárias à implantação e administração do parque.

Findo o prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame.

II – Análise

A justificação apresentada pelo autor do projeto, com a qual estamos de pleno acordo, invoca a necessidade de conservação do patrimônio genético representado pela Mata Atlântica, um dos mais ricos biomas do mundo em matéria de biodiversidade e, sem dúvida, um dos mais ameaçados dos ecossistemas brasileiros.

Lembremos que recente estudo da organização não-governamental Conservation International apontou a Mata Atlântica como um dos 25 **hotspots** de diversidade biológica do planeta. Os "pontos quentes" de biodiversidade (**hotspots**) são regiões que concentram alta diversidade e densidade de espécies, ao mesmo tempo que sofrem com a destruição.

A proteção de áreas representativas de ecossistemas importantes — como é o caso da Mata Atlântica — por meio da criação de unidades de conservação parece-nos, portanto, da maior relevância. Um parque nacional seria, assim, uma forma adequada de proteger esse patrimônio natural.

A área de floresta atlântica remanescente a ser protegida, de dimensões da ordem de 25.000ha, situa-se na porção sul da Serra do Mar, apresenta significativa qualidade ambiental, pouca alteração antrópica e expressiva beleza cênica. A região abriga espécies ameaçadas de extinção, além de ser um reduto de espécies raras e de natureza endêmica. Outro aspecto relevante — apontado no parecer elaborado pelo grupo técnico, criado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que analisou o PLC nº 38/97 durante sua tramitação na Câmara dos Deputados — diz respeito

à importância da floresta na proteção de recursos hídricos, especialmente para preservar as nascentes dos rios que garantem o abastecimento de água para as comunidades da região.

Estudos dos órgãos ambientais do Poder Executivo, com a concordância de organizações não-governamentais ambientalistas, já sinalizaram, portanto, favoravelmente à criação do parque Saint-Hilaire/Lange.

Salientamos, ainda, que a denominação dada ao parque reverencia a pessoa do ilustre pesquisador Saint-Hilaire, que esteve na região em expedições botânicas há mais de um século, e do biólogo Ribas Lange, um destacado defensor da Mata Atlântica. Sem dúvida nenhuma, homenagem mais do que justa.

No que se refere à técnica legislativa, faz-se necessário adequar o projeto ao que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998,

que veda expressamente cláusula de revogação genérica. Para tanto, propomos a exclusão do art. 5º do PLC nº 38/97.

Por fim, entendemos que a proposição contempla os requisitos essenciais de constitucionalidade e juridicidade.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº 1-CCJ

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Maria do Carmo Alves**, Relatora – **Antonio Carlos Valadares** – **Gerson Camata** – **Amir Lando** – **Francelino Pereira** – **Alvaro Dias** – **José Eduardo Dutra** – **Bello Parga** – **Osmar Dias** – **Moreira Mendes** – **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O parecer conclui favoravelmente ao projeto, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que apresenta.

Acópiado o referido parecer encontra-se à disposição dos Srs. Senadores nos Avulsos da Ordem do Dia, distribuídas nas bancadas.

Completa a instrução, a Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão.

Discussão em conjunto do projeto e da emenda, em turno único.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias para discutir.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, trata-se de um projeto de lei para transformar em parque de preservação permanente uma área importante da Serra do Mar, da Mata Atlântica, composta por 25 mil hectares e que guarda uma das maiores reservas do mundo em biodiversidade.

Temos, na Mata Atlântica, uma diversidade de espécies de árvores, de vegetação e de animais que precisa ser preservada. Esse projeto tem esse objetivo porque, inclusive, define que dentro da área de 25 mil hectares poderão ser utilizadas áreas para a produção intensiva de alimentos e para a exploração econômica, mas somente com a autorização do instituto ambiental do Estado e do Ibama, o que garante, portanto, a preservação dos recursos naturais daquela área. Existe, inclusive, uma classificação das maiores riquezas de biodiversidade do mundo e aquela região encontra-se entre as 25 maiores reservas de biodiversidade, o que transforma esse projeto de lei em um projeto muito importante.

Sr. Presidente, é oportuno lembrar que há um debate na Câmara dos Deputados sobre um projeto de lei que trata do Código Florestal e que virá brevemente para o Senado. Inclusive, no dia 27 de abril – na próxima sexta-feira –, estaremos com um grupo de Deputados em Toledo, no Paraná, em uma audiência pública, debatendo o Código Florestal e as alterações que estão sendo propostas por meio daquele projeto de lei.

Considero mais importante do que a criação de um parque de preservação permanente – embora seja importante esse projeto que estamos votando –, mais importante do que discutir algumas alterações no Código Florestal, que a Câmara vote um projeto de lei que está lá, parado, há cerca de três anos, de autoria da Senadora Marina Silva.

Como Relator no Senado, ofereci um substitutivo modificando o projeto original da Senadora Marina Silva, que trata de regular o acesso aos recursos genéticos do País; portanto, trata de regular o acesso à nossa riqueza da biodiversidade. Aquele projeto estabelece regras claras de exploração da floresta amazônica, da Mata Atlântica, enfim, de todas as florestas

brasileiras. Estabelece, por exemplo, regras para a comunidade científica internacional, que, muitas vezes, vem ao nosso País e recolhe da nossa floresta segmentos, partes de plantas ou animais. Levam essas partes para os seus países de origem e, lá, fazem a investigação científica. Criam, a partir daquela parte ou mesmo do total da planta, medicamentos e produtos químicos, que são colocados nos mercados e comercializados por preços altos, sem pagar nenhum **royalty** ao país de onde retiraram aquele material, como, no caso, ao Brasil.

Sr. Presidente, temos abastecido laboratórios no mundo inteiro com a nossa biodiversidade. No entanto, o Brasil não tem sido recompensado por fornecer esse material de riqueza natural imensa.

É preciso votar aquele projeto, porque se trata de uma demanda da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, em que todos os países seriam, a partir daquele evento, quase obrigados – esse é mesmo o termo que tem que ser utilizado – a elaborar uma lei que estabelecesse regras para que outros países tivessem acesso aos recursos genéticos da sua origem.

O Brasil foi um dos primeiros países a elaborar essa lei. A Senadora Marina Silva fez o projeto de lei e eu o transformei, fazendo um substitutivo. O Senado aprovou-o por unanimidade. E não dá para entender por que o projeto de lei está parado na Câmara dos Deputados, sendo que o Ministério do Meio Ambiente, que não participou das inúmeras audiências públicas que realizamos em São Paulo, Fortaleza e Manaus, esteve ausente e, ignorando que tínhamos um projeto bastante avançado, apresentou uma outra versão, um outro projeto, quase copiando o nosso. Pois bem, o nosso projeto já avançou, foi aprovado no Senado e falta apenas ser aprovado na Câmara.

Faço um apelo, Sr. Presidente, para que o Ministro do Meio Ambiente adote aquele projeto, que já tem um passo dado, uma vez que foi aprovado no Senado, para que ele possa ser aprovado também na Câmara, até com aperfeiçoamentos, se for preciso. Se o Ministério entender necessário, que se façamos aperfeiçoamentos, para que ele possa, aprovado na Câmara, voltar ao Senado, a fim de concluirmos aqui a sua votação.

O projeto em questão é a proteção da nossa riqueza natural; ele significa a preservação da nossa biodiversidade para as gerações futuras. De nada adianta ficarmos aqui investindo bilhões no Projeto SIVAM para fiscalizar a Amazônia; de nada adianta ficarmos criando parques de preservação isolados, se

não votarmos uma lei que regule o acesso à nossa biodiversidade.

Sr. Presidente, estamos correndo o risco de entregar essa riqueza natural imensa para empresas multinacionais, que, como eu disse, têm tirado muito proveito das nossas riquezas naturais.

Vou citar só um exemplo. No Estado do Senador Tião Viana, se não me engano, no Acre, há uma espécie de sapo que só existe naquela microrregião. Estou falando desse assunto porque foi descoberto pelos índios locais que da pele daquele tipo de animal produz-se um antibiótico poderosíssimo.

Praticamente ninguém se dava conta de que essa era uma fonte de riqueza, mas os italianos levaram alguns casais de sapo para a Itália. Eles não procriaram porque o microclima era diferente e acabaram por morrer. Um laboratório italiano, então, comprou esses sapos, no Acre, apenas para utilizar suas peles, até a espécie ser praticamente dizimada. O antibiótico foi fabricado por eles, foi comprado e consumido, inclusive pelo Brasil, mas os índios da região em nada foram beneficiados.

Esse exemplo parece engraçado, mas o citei para mostrar que muitas vezes não nos damos conta de que estamos promovendo o desenvolvimento econômico de outros países ao lhe comprarmos o produto final produzido com as nossas riquezas naturais, sem proporcionarmos benefícios para a comunidade que detém aqueles recursos e que gerou o conhecimento a respeito deles.

Assim, Sr. Presidente, meu apelo é para que se criem parques de preservação permanente, como estamos fazendo, mas que a Câmara vote um projeto de lei para proteger a biodiversidade brasileira, que é a mais rica do mundo.

Precisamos, sim, de leis que regulem o plantio em áreas de preservação, mas também necessitamos de leis que controlem o acesso de estrangeiros a nossa biodiversidade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara n.º 38, de 1997.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 181, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38 de 1997 (nº 4.751, de 1994, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (nº 4.751, de 1994, na Casa de origem), que cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e dá outras providências, consolidando a Emenda nº 1-CCJ aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de abril de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Mozarildo Cavalcante** – **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 181 DE 2001

Cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, no Estado do Paraná e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Parque Nacional de Saint-Hilaire-Lange, no Estado do Paraná, nos termos e limites previstos nesta lei, a fim de proteger e conservar ecossistemas de Mata Atlântica existentes na área e assegurar a estabilidade ambiental dos balneários sob sua influência, bem como a qualidade de vida das populações litorâneas.

Art. 2º Os limites definitivos do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange serão fixados pelo Poder Executivo, no prazo máximo de dois anos a partir da vigência desta lei, respeitado o perímetro compreendido dentro das seguintes orientações previstas na carta da Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério do Exército, folhas SG.22-X-D-V-2 e SG. 22-X-D-V-4, de 1980:

“Inicia no ponto de confluência das coordenadas UTM 7.139.000 mN e 746.000

mE, localizado a 50 metros ao norte da estrada de contorno, fundos do Balneário Caiobá, ao pé das elevações que compõem o Morro do Itaquá, partindo deste ponto pela cota 20,00 metros s.n.m. em direção ao Porto Passagem, margeando a Rodovia de acesso, observando sempre esta cota ou a cota superior subsequente se houver necessidade de desviar eventuais áreas já urbanizadas, na localidade determinada Porto Passagem, seguindo daí pela mesma cota de 20,00 metros s.n.m. margeando as elevações do Morro Ltaгуá, próximo à estrada de acesso à localidade de Cabaraquara, seguindo daí, ainda pela cota de 20,00 metros, acompanhando a base do Morro de Cabaraquara e do Morro Pedra Branca, seguindo ainda pela cota de 20,00 metros contornando o Morro Jesus, cruzando o Rio Pinheiro em direção ao Morro Laranjeiras, contornando este Morro e seus adjacentes até o encontro da cota 20,00 metros s.n.m. com as coordenadas U.T.M. 7.144.350 mN e 733.000 mE, seguindo em divisa seca pela coordenada U.T.M. 733.000 mN em direção norte até o encontro desta com a coordenada U.T.M. 7.147.000 mN, seguindo por esta coordenada em direção leste até o ponto de encontro com a coordenada U.T.M. 734.000 mE, seguindo então por esta coordenada em direção norte até o encontro com a coordenada U.T.M. 7.154.000 mN, seguindo por esta em direção oeste até o ponto de encontro com a coordenada U.T.M. 732.650 mE que coincide com a cota 40,00 metros s.n.m., seguindo por esta cota em direção ao Morro Limeira, ainda pela cota de 40 metros até o encontro das coordenadas U.T.M. 730.000 mE e 7.154.500 mN, seguindo então pela coordenada U.T.M. 730.000 mE em direção norte cruzando o Rio de Henrique em direção à localidade denominada Ferradura, continuando pela coordenada U.T.M. 730.000 mE em direção ao Morro Alto, até o ponto de confluência desta coordenada com a coordenada U.T.M. 7.166.000 mN, seguindo por esta em direção leste até a confluência das coordenadas U.T.M. 7.166.000 mN, seguindo então por esta última coordenada em direção norte até a confluência com as coordenadas U.T.M. 7.170.500 mN e 732.000 mE que coincide com a cota de

60,00 metros s.n.m., contornando o Morro Grande pela cota de 60,00 metros em direção a Colônia Taúna, ainda pela cota de 60,00 metros em direção sul até a Colônia Quintilha, continuando pela cota de 60,00 metros cruzando o Rio do Salto, seguindo pela mesma cota cruzando o Rio Corisco, ainda pela cota de 60,00 metros cruzando o Rio das Pombas, continuando pela cota de 60,00 metros em direção à Colônia Pereira, cruzando o Rio da Colônia Pereira, pela cota de 60,00 metros em direção sul, cruzando o Rio Cambará, seguindo em direção ao Morro do Batatal, contornando a base do Morro, continuando pela cota de 60,00 metros até o encontro das coordenadas U.T.M. 7.148.000 mN e 741.350 mE, que coincide com a cota de 20,00 metros s.n.m., seguindo por esta cota e contornando o Morro Jesus pela sua face leste e o Morro Pedra Branca em direção à localidade de Sertãozinho, seguindo pela cota de 20,00 metros em direção ao Município de Matinhos, seguindo por esta mesma cota contornando o Morro do Cabaraquara pela cota de 20,00 metros e o Morro do Itaguá até a confluência das coordenadas U.T.M. 7.139.000 mN e 746.000 mE, sempre excluindo as áreas já ocupadas por comunidades ou povoados e aquelas já urbanizadas.”

Parágrafo único. Na fixação dos limites definitivos, o Poder Executivo excluirá as áreas de uso para subsistência ou produção intensiva, aquelas eventualmente urbanizadas, bem como as edificações já existentes e de lazer, e poderá excluir áreas relevantes para o desenvolvimento regional ou para as obras de reconhecido interesse público.

Art. 3º O Poder Executivo disporá sobre as medidas necessárias à implantação e administração do Parque.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se em visita a esta Casa uma substantiva delegação da Assembléia Legislativa do meu Estado, o Maranhão, liderada pelo Presidente daquela Casa, Senador Manoel Ribeiro.

A essa delegação, os cumprimentos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2 :**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1996**, tendo como 1º signatário o Senador Waldeck Ornelas, que acresce § 5º ao art. 64 da Constituição Federal, com o seguinte teor: Art. 64 § 5º: "Terá início pelo Senado a discussão e votação dos Projetos que interfiram nas relações federativas", tendo

Parecer sob nº 128, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2000

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Nabor Júnior, que altera o § 6º do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eleti-

vos de Presidente da República, de Governadores de Estado e do Distrito Federal e de Prefeitos), tendo

Parecer sob nº 148, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável, com votos contrários dos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Freire, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000, com a qual tramita em conjunto.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por 1/3, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa.

O Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 4:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2000

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000, tendo como 1º signatário o Senador Jefferson Péres, que modifica o § 6 do art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a obrigação de renunciar seis meses antes do pleito, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos, quando concorrem à reeleição), tendo

Parecer sob nº 148, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, pela prejudicialidade da matéria, com votos contrários dos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Freire, e favorável, a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, com a qual tramita em conjunto.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2000 tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2000, já apreciada anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 5:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 1999** (nº 161/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Birigui Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 483, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Jefferson Péres.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 182, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 1999 (nº 161, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 1999 (nº 161, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Birigui Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de abril de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 182, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão de “Rádio Clube de Birigui Ltda,” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de novembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de “Rádio Clube de Birigui Ltda,” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Birigui, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 6:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 1999** (nº 131/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jales, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 569, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Carlos Wilson, com abstenções dos Senadores Jefferson Peres e Geraldo Cândido e da Senadora Heloísa Helena.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 183, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 1999 (nº 131, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 1999 (nº 131, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jales, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de abril de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Édison Lobão**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº, 183, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a “Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jales, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 97, de 13 de março de 1998, que renova por dez anos, a partir de 19 de dezembro de 1996, a permissão outorgada a “Rádio Assunção de Jales Sociedade Ltda.” para explorar, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jales, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2000** (nº 291/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Canoa Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igarapu do Tietê, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 526, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Djalma Bessa, com abstenções da Senadora Heloísa Helena e dos Senadores Jefferson Peres, Geraldo Cândido e Pedro Simon.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 184, DE 2001

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2000 (nº 291, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 30 de 2000 (nº 291, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Canoa Grande Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igaraçu do Tietê, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de abril de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 184, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão de “Rádio Canoa Grande Ltda,” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igaraçu do Tietê, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 1998, que renova por dez anos, a partir de 11 de julho de 1993, a concessão de Rádio Canoa Grande Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Igaraçu do Tietê, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2000** (nº 294/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Guarani para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.178, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 185, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2000 (nº 294, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2000 (nº 294, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Guarani para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de abril de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente, – **Edison Lobão**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Antonio Carlos Valares**.

ANEXO AO PARECER Nº 185, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a “S.A. Rádio Guarani” para explorar serviço de radiodifusão so-

nora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 213, de 7 de outubro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada a "S.A. Rádio Guarani" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2000** (nº 20/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Minas Gerais – Rádio Inconfidência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.179, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 53,

de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 186, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2000 (nº 20, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2000 (nº 20 de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Minas Gerais – Rádio Inconfidência Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de abril de 2001. – **Jader Barbalho** Presidente – **Edison Lobão** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 186, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Minas Gerais — Rádio Inconfidência Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 550, de 29 de outubro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 11 de julho de 1994, a autorização outorgada ao Governo do Estado de Minas Gerais — Rádio Inconfidência Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 10:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2000** (nº 94/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Litoral Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 911, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 187, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2000 (nº 94, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2000 (nº 94, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Litoral Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de abril de 2001. – **Jader Barbalho** Presidente – **Edison Lobão** – Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 187, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a “Rádio Litoral Norte Ltda,” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 25, de 25 de janeiro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 10 de agosto de 1991, a permissão outorgada a “Rádio Litoral Norte Ltda,” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 11:

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 20, de 2001**, do Senador Roberto Requião, solicitando que o Projeto de Resolução nº 57, de 2000, seja desapensado do Projeto de Resolução nº 81, de 1999, de forma a retomar sua tramitação autônoma.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Resolução nº 57, de 2000, fica desapensado do Projeto de Resolução nº 81, de 1999, e vai ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 12:

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 129, de 2001**, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando, nos termos regimentais, que o Projeto de Resolução nº 7, de 2001, seja desapensado do Projeto de Resolução nº 81, de 1999, de forma a retomar sua tramitação própria.

Em votação o requerimento, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas desejo esclarecer à Casa a respeito desse Projeto de Resolução que tem por objetivo a criação da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, no âmbito do Senado Federal.

Sr. Presidente, tramita no Ministério da Justiça, exatamente na Secretaria de Defesa do Consumidor, e está em gestação, a Agência Nacional de Defesa do Consumidor. Portanto, o que peço nesse requerimento é que seja desapensado o Projeto de Resolução que cria a Comissão de Defesa do Consumidor, que permita a esta Casa, paralelamente, a todas as discussões que estão sendo formuladas dentro da Secretaria de Defesa do Consumidor, no Ministério da Justiça, a discussão também da criação da nossa Comissão Permanente de Defesa do Consumidor.

Sr. Presidente, o meu objetivo é que esta Casa possa discutir a questão com a tramitação dessa matéria de forma isolada, para que possamos nos centrar nesse importante gesto de aproximar o Senado Federal do consumidor brasileiro.

Era essa a explicação que pretendia dar aos meus Pares, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Resolução nº 7, de 2001, fica desapensado do Projeto de Resolução nº 81, de 1999, e vai ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 13:

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 151, de 2001**, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as}. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos a que se refere o requerimento passam a tramitar em conjunto.

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão de Assuntos Econômicos, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 1999, deliberou no sentido de que o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 1999, fosse preliminarmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame de sua constitucionalidade.

Nesses termos, a Presidência encaminha o referido projeto, e todos os demais que passam a tramitar em conjunto, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para cumprimento daquela decisão para a posterior apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos, já em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia. Retornamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, compelido que sou pelos reclamos da minha gente, assomo à tribuna nesta sessão do Senado da República. Compelido, porque os problemas da Amazônia sempre foram tratados **a latere** da opinião, dos anseios e sobretudo dos sonhos da nossa terra e da nossa gente.

A Amazônia tem sido sempre objeto de disciplina de quem pensa o Brasil a partir das abstrações, de quem não conhece uma realidade exótica, é verdade, que a Amazônia consubstancia como o último capítulo da geografia natural. Aqui, no Congresso, se dispõe de acordo com o entendimento de circunstância e do momento. E o nosso povo, e a nossa gente não merece sequer uma consulta à consulta capaz de dar à lei um substrato de realidade? A lei não pode ser o arbítrio do legislador! A lei tem que ser recolhida no seio da sociedade de acordo com os princípios que regem

àqueles a que se destina! A lei tem que surgir no seio da sociedade e deve ser essa parturição social, como tenho repetido tantas vezes. Mas, não, a disciplina sobre a Amazônia, em especial por intermédio da Medida Provisória nº 2.048, dispõe algo inaceitável, sobretudo no meu Estado de Rondônia. Não se pode exigir daquela população que preserve 80% da floresta!

Houve um apelo nacional na década de 70, que na nossa memória ainda está presente, pois não se pode apagar aquilo que foi o grande apelo de ocupação da Amazônia. O então Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, afirmava "que era preciso povoar a Amazônia. A terra sem homem e o homem sem terra encontravam ali um casamento propício para o desenvolvimento nacional". Esse apelo era repetido por todos aqueles que tinham responsabilidade com o desenvolvimento da região, fossem as autoridades locais da Amazônia, fossem as autoridades nacionais aqui de Brasília.

Para o meu Estado de Rondônia foram centenas, milhares de famílias, em busca de um trato de terra para semear o grão e colher a esperança. Essa gente brasileira tornou nacional um solo e a terra ínvia, transformou aqueles palmos remotos de vasta solidão, por intermédio do milagre do trabalho, mudando a paisagem, domesticando-a. A paisagem hostil e a geografia inacessível adaptaram-se à forma humana. Cedeu a malária, cedeu o pium, cederam todas as endemias rurais, e o homem pôde ali lançar as bases de uma civilização que pode merecer a crítica, mas que foi a civilização possível. Com a colonização, assentaram-se famílias, e a terra recebeu com fertilidade o grão, produzindo mais do que o progresso, a esperança e o desejo de trabalhar e construir o Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa gente, por orientação e determinação dos regimentos, regulamentos e leis, estava obrigada a explorar ao menos 50% de cada lote de terra recebido na colonização oficial. Havia essa imposição como pré-requisito para receber o título definitivo. Era o trabalho que concedia o domínio, era o trabalho incorporado ao solo que transformava essa realidade e que ofertava o documento de propriedade.

Mas o tempo passou, e não foi por longo período, e esses que eram saudados como os pioneiros, os novos bandeirantes, aclamados como os verdadeiros brasileiros que estavam afirmando a soberania nacional com a presença viva nessas regiões remotas, de repente transformaram-se em delinquentes ecológicos; de heróis a bandidos. E o meu povo de

Rondônia foi objeto de uma perseguição brutal em termos de fazer com que se voltasse a recolocar a floresta onde a produção fazia escola e grassava naquelas regiões da colonização.

E essa gente, que obteve no FNO a possibilidade de recrutar recursos indispensáveis para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, de repente, em razão desse entendimento que veio de forma abrupta, desconhecendo a realidade e a memória da ocupação, simplesmente teve os seus projetos de financiamentos paralisados, cancelados e impedidos de receber qualquer tostão, porque as áreas ocupadas já tinham sido exploradas em mais de 20% daquilo que a medida provisória estabelecia. Esse foi um pacto que havia sido estabelecido entre os pioneiros e o País, entre aqueles que foram obrigados a derrubar para se tornarem donos da terra, e a própria Nação.

A lei não pode prejudicar o direito adquirido, que é um princípio elementar da ordem jurídica vigente para garantir a estabilidade e a segurança das relações jurídicas e sociais. Mas, diante da vontade soberana da medida provisória, paralisa-se tudo. E essa gente é como que enxotada, porque não pode mais contrair nenhum financiamento do Fundo Constitucional do Norte, criado exatamente para incentivar atividades dessa natureza. Essa gente hoje se sente como se sobre ela houvesse sido decretado o despejo sumário. Há, disseminado por todo o Estado, o desespero, o pavor, o temor e a insegurança. O que fazer com as centenas de milhares de famílias assentadas na colonização oficial e na colonização espontânea? O que se quer? Será que a Nação não poderia, com maior coragem e determinação, dizer: vamos desocupar a Amazônia para deixar para as grandes potências, amanhã, fazerem daquilo uma reserva territorial? Não seria mais digno e coerente decretar o despejo que a população já sente na carne? É isso que se quer? Se é isso que se quer, é preciso ter coragem de dizer a todos os brasileiros que estamos desocupando a Amazônia, sobretudo o Estado de Rondônia, para tornar aquela imensa e fértil região numa reserva territorial para as raças economicamente mais desenvolvidas.

É isso que se quer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas isso é impossível, porque o povo de Rondônia, sobretudo, que chegou em situação adversa e ali amanhou a terra, domesticou-a, como eu disse, tornou-a sua imagem e semelhança; essa gente que secou o pântano, espantou as endemias, tornou sadias as áreas insalubres; essa gente que viu

nascer os filhos, assim como viu morrer os parentes por falta de assistência médica; essa gente que teve que sepultar o seus íntimos muitas vezes ao longo dos caminhos, sem uma campaparadenunciara última morada; essa gente que sofreu por certo não entregará em vão e graciosamente a conquistada pedação de terra, que significa um título de liberdade, de libertação, a autonomia financeira e vital da família.

Essa gente, por certo, dirá a todos: "Não nos tireis a nossa terra. Arrancai-nos, antes, do peito o coração, se tiverdes coragem, porque nós resistiremos apesar de toda pressão de uma política ambiental inadequada e irreal para uma realidade que já não pode mais ser transformada. Não se pode fazer voltar as rodas do passado".

Essa gente, cujo grito de amargor sufocado no fundo da garganta quero trazer nesta tarde, quer um tratamento isonômico, quer ser tratada como nos demais Estados da Federação. Não podemos transformar os nossos agricultores em guardas florestais gratuitos. Se o Governo quer implantar essa política, que pague, ao menos, a remuneração digna, para que os colonos possam sustentar suas famílias!

Não se pode querer voltar atrás, porque o próprio Estado de Rondônia, de pois um estudo técnico e profundo, por intermédio de sua representação, a Assembléia Legislativa, aprovou o zoneamento socioeconômico e ecológico.

Rondônia oferece 70% de suas terras para reservas florestais. Trata-se de mais de meia centena de unidades de preservação, que perfazem, ao todo, com o zoneamento e as áreas impróprias para exploração agrícola e pastoril, uma reserva de 70% do seu território. O que mais querem de Rondônia? Querem passar o fecho, como se tivessem o cadeado do retrocesso para o nosso Estado?

Não podemos, Sr. Presidente, aceitar essa política que não atende, sobretudo, à realidade. Não há como desconhecer que muitas regiões, como bem definiu o zoneamento socioeconômico e ecológico, já tiveram até 80% de suas respectivas áreas exploradas; nelas serão preservados apenas 20% da mata nativa. Em outras regiões, não se abaterão sequer 5%, 10% ou 20%, mas se preservará a integralidade da floresta.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Amir Lando?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Com muito prazer, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Amir Lando, V. Ex^a é de origem catarinense, hoje

em Rondônia, aliás, um grande Senador, quiçá amanhã Governador daquele Estado. Faço este aparte, porque há milhares de catarinenses morando, trabalhando, procurando ganhar o pão de cada dia e sustentar seus filhos nesse jovem e próspero Estado de Rondônia. Pela exposição que V. Ex^a faz, fica evidente o cerceamento da atividade de muita gente que à terra está ligada, de milhares de pessoas que, como bandeirantes, para lá foram a fim de buscar o seu futuro. Assim o fizeram também pessoas do Rio Grande do Sul e do Paraná. Mas me refiro às pessoas do meu Estado, cuja situação nos faz sofrer, porque são irmãos, parentes nossos, alguns consanguíneos, outros não, que lá se encontram e que, daqui a pouco, estarão cerceados em suas atividades, o que nos atinge de certo modo. Por isso, gostaria de me solidarizar com V. Ex^a, quando expõe essa preocupação com relação a algumas medidas que pretendem adotar no Estado de Rondônia. É claro que defendemos um desenvolvimento sustentado, com preservação do meio ambiente, mas não se pode permitir que, em determinados Estados, a exploração seja feita dentro de certos limites e que, em outros, a preservação ocorra em 70% de sua área, fazendo com que famílias sejam deportadas, desalojadas, por falta de condições de desenvolverem suas atividades. Isso seria injusto; temos que ser racionais com relação a isso. Gostaria de levar, do meu Estado, Santa Catarina, essa solidariedade a V. Ex^a e aos catarinenses que estão lá, quem sabe também cerceados com essas medidas adotadas no Estado de V. Ex^a ou próximos de receber essas punições, de não ter essa liberdade, mesmo respeitando o meio ecológico e o desenvolvimento sustentado, como indicado. Senador Amir Lando, com esse pronunciamento que faz da tribuna do Senado, V. Ex^a está falando não só em nome de Rondônia e não só para Rondônia, mas para o Brasil, a fim de que este desperte para a questão abordada. Por isso, cumprimento-o neste momento.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Agradeço-lhe o brilhante aparte, que, por certo, enriquece sobremodo a minha manifestação restrita, nesta sessão do Senado.

V. Ex^a destaca alguns pontos que constituem o sentimento do povo rondoniense, em primeiro lugar compelido a explorar além da sua capacidade econômica e física. Refiro-me àqueles colonos assentados nos projetos de colonização oficial, mas poderíamos também desdobrar a mesma matéria para a área de pecuária.

Cerca de quatro milhões de hectares foram licitados pelo Incra. Em 1972, houve a primeira licitação; em 1974, a segunda. Nessa época, nós, servidores do Incra, estávamos muito mais empenhados em operar a reforma agrária, em realizar a justiça social, em dar a muitos um pouco do território brasileiro. No entanto, com a operação Sul vai ao Norte, comandada pelo então Ministro Reis Velloso, fez-se uma concessão à média propriedade, que se tornou a grande propriedade. Naquele momento, abríamos mão de uma idéia mais rígida da colonização ou da ocupação parcelar, como sempre preferi dizer, que, de certo modo, consubstancia a reforma agrária, porque muda a estrutura fundiária da região, sobretudo do Estado de Rondônia. Ali distribuíamos cerca de 100 hectares para cada pessoa que viesse de todas as plagas, de mãos vazias, com a fome no estômago, com as panelas sem comida, mas, sobretudo, com a alma cheia de esperança.

A essa gente entregamos a terra. Ainda me lembro da alegria de milhares de famílias, que, quando recebiam a autorização de ocupação, faziam uma reverência, como se estivessem agradecendo a Deus a oportunidade de obter o sonhado trato de terra. Essa gente ali estava, mais do que prestando um serviço ao País, afirmando não apenas a nossa capacidade produtiva, mas também a nacionalidade brasileira.

Essas terras, nobre Presidente, só se tornaram Brasil porque brasileiros fizeram dela o jardim florido da produção, é a vivificação da Amazônia, tão importante para a afirmação da soberania nacional. Não queremos apenas os vazios demográficos, que fiquem eles naquelas áreas impróprias à exploração, mas a região da Amazônia de tem uma área de aproximadamente 100 milhões de hectares de terras férteis, propícias a atividades agrícolas e pastoris.

Como bem demonstram pesquisas e estudos atuais de instituições as mais qualificadas, não apenas no Brasil como no mundo, o solo não empobrece com a exploração. Ao contrário, em regiões de atividades pastoris de cerca de oitenta anos o que se viu foi melhorar o pH, o que se verificou foi melhorar a incorporação de carbono. Por isso, temos que aproveitar as terras da Amazônia, propícias à produção agrícola e pecuária, para aumentar a riqueza nacional, para que se possa distribuir a terra, já que não há outra forma de distribuição de renda a não ser essa chance da reforma agrária.

Mas, enquanto isso, o que se verifica, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário pouco ou nada fa-

zem, paralisaram suas ações. Há, sim, resultados fantásticos de mídia. Mas, no meu Estado de Rondônia, o que se verifica é absoluta inércia da distribuição das terras. E as terras públicas acabam sendo objeto de ocupações ilícitas, de invasões em grandes áreas. E essas ocupações vão consolidando direitos e os sem-terra acampados na frente, no pátio do Incra, quando a terra é tanta, quando há abundância de terra, quando há abundância de chão, que poderia ser destinado àqueles que querem plantar.

Mas, não! Nada se faz! Deixa-se cada vez mais o problema aumentar, atingindo as raízes da intolerância de ambas as partes. E aí é o caminho aberto à violência, uma violência legítima, em razão da inércia, da falta de ação governamental em termos de reforma agrária.

Mas o meu povo de Rondônia está disposto, sim, a cumprir o zoneamento socioeconômico e ecológico; e acredito ser uma contribuição importante ao meio ambiente. Estamos agindo com a maior racionalidade, preservando inclusive universos expressivos de cobertura natural, onde se mantém a universalidade dos indivíduos que compõem a floresta, e não reduzindo, porque reduzindo-a a áreas que não conservam a qualidade do globo, o que acontece é a perda de muitas espécies vegetais. A proposta que Rondônia oferece ao Brasil é de absoluta racionalidade, onde se preservam grandes extensões de mata nativa, e a floresta, assim, pode sobreviver a todos os ataques da civilização.

Por isso, Sr. Presidente, a razão deve estar a serviço da solução dos problemas nacionais. A audiência com as comunidades locais é decisiva na formulação legislativa. E mais uma vez quero acentuar que não aceitamos, de maneira nenhuma, apesar de ser muito difícil enfrentar este **lobby** que há por trás da falsa idéia de preservação. A primeira regra da preservação é o aproveitamento racional dos produtos e de todos os recursos naturais renováveis. Essa é a primeira regra. Mas não há racionalidade alguma na política florestal brasileira. Há, sim, uma série de óbices, de dificuldades para se fazer uma exploração racional. E as dificuldades são tantas que o caminho da ilegalidade acaba sendo uma derivação quase que imperativa.

Por isso, Sr. Presidente, é hora de refletirmos melhor sobre aquilo que representa a Região Amazônica em termos nacionais. É hora de ouvirmos, aprendermos, e esse aprendizado do que se faz, essa sabedoria que se recolhe da prática é importante, recolhendo os ensinamentos daqueles que vivem na região, que

sabem das vicissitudes, das dificuldades, das peculiaridades locais.

Não podemos continuar a ser regidos por disposições que nada têm a ver com a realidade porque já se disse, em termos de doutrina jurídica, a lei escrita nada mais é do que o costume transformado, e o costume é a lei não escrita.

Por isso, é importante verificarmos como se procede, como é possível desenvolver a atividade socioeconômica na Amazônia. E a partir da realidade, a partir de toda riqueza factual, dispor-se de acordo com o possível daquilo que a lei pode realmente realizar. Fora daí, é mera arbitrariedade, e nós, povos da Amazônia, que viemos de todas as plagas para ocupar a região e incorporá-la, sócio e economicamente no concerto nacional, queremos ser respeitados, ouvidos; e, sobretudo, essa gente que lá está trabalhando, precisa, mais do que nunca, de apoio, e não de repressão, e não de cadeia, mas, sim, de liberdade para tornar maior o Brasil.

Durante o discurso do Sr. Amir Lando, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela Liderança do Governo.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, igualmente, gostaria de pedir a minha inscrição para falar no horário do Partido da Frente Liberal, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência concede a palavra, como líder, ao Senador Romero Jucá.

Posteriormente, esta Presidência concederá a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer uma comunicação a esta Casa. Hoje, pela manhã, num gesto pessoal e político de muita grandeza, o Líder do Governo, no Senado Federal, Senador José Roberto Arruda, afastou-se temporariamente da liderança para cuidar, especificamente, de prestar contas, ainda melhor, da forma como fez ontem, sobre as questões que estão envolvidas na mídia nacional.

Portanto, ao licenciar-se S. Ex^a, durante um período determinado, eu, como primeiro vice-Líder do Governo, assumo interinamente essa Liderança e faço esta comunicação à Casa, a todos os líderes

partidários, às Sr^{as} e Srs. Senadores no sentido, primeiro, de pedir a colaboração para o nosso trabalho conjunto, no intuito de retomar, com mais vigor ainda, uma agenda positiva, para votar as matérias que são importantes para o País; segundo, para registrar a grandeza política do Líder José Roberto Arruda que, ontem, fez uma minuciosa exposição, na tribuna do plenário desta Casa e demonstrou cabalmente o seu posicionamento acerca das questões que estão na mídia nacional.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, coloco-me à disposição de todos, peço a colaboração dos líderes e tenho certeza de que na próxima semana continuaremos o programa de votação forte que o Senado vem empreendendo nos últimos dias.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, estou fazendo uma comunicação de Liderança e não sei se cabe um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O aparte pode ser concedido, Senador Romero Jucá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Nesta fase, cabe um aparte, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Pois não. Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Romero Jucá, em primeiro lugar, desejo que V. Ex^a, que sempre tem agido com muita seriedade aqui, no Senado Federal, possa exercer o mandato de Líder do Governo da melhor maneira possível, estando à altura do empenho, do esforço e da dedicação do Senador José Roberto Arruda. Uma vez que o Senador José Roberto Arruda ainda não veio ao plenário, gostaria de transmitir algo ao Líder do Governo. Hoje li na imprensa que o Senador José Roberto Arruda, Líder do Governo, mencionou aos jornalistas que ficou com vontade de me dar um soco. Considero essa declaração séria e grave. Alguns dos Srs. Senadores podem estar achando graça, mas acho isso extremamente sério. Então, falando a V. Ex^a, Senador Romero Jucá, gostaria de dirigir-me ao Senador José Roberto Arruda, fazendo um apelo a S. Ex^a. Há evidências, levantadas por quem está estudando o assunto, de que o Senador José Roberto Arruda não revelou a verdade inteira dos fatos no dia de ontem. Na manhã de hoje, conversei com a Sr^a Regina Célia Peres Borges, que confirmou sua presença hoje, às 14 horas e 30 minutos, no Conselho de Ética, atendendo a convite do Presidente Ramez Tebet. Será uma reunião de extraordinária relevância para os destinos do Senado

Federal e, inclusive, Senador Romero Jucá, para o Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Líder do Governo, ontem, falou com a responsabilidade de Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, depois de ter-se reunido com o Presidente e de ter dito que viria aqui para esclarecer os fatos. Tenho a convicção de que o Presidente disse a S. Ex^a que viesse aqui transmitir toda a verdade. Gostaria de dizer ao Senador José Roberto Arruda, que talvez nos esteja ouvindo, que não foi para ofendê-lo que citei o meu filho Fernando, que estava tocando um instrumento de sopro no momento em que a Sr^a Regina Célia Peres Borges chegou a sua residência. Ela ouviu a música e depois viu o rapaz com o instrumento. Ele estava no apartamento. Não era uma banda, mas ele tocando. E, quando se iniciou o diálogo com o Senador José Roberto Arruda, segundo o depoimento dela, ele não estava mais tocando o instrumento. O Senador José Roberto Arruda reagiu à minha indagação como se eu o tivesse ofendido, porque citei seu filho. Transmita a S. Ex^a que, se, em qualquer momento, qualquer dos meus três filhos for testemunha de algo importante referente ao pai, é claro que ele poderá ser convidado a dizer a inteira verdade sobre o que ocorreu. Eu faria questão de que meu filho dissesse a verdade. Isso é da maior seriedade, do ponto de vista da defesa do Senado e do interesse público. Falo, com toda amizade e seriedade, ao Senador José Roberto Arruda, que talvez nos esteja ouvindo: se, de fato, houve o episódio, se, de fato, o seu filho testemunhou esse episódio, diga a inteira verdade! E, para que haja um bom relacionamento entre pai e filho, diga a seu filho também para dizer exatamente a verdade. Jamais diga a seu filho para deixar de dizer a verdade, porque isso seria dilacerador para a relação entre um pai e um filho. Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a, que muitas vezes demonstrou amor por seu filho, sabe o que pode acontecer se um pai disser a um filho que ele não deve revelar o que realmente aconteceu. Pelo amor que, certamente, o Senador José Roberto Arruda tem por seu filho músico – eu tenho três filhos, dois dos quais músicos –, S. Ex^a me respondeu dizendo que não colocasse a família no meio. Não se trata de colocar a família no meio; trata-se de um relacionamento respeitoso, em que o filho pode contribuir para ajudar a trazer à memória do pai um fato da maior relevância. Acrescento algo mais: pode haver engano, mas a informação até agora levantada é de que o Senador José Roberto Arruda saiu da mencionada posse por volta das 20 horas e 40 minutos. S. Ex^a afirmou que, de lá, teria ido para o restaurante Piantella. Conversei com o jornalista Ricardo Noblat hoje de

manhã e perguntei-lhe a que horas ele se encontrou, no restaurante Piantella, com o Senador José Roberto Arruda. Ele se lembrou de que aquele foi um dia calmo na redação do **Correio Braziliense**, onde é editor-chefe, e de que chegou ao restaurante por volta das 22 horas e 30 minutos. Entre sair 20 horas e 40 minutos da posse do Ministro e chegar por volta de 22 horas e 30 minutos no Piantella... V. Ex^a conhece muito bem Brasília e sabe que, com mais de uma hora de intervalo, é perfeitamente possível passar em casa e receber uma pessoa, como a Sr^a Regina Célia. Cometi um pequeno engano ontem ao dizer que ela estava na 914 sul; o correto seria dizer que ela estava na SQS 214, onde ela mora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – (Faz soar a campainha)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Isso é muito sério e grave. Ele, então, ao dialogar pelo telefone, disse que ela poderia ir à sua residência, na SQS 114, para onde ela, efetivamente, foi. E mais: solicitei a ela, para melhor registro e conhecimento dos fatos, que me autorizasse a pedir à Telebrasil a o registro dos telefonemas havidos nos dias 27 e 28, porque, no telefone que ela estava usando, haverá o registro. Haverá, inclusive, Senador Antonio Carlos, o registro do telefonema do dia 28, se este realmente se efetivou. Aqui no Senado, pela sistemática que existe para não registrar as coisas, talvez não exista. O Senador José Roberto Arruda acaba de entrar no plenário, e eu estou falando como se estivesse querendo falar perante S. Ex^a. São importantes esses esclarecimentos, porque, nas declarações da Sr^a Regina Célia à jornalista Daniela Pinheiro, ela estabeleceu um rol de detalhes muito significativo. Assim, considero muito importante a presença dela hoje no Conselho de Ética. Espero até que o Senador José Roberto Arruda possa estar presente no Conselho de Ética para ouvir o depoimento da Sr^a Regina Célia porque, se houve qualquer lapso de memória, poderão ser feitas correções. Lembro, porém, que o que mais pesou quando da decisão sobre a perda do mandato do Senador Luiz Estevão – nós não tínhamos até então todas as provas que vêm surgindo acerca do enriquecimento ilícito e do desvio de recursos – foi o fato de S. Ex^a ter faltado com a verdade perante os seus pares e perante o povo brasileiro. Faço uma recomendação ao Senador José Roberto Arruda: é muito importante falar a verdade. Se porventura houve lapso de memória, se houve incorreção, V. Ex^a colaborará muito se recuperar a memória inteira e reconhecer a verdade dos fatos tais como

eles ocorreram. Até porque, Senador José Roberto Arruda, algumas das coisas que V. Ex.^a mencionou referentes ao Sr. Ricardo Noblat não são inteiramente corretas, segundo a memória dele. Por esta razão, eu o convidei para estar presente ao depoimento da Sr.^a Regina Célia: para que esses detalhes possam ser melhor memorados e esclarecidos. Assim, se V. Ex.^a puder estar presente, tudo será melhor desvendado. Nossa obrigação é desvendar a verdade por inteiro. Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Meu caro Senador Eduardo Suplicy, é importante a presença do Senador José Roberto Arruda pois, apesar de não ter procuração para defendê-lo, iria fazer algumas observações que considero importantes.

A primeira delas: ontem, em nenhum momento, apesar da forte emoção de que estava tomado, vi o Senador José Roberto Arruda ameaçar alguém, muito menos dizer que iria bater em V. Ex.^a. Não me consta essa declaração. Além disso, nem na minha visão nem na minha presença, em dois anos como Vice-Líder ao lado do Senador José Roberto Arruda, jamais vi por parte dele qualquer gesto de violência ou de truculência.

A segunda consideração: o Senador José Roberto Arruda, volto a dizer, num gesto de desprendimento pessoal e de grandeza política, afasta-se provisoriamente da Liderança do Governo exatamente para não dar essa interpretação que V. Ex.^a está querendo dar: a de que o Líder do Governo estava inserido nessa questão. Ao deixar o seu posto, o Senador José Roberto Arruda demonstra firmemente que a Liderança do Governo, que o papel de Líder do Governo nada tem com essa celeuma que se criou e muito menos com a sua atuação nessa questão.

Como o Senador está presente, encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O Sr. José Roberto Arruda (Bloco/PSDB – DF) – Mas eu gostaria de lhe pedir um aparte, se V. Ex.^a me permite.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – V. Ex.^a foi citado e, portanto, pode falar como aparteante ou orador. De toda maneira, antes de encerrar, concedo o aparte a V. Ex.^a, Senador José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda (Bloco/PSDB – DF) – Em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpas ao Senador Eduardo Suplicy por não ter conseguido ouvi-lo por inteiro. Comecei ouvindo-o no gabinete, vim pelo corredor, ouvi fragmentos da sua fala, e chego aqui já ao final dela. Sobre os conselhos que V. Ex.^a me dá quanto a tratamento de filhos: dispenso-os. Sobre

bre métodos, Senador Eduardo Suplicy: tenho defeitos, mas não o da deselegância. Um outro defeito que não tenho é o de não saber medir contadores. Nunca pratiquei desforço físico contra ninguém. Se um dia tivesse que fazê-lo, não seria contra um ex-halterofilista, um boxeador, um homem tão forte como V. Ex.^a, pois eu levaria desvantagens claras. Portanto, não espere isso de mim. Em terceiro lugar, meu caro Senador Eduardo Suplicy...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Li que V. Ex.^a disse que gostaria de dar um soco em mim. Foram os jornalistas que registraram. Então, fiquei preocupado...

O Sr. José Roberto Arruda (Bloco/PSDB – DF) – Senador Eduardo Suplicy, esta Casa já conhece os seus métodos de aproveitar qualquer oportunidade que apareça, independentemente do nível de agressão que isso gere a um colega Senador, para usar a mídia para se projetar, muitas vezes de forma oportunista. Não sei se isso é uma estratégia política ou se é um traço de caráter. Mas não me cabe julgá-lo. O que me cabe dizer a V. Ex.^a, com bom humor, com serenidade, é que não espere de mim nunca, pessoalmente, nada que não seja o aperto de mão – que nunca lhe neguei – e o abraço fraternal – inclusive nas horas difíceis que V. Ex.^a viveu. Nunca espere de mim – nem V. Ex.^a nem nenhum colega – um gesto que não nasça da solidariedade humana. Nunca espere isso de mim, Senador Eduardo Suplicy, nunca, porque não é da minha formação. Não sou Matarazzo. O meu pai era um homem muito humilde, não tínhamos dinheiro nem fábricas. Ele me deu, porém, uma coisa importante: educação, formação humana. Não espere de mim nunca um gesto de oportunismo. Nunca vou tentar aparecer em episódios negativos da vida dos outros. Senador Eduardo Suplicy, deixe-me aproveitar o ensejo para dizer-lhe uma coisa: tudo o que eu tinha de falar sobre esse episódio eu já falei. Eu, efetivamente, saí do prédio do TSE e fui direto para o Piantella. É muito difícil, um ano e meio depois, saber o horário exato em que cheguei e o horário em que comecei o jantar. Mas por sorte – e V. Ex.^a, talvez por estar atendendo telefonemas durante o meu discurso, não pôde perceber esse detalhe –, um advogado de Brasília, Dr. Antônio Carlos, despediu-se de mim na saída do TSE, saímos praticamente juntos – já no final da solenidade, foi bem no fim da solenidade – e, quando ele chegou ao Piantella, ele já me encontrou com o jornalista Ricardo Noblat. Foi às dez, às dez, dez e quinze, dez e vinte, às dez e quarenta? Não sei lhe precisar. O que importa – isso, com certeza – é que fui

diretamente e que várias pessoas que saíam do TSE e que também se dirigiram àquele restaurante – um dos poucos abertos naquele dia na cidade – também podem testemunhar o que estoudizendo. Mas vamos admitir.... V. Ex^a, ontem falando ao telefone celular.... Lembra-se daquela vez em que foi à Nova Iorque – mais ou menos assim, seu estilo – V. Ex^a, atendendo ao telefone, achando que tinha descoberto o Brasil, disse: "não, mas às nove da noite..." Ora, Senador Suplicy, eu estive no TSE o tempo todo com o Senador Piva, tomamos alguns drinques juntos e ficamos lá. Agora, vamos admitir, apenas para que V. Ex^a não se perturbe no raciocínio, que naquele dia eu tivesse ido para casa e tivesse ficado lá: isso também não me torna culpado de nada. Agora, ontem, por mais serenidade que eu tivesse, V. Ex^a realmente mexeu com um lado meu que me desagradou. Eu pretendia lhe dizer isso reservadamente, para não lhe causar constrangimento, mas já que V. Ex^a insiste nessa provocação estéril – V. Ex^a não vai conseguir me tirar do sério –, digo-lhe que esse assunto será tratado da forma própria, conveniente, com profundidade, dentro do nível que o Senado exige, não do que V. Ex^a tenta impor. O que eu nunca faria, Senador Suplicy, é invocar questões familiares para esse tipo de coisa. É claro que conversei com o meu filho hoje pela manhã. Ele disse: "pai, nunca vi..." E se tivesse visto, qual a diferença? Procurei tranquilizá-lo quanto às brincadeiras que os colegas fizeram pela Internet na tarde de ontem, as brincadeiras de colégio, dizendo-lhe: "Meu filho, é o preço, seu pai faz vida pública. A questão é essa, é a realidade..." Ele me respondeu: "Não, pai, fique tranquilo." Um menino novo ainda, mas ele foi firme – causou-me muito orgulho. Da mesma forma que acho que reagiriam os seus filhos, Senador Suplicy, se eu tivesse o desprazer – e não tenho – de, em um momento qualquer das nossas polémicas políticas, levantar questionamentos – que a imprensa até levantou – sobre razões de acertos ou desacertos de sua vida pessoal. Eu lhe respeito o bastante para não fazer com V. Ex^a o que V. Ex^a tentou fazer comigo. V. Ex^a tem o meu aperto de mão, o meu apreço, mas não tem mais o meu ouvido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, quero encerrar a minha comunicação registrando que estarei respondendo interinamente pela Liderança do Governo, esperando que o Senador José Roberto Arruda retorne rapidamente à sua titularidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi no dia de hoje o horário da Liderança do Partido da Frente Liberal para expressar muito mais uma posição deste Senador que tem a honra de representar o Estado do Tocantins nesta Casa. Fi-lo para poder, na condição de membro da Executiva do nosso Partido, de integrante do nosso Colégio de Líderes – honra que me permite o grande Líder, Senador Hugo Napoleão –, trazer aqui um sentimento, como eu disse, que é meu, mas que tenho certeza ser um sentimento predominante na maioria do nosso Partido, seja quais forem as suas instâncias, na sua grande base espalhada pelo Brasil, no seio de sua bancada na Câmara Federal, aqui, entre os nossos Pares do Senado Federal, e, ainda, no Diretório Nacional e na Executiva do nosso Partido.

Refiro-me à situação que viveu o nosso Partido no Estado do Rio de Janeiro. Eu estava entre aqueles que se manifestou favoravelmente à permanência do grande Prefeito César Maia no PFL, mas aceitei a decisão do meu Partido, naquela época, que optou pela permanência de um outro grande companheiro, o ex-Prefeito Luís Paulo Conde.

Naquele instante, Sr. Presidente, senti-me frustrado por ter tido a oportunidade de conviver com César Maia na condição de Deputado Federal e representante do meu Estado. Naquele ano de 1992 – recordava-me hoje, junto com o Senador Paulo Hartung –, saímos nós três: eu, para cumprir a honrosa missão de ser Prefeito de Palmas; o então Deputado Federal Paulo Hartung, para fazer uma grande administração à frente da Prefeitura de Vitória; e o brilhante Deputado César Maia – naquela oportunidade, muito mais destacado, porque é um homem que reúne duas coisas difíceis: uma profunda capacidade técnica, aliada a um talento extraordinário no mundo da política –, para vir a ser, sem dúvida nenhuma, talvez o melhor de todos os Prefeitos da cidade do Rio de Janeiro. Na condição de Prefeito da nossa capital, Palmas, pude acompanhar toda a administração de César Maia, que é um homem de extraordinário valor.

Mas o que faço desta tribuna, Sr. Presidente, é um apelo, como membro da Executiva Nacional, ao nosso querido companheiro, o ex-Prefeito Luís Paulo Conde, para que ele faça um gesto de grandeza e reconcilie a sua trajetória e a sua carreira junto com a vida pública de César Maia, porque assim estará tra-

zendo uma grande contribuição para o nosso Partido da Frente Liberal.

É nesse PFL que eu me sinto bem, Sr. Presidente. Um PFL que tem um extraordinário talento como o do grande Prefeito Antônio Imbassahy, de Salvador, uma das maiores revelações deste País, que vem transformando uma grande capital com a sua administração; um Partido que tem a administração da Governadora Roseana Sarney; que, em capitais consideradas vitrines, como a cidade de Curitiba, tem a figura do Prefeito Cássio Taniguchi. Tudo isso é muito importante para um partido. E quero lembrar, junto com a figura de César Maia, dois especiais valores daquele Estado, que são o Deputado Federal Rodrigo Maia e o Deputado Eduardo Paes, com quem tive a oportunidade de dividir a militância político-partidária. É daí que vem o meu sentimento de que muito vai ganhar o PFL se efetivamente estiver de volta aos nossos quadros o grande Prefeito César Maia.

Sr. Presidente, neste apelo que faço ao ex-prefeito Luís Paulo Conde, gostaria de dizer que ele tem uma rara oportunidade de dar uma demonstração não só à população da cidade do Rio de Janeiro. Tão forte e tão boa foi a administração do Prefeito César Maia que deu a um dos valorosos integrantes da sua equipe, exatamente ele, o arquiteto renomado, conhecido e consagrado, Luís Paulo Conde, a oportunidade de vir a ser prefeito daquela cidade.

Todos sabemos que é comum, que é normal, que ocorrem desentendimentos na militância partidária, mas é essa mesma militância que oferece, hoje, a Luís Paulo Conde a oportunidade de dar essa demonstração de grandeza, de mostrar ao Partido da Frente Liberal que ele deseja o seu crescimento, que quer o melhor para o Partido, que quer o melhor para o Rio de Janeiro. E nós sabemos, Sr. Presidente, que o Prefeito César Maia é de extraordinário talento e valor, de grande capacidade administrativa. Ele precisa, sim, ter um partido forte ao seu lado, com o qual se identifique.

Portanto, quero dizer que estou entre aqueles que apóiam integralmente, que se sentem orgulhosos com a possibilidade de ter o Prefeito César Maia de volta ao nosso quadro partidário. E quero dizer mais: se, por alguma razão, o seu retorno não se concretizar, que o Prefeito César Maia saiba que continua contando com seus companheiros aqui do Senado da República e da Câmara Federal, que o admiram e que o apóiam.

Tenho certeza de que é viável, que está sedimentada a base do retorno de César Maia ao PFL, e que

isso trará uma grande contribuição para o nosso Partido. Precisamos, sim, ousar. Muitos estranharam, aqui no Distrito Federal, quando o PFL daqui tomou uma importante e histórica decisão, a de apoiar o então Governador Cristovam Buarque no segundo turno.

Sou do PFL que ousa, que se renova, que deseja o crescimento desse extraordinário Partido, que está plantado em bases sólidas e que oferece a este País grandes administrações. O Estado de V. Ex^a, como se vê, é um exemplo. A Governadora Roseana Sarney é uma referência. Estaremos todos nós, na próxima segunda-feira, reunidos na bela cidade de São Luís, e espero que, na aquela data, já podendo comemorar o reingresso às nossas fileiras do grande Prefeito César Maia.

Qual é o partido que não se orgulha de ter entre seus quadros essa linha jovem de grandes administradores, como Antônio Imbassahy, Cássio Taniguchi, Roseana Sarney e César Maia, que retorna trazendo consigo o valoroso Deputado Rodrigo Maia, o Deputado Eduardo Paes e grandes valores e renovações, que pertenceram ao quadros do Partido da Frente Liberal e que dele se desligaram em razão de uma decisão do Partido. Decisão que contou com o nosso apoio e com a nossa solidariedade, porque, afinal de contas, temos que estar com o Partido e permanecer solidários quando a maioria decide por um caminho. Mas, nesse caso específico, lamentei muito quando nos deixou o Prefeito César Maia. Penso que o Partido errou, mas, agora, a condução segura e séria do nosso eficiente Presidente, Jorge Bornhausen, dentro do âmbito das articulações promovidas pela Presidência e pela direção partidária, está estabelecendo e procedendo a todos os contatos e articulações para que se efetive o regresso do Prefeito César Maia, da cidade do Rio de Janeiro, ao Partido da Frente Liberal.

Quero deixar o nosso total apoio a essa ação da direção partidária. Quero mais, quero dizer que conversei com a grande maioria dos nossos Parlamentares da bancada federal e o estado é de euforia, de otimismo. Há um sentimento de regozijo e de orgulho por ver que o Partido está pronto para receber novamente um fortalecimento, um incentivo, que César Maia certamente trará com o seu regresso ao Partido da Frente Liberal.

Espero, efetivamente, que esse processo se conclua já nesta segunda-feira, na cidade de São Luís, onde estarão reunidos os Governadores do nosso Partido e a nossa Executiva. E que possamos, na aquela data, comemorar o episódio da volta de César Maia ao Partido da Frente Liberal.

Finalizando o meu pronunciamento, faço esse apelo ao ex-prefeito Luís Paulo Conde. Ele terá a oportunidade de fazer um gesto de grandeza, que significará muito para o seu conceito dentro do nosso Partido e que poderá reconstruir sua caminhada política no Rio de Janeiro. Ele terá a oportunidade de reconhecer e de demonstrar a sua gratidão por ter ingressado na vida pública por intermédio das mãos de César Maia.

Portanto, Sr. Presidente, junto aos companheiros do Partido da Frente Liberal, deixo meu sentimento, que é majoritário, de que nosso Partido está aberto e receptivo à volta do Prefeito César Maia aos seus quadros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer uma homenagem singela, mas sincera, ao Dia Nacional do Índio, que se comemora hoje.

Desde o descobrimento do Brasil, as nações indígenas têm sido vítimas da ação gananciosa dos poderosos. Aqueles que são os verdadeiros donos desta terra sofrem há 500 anos, desde que aqui desembarcaram os espanhóis, os portugueses, os franceses, os holandeses, enfim, os europeus que vieram colonizar a nossa terra. Naquela época, as nações indígenas começaram a ser dizimadas e hoje estão praticamente em extinção. Portanto, as nossas homenagens aos nossos índios, os verdadeiros brasileiros.

Embora um pouco tardiamente, pois não tive oportunidade de falar no dia 17 de abril, gostaria de referir-me ao quinto aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, uma ação nefasta, um assassinato em massa de trabalhadores rurais praticados pela Polícia Militar do Pará.

Há cinco anos, no dia 17 de abril de 1996, foram brutalmente assassinados em Eldorado dos Carajás, no Pará, 19 trabalhadores rurais, no episódio que ficou conhecido como o "massacre de Eldorado dos Carajás".

Como é do conhecimento de todos, mas apenas para lembrar os motivos – fúteis, por sinal – que levaram à barbárie daquela chacina, no mês de abril daquele ano, um grupo de 1500 sem-terra que se encontrava acampado na Fazenda Macaxeira, em Curi-

onópolis, saiu em caminhada até a capital do Estado, Belém, com o objetivo de pressionar para que terras fossem desapropriadas na região. E uma pausa da caminhada, os sem-terra montaram acampamento próximo à cidade de Eldorado dos Carajás, reivindicando ao governo estadual transporte para chegar até Belém. Como demoraram para ser atendidos, resolveram montar um bloqueio na rodovia, a fim de pressionar as autoridades. Para forçar os trabalhadores a deixarem o local, a Polícia Militar, sob o comando do coronel Mário Pantoja, surpreendeu-os com um batalhão de cerca de 250 homens, armados com fuzis, escopetas e metralhadoras.

Sob bombas de efeito moral, os sem-terra resolveram reagir atirando pedras. A polícia, então, partiu para a ofensiva, atirando para matar, numa verdadeira operação de guerra. O resultado teve repercussão internacional: 19 pessoas morreram e mais de 60 ficaram feridas.

Esse conflito foi o apogeu de uma sucessão de episódios que transformaram o Pará, já em 1979, no Estado campeão de violência no campo. A liderança em número de mortes só foi ameaçada em 1995, quando pistoleiros da região e integrantes da Polícia Militar de Rondônia mataram 12 pessoas na cidade de Corumbiara.

Passados cinco anos, até hoje nenhum dos policiais militares envolvidos no massacre está preso. O Governador Almir Gabriel foi reeleito e o comandante do policiamento, Coronel Pantoja, continua a exercer seu "ofício". Aliás, o coronel e seus soldados ainda não prestaram contas à justiça. A prometida "apuração rigorosa" não passou de mera demagogia. Cobrar a punição dos assassinos é dever de toda a sociedade brasileira.

Deve-se destacar, também, que o Brasil é hoje o segundo país do mundo de maior concentração da propriedade da terra, só perdendo para o Paraguai. Segundo o Incra, 2% de proprietários rurais são donos de mais de 50% das terras. Como sempre tenho afirmado desta Tribuna, se o Governo Federal quisesse fazer de fato a reforma agrária, utilizando a lei agrária em vigor, desapropriando apenas as grandes propriedades, poderia desapropriar mais de 100 milhões de hectares, o que poderia beneficiar mais de 8 milhões de famílias, quando o País tem mais de 4 milhões de famílias que querem terras.

O dia 17 de abril foi transformado, pela Via Campesina, organização mundial de camponeses, no Dia Internacional de Luta Camponesa. Com isso, ocorre-

Finalizando o meu pronunciamento, faço esse apelo ao ex-prefeito Luís Paulo Conde. Ele terá a oportunidade de fazer um gesto de grandeza, que significará muito para o seu conceito dentro do nosso Partido e que poderá reconstruir sua caminhada política no Rio de Janeiro. Ele terá a oportunidade de reconhecer e de demonstrar a sua gratidão por ter ingressado na vida pública por intermédio das mãos de César Maia.

Portanto, Sr. Presidente, junto aos companheiros do Partido da Frente Liberal, deixo meu sentimento, que é majoritário, de que nosso Partido está aberto e receptivo à volta do Prefeito César Maia aos seus quadros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer uma homenagem singela, mas sincera, ao Dia Nacional do Índio, que se comemora hoje.

Desde o descobrimento do Brasil, as nações indígenas têm sido vítimas da ação gananciosa dos poderosos. Aqueles que são os verdadeiros donos desta terra sofrem há 500 anos, desde que aqui desembarcaram os espanhóis, os portugueses, os franceses, os holandeses, enfim, os europeus que vieram colonizar a nossa terra. Naquela época, as nações indígenas começaram a ser dizimadas e hoje estão praticamente em extinção. Portanto, as nossas homenagens aos nossos índios, os verdadeiros brasileiros.

Embora um pouco tardiamente, pois não tive oportunidade de falar no dia 17 de abril, gostaria de referir-me ao quinto aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, uma ação nefasta, um assassinato em massa de trabalhadores rurais praticados pela Polícia Militar do Pará.

Há cinco anos, no dia 17 de abril de 1996, foram brutalmente assassinados em Eldorado dos Carajás, no Pará, 19 trabalhadores rurais, no episódio que ficou conhecido como o "massacre de Eldorado dos Carajás".

Como é do conhecimento de todos, mas apenas para lembrar os motivos – fúteis, por sinal – que levaram à barbárie daquela chacina, no mês de abril daquele ano, um grupo de 1500 sem-terra que se encontrava acampado na Fazenda Macaxeira, em Curi-

onópolis, saiu em caminhada até a capital do Estado, Belém, com o objetivo de pressionar para que terras fossem desapropriadas na região. E uma pausa da caminhada, os sem-terra montaram acampamento próximo à cidade de Eldorado dos Carajás, reivindicando ao governo estadual transporte para chegar até Belém. Como demoraram para ser atendidos, resolveram montar um bloqueio na rodovia, a fim de pressionar as autoridades. Para forçar os trabalhadores a deixarem o local, a Polícia Militar, sob o comando do coronel Mário Pantoja, surpreendeu-os com um batalhão de cerca de 250 homens, armados com fuzis, escopetas e metralhadoras.

Sob bombas de efeito moral, os sem-terra resolveram reagir atirando pedras. A polícia, então, partiu para a ofensiva, atirando para matar, numa verdadeira operação de guerra. O resultado teve repercussão internacional: 19 pessoas morreram e mais de 60 ficaram feridas.

Esse conflito foi o apogeu de uma sucessão de episódios que transformaram o Pará, já em 1979, no Estado campeão de violência no campo. A liderança em número de mortes só foi ameaçada em 1995, quando pistoleiros da região e integrantes da Polícia Militar de Rondônia mataram 12 pessoas na cidade de Corumbiara.

Passados cinco anos, até hoje nenhum dos policiais militares envolvidos no massacre está preso. O Governador Almir Gabriel foi reeleito e o comandante do policiamento, Coronel Pantoja, continua a exercer seu "ofício". Aliás, o coronel e seus soldados ainda não prestaram contas à justiça. A prometida "apuração rigorosa" não passou de mera demagogia. Cobrar a punição dos assassinos é dever de toda a sociedade brasileira.

Deve-se destacar, também, que o Brasil é hoje o segundo país do mundo de maior concentração da propriedade da terra, só perdendo para o Paraguai. Segundo o Incra, 2% de proprietários rurais são donos de mais de 50% das terras. Como sempre tenho afirmado desta Tribuna, se o Governo Federal quisesse fazer de fato a reforma agrária, utilizando a lei agrária em vigor, desapropriando apenas as grandes propriedades, poderia desapropriar mais de 100 milhões de hectares, o que poderia beneficiar mais de 8 milhões de famílias, quando o País tem mais de 4 milhões de famílias que querem terras.

O dia 17 de abril foi transformado, pela Via Campesina, organização mundial de camponeses, no Dia Internacional de Luta Camponesa. Com isso, ocorre-

ram várias manifestações nas capitais brasileiras e também em países como Espanha, Indonésia, Noruega, Uruguai e Canadá. No Brasil, fazem parte da Via Campesina o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, o MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, e o MST.

No Rio de Janeiro, o ato foi realizado nas escadarias da Assembléia Legislativa; logo após, seguiu para o Tribunal de Justiça e, depois, para o Inbra. O MST cobrou resposta sobre uma pauta de reivindicações deixada em março de 2000, durante a Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra. Como também foram ao Governador Garotinho exigir o assentamento das famílias acampadas na Fazenda da Ponte, em Resende (Acampamento Terra Livre); agilização do Projeto de Assentamento Antônio Farias (Campos dos Goytacazes); crédito para os assentados; escolas; postos de saúde; assistência técnica; vistoria de novas áreas para desapropriação; titulação dos assentamentos; recuperação das lagoas e tratamento da água e reflorestamento.

O MST, além de protestar contra a impunidade dos responsáveis pelo massacre, exigindo a prisão para os assassinos do massacre de Eldorado dos Carajás, pretende também:

- Exigir a CPI da corrupção urgente – os camponeses vão lutar pela CPI para apurar denúncias de corrupção no Governo Federal, como no caso da Sudam;
- Lutar contra as importações agrícolas;
- Reivindicar uma política agrícola que incentive a agricultura familiar;
- Denunciar o uso de transgênicos – alertar a sociedade para os perigos e o monopólio. A Via Campesina luta pelo direito de produzir alimentos saudáveis, preservando a vida dos seres humanos e do meio ambiente;
- Lutar contra a Alca, e
- Dizer não ao pagamento da dívida externa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a história da luta pela terra em nosso País tem sido escrita com sangue. Não foram poucos os que tombaram, até agora, pelos seus ideais, sendo que um dos casos que merecem destaque é o da sindicalista Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, rendeira, presidente do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, que foi assassinada no dia 13 de agosto de 1983 pelos jagunços Amaro José do Rego e Amauri José Rego, ambos foragidos da justiça desde a data do crime.

O crime foi encomendado por latifundiários da região, sendo que o principal acusado é o Sr. José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque. Dizem que o motivo do assassinato estaria ligado ao fato de a companheira Margarida Maria Alves defender direitos do trabalhador sem terra como o registro em carteira, a jornada de oito horas, o décimo-terceiro salário e férias, entre outros.

A história desse processo criminal nos causa espanto, pois no primeiro júri o acusado Zito Buarque foi absolvido. Os advogados da CUT recorreram da sentença. Porém, o julgamento desse processo foi adiado várias vezes nos últimos anos. Parece-me que está previsto um novo júri, na cidade de João Pessoa, nos dias 7 a 11 do próximo mês, conforme fui informado pelos advogados da CUT.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse caso vai completar 18 anos e, até hoje, os assassinos não foram presos. Temos outros exemplos, como os mortos de Eldorado dos Carajás; os de Corumbiara; os presidentes do Sindicato de Rio Maria João Canuto e Expedito Ribeiro; o Padre Josimo e o Deputado Paulo Fonteles. Segundo denúncia da Pastoral da Terra, de 1985 a 1995 foram assassinadas 922 pessoas no campo, somando-se mais de 820 registros de tentativas de assassinato e 2.412 ameaças de morte. Em razão desses crimes, apenas 57 pessoas foram processadas e tão-somente 12 condenadas.

Portanto, a impunidade tem caminhado ao lado da violência, o que acaba por significar estímulo a novas ações criminosas dos latifundiários, que contam ainda com um Judiciário lento e omissor na apreciação dos litígios.

O massacre de Eldorado dos Carajás fez cinco anos e todos os acusados continuam impunes, sendo que uma das causas da impunidade é a submissão de alguns juízes aos latifundiários.

Em agosto de 1999, foram julgados três oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará. Aquele julgamento, qualificado pela imprensa e denunciado pelas entidades de direitos humanos como uma "farsa", foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, porque o magistrado não agiu conforme a lei.

Todos sabemos que o Poder Judiciário é lento e ineficiente, especialmente quando trata das questões ligadas aos mais humildes.

Existe uma Proposta de Emenda à Constituição, a nº 29/2000, tramitando no Senado, que propõe a transferência do julgamento dos crimes contra os direitos humanos para a Justiça Federal. Esses crimes (neste caso, todos os crimes praticados contra os trabalhadores que participam da luta pela reforma agrária) serão julgados pelo juiz ou juíza federal, que, em tese, e porque estarão longe da sede da fazenda, poderão julgar com imparcialidade.

Por outro lado, esse projeto é importante pois vai passar a responsabilidade para o Governo Federal, e as primeiras investigações serão realizadas pela Polícia Federal, que, também em tese, está mais preparada e também mais longe da sede da fazenda.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 29/2000 aguarda parecer do Exmº Sr. Senador Bernardo Cabral na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Acredito que haja empenho dos membros desta Casa para a apreciação e aprovação dessa PEC, que transfere a competência dos crimes contra os direitos humanos para a Justiça Federal, que poderá demonstrar maior imparcialidade no tratamento dos processos que envolvem graves violações aos direitos humanos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente gostaria de fazer um registro de muito respeito e admiração pelo Dia do Índio, que lembramos hoje.

No meu Estado, estamos comemorando a data com uma semana intitulada II Encontro de Culturas Indígenas do Acre, durante a qual tivemos a feliz oportunidade juntar 17 etnias, sendo 14 do Acre e 3 do sul do Amazonas. No encontro, memorável, os povos indígenas, reunidos de maneira esperançosa, firme, digna e triunfante até, eu diria, marcharam pelas ruas da nossa cidade, Rio Branco, lembrando esse momento histórico que estão atravessando no Acre, no extremo oeste do Brasil, como um momento de resgate de sua cultura, de seus direitos e de sua inclusão nos níveis de dignidade humana que foram tão esquecidos ao longo da História.

Faço questão de registrar, neste momento, uma frase do Presidente da Fundação Cultural Elias Mansour, jornalista Antonio Alves, de que a presença do Governo do Estado do Acre, do Governo Jorge Viana, naquele encontro, tinha um sentido que ele traduz da seguinte maneira: "Estamos aqui para aprender com os povos indígenas. Ao contrário do homem branco, os índios sabem preservar sua cultura. Não importa se dez ou cem anos se passaram, a cultura indígena continua a mesma. Por isso, é importante que este encontro tenha continuidade".

Essa capacidade de preservar seus rituais, vividos de maneira tão intensa e permanente, tem trazido a riqueza da cultura indígena ao conhecimento dos brasileiros – lamentavelmente, eles têm tido poucas oportunidades de conhecer, respeitar e ser solidários a ela –, visando a construção de um Brasil mais amplo, mais verdadeiro e restituindo um direito sagrado que foi perdido por muitos povos indígenas.

Faço este registro como uma homenagem ao Dia do Índio e a todas as etnias do nosso País.

Srª Presidente Marluce Pinto, que assume a Presidência da sessão neste momento e com isso muito nos honra, trago hoje também uma homenagem ao CNPq.

Criado em 1951, no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, a partir da Lei nº 1.310, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, é hoje uma referência nacional em ciência e tecnologia. Ao longo de suas cinco décadas de existência, o CNPq tem colaborado para alçar o Brasil à condição de líder na América Latina, segundo todos os indicadores científicos, colocando-o entre os principais países em produção científica e tecnológica.

Inspirado em organizações análogas de países como os Estados Unidos, França e Canadá, e seguindo recomendações aprovadas pela Conferência dos Peritos Científicos da América Latina, patrocinada pelo Unesco, em 1948, o CNPq teve papel fundamental no desenvolvimento da energia nuclear e na construção do primeiro acelerador de partículas no País, na década de 50.

A primeira década de atuação do Conselho foi marcada pela criação dos diversos institutos responsáveis pela execução de trabalhos de investigação científica e tecnológica. Em 1952, foram criados o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, Impa, e o Instituto de Pesquisas da Amazônia, Inpa, que incorporou, em 1955, o Museu Paraense Emílio Goeldi.

O ano de 1954 veria nascer o Instituto de Bibliografia e Documentação, IBBD, que mais tarde daria lugar ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Ibict.

Em 1957, surgiu o Instituto de Pesquisas Rodoviárias, IPR, transferido, em 1972, para a jurisdição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER.

Em 1961 apareceria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Gocnae, o qual foi substituído, em 1971, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe, também subordinado ao CNPq e atualmente vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em 1964, a área de competência da instituição foi ampliada em decorrência da Lei nº 4.533, que alterou a lei que lhe deu origem. A partir daí, o CNPq passou a ser responsável pela formulação da política científico-tecnológica nacional, atuando de maneira coordenada com os ministérios e outros órgãos do Governo para a resolução de problemas relativos à ciência e suas aplicações.

Em 1974, o CNPq deixou de ser autarquia para transformar-se em fundação, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan/PR), passando a ser chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Nesse período, alarga-se ainda mais o alcance de sua atuação e seu papel fundamental no incentivo à pesquisa.

Com a criação, em 1985, do Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNPq passa a ser vinculado a esse órgão e não mais à Seplan/PR, assumindo a condição de um dos principais sistemas de planejamento estratégico de ciência no Brasil e, ainda, de articulador de ações de longo prazo, consolidando seu papel como agência de apoio à política científica e tecnológica.

Presente nos principais estudos da atualidade, o CNPq instalou, em dezembro passado, a Rede Nacional de Genoma, cujo objetivo é seqüenciar o DNA da bactéria **Chromobacterium violaceum**, cujos resultados serão de grande utilidade na fabricação de medicamentos para a doença de Chagas e na produção de um plástico totalmente biodegradável.

Juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia, foi responsável, em 1991, pela introdução, no Brasil, da tecnologia da Internet.

Seu programa Shift, em parceria com o governo alemão, vem gerando resultados admiráveis no setor

de pesquisa, bem como no desenvolvimento econômico de regiões alagadas da Amazônia central.

No que toca a seus programas de longa duração, conhecidos como Pelds, o CNPq é hoje um dos grandes expoentes mundiais. Os estudos da reserva ecológica do IBGE em Brasília já são referência internacional no que se refere ao cerrado.

Atuando também no setor de astrofísica, o CNPq é o principal financiador, com participação de 46% dos recursos, do telescópio Soar, primeiro em terra capaz de gerar imagens mais nítidas do que aquelas geradas pelo satélite americano **Hubble**. Participa ainda do financiamento do Projeto Geminí, que visa a instalar dois telescópios de 8,1 m de diâmetro, que deverão operar em Mauna Kea, no Havaí, e em Cerro Pachon, no Chile.

Além do incentivo à pesquisa por intermédio de bolsa e auxílio, o CNPq também se articula por programas de cunho científico ou tecnológico, tais como: programas de desenvolvimento de recursos humanos e conhecimento; programas de desenvolvimento de infra-estrutura e competitividade; programas de desenvolvimento em tecnologia da informação; programas de desenvolvimento em meio ambiente e programas de desenvolvimento em infra-estrutura social.

Tendo em vista que o desenvolvimento econômico está hoje intimamente vinculado ao investimento em pesquisa, é fundamental que o Brasil redobre seus esforços nesse campo, fortalecendo suas instituições científicas, a fim de poder integrar-se à revolução científico-tecnológica ora em curso no mundo, sob pena de ficar à mercê dos grandes grupos internacionais, condenado ao atraso e ao empobrecimento.

Atualmente, a participação do binômio pesquisa & desenvolvimento representa apenas 1,2% do PIB nacional. Não obstante o escasso incentivo, a ciência brasileira vem fazendo grandes avanços em áreas fundamentais como saúde (câncer, aids), astronomia e genoma, ganhando projeção e conquistando espaços importantes no meio científico internacional. Na década passada, o número de doutores formados passou de 1.000 para 5.000 ao ano.

Ciente de que sem pesquisa não há desenvolvimento, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, vem dando mostras do interesse que há, no Governo brasileiro, em aumentar a geração de tecnologia nacional, por meio do incremento dos recursos destinados à pesquisa.

Recentemente, foi anunciada a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecno-

lógico, composto de fundos setoriais, com o qual se espera dobrar, no prazo de dez anos, o investimento em pesquisa no Brasil, elevando-o ao mesmo patamar de países desenvolvidos. Será a primeira vez em nossa história que as universidades federais poderão estabelecer programas de longo prazo, ou seja, de 5 até 10 anos. Até então, os orçamentos de instituições como CNPq e Capes estiveram sempre sujeitos aos cortes impostos pelas oscilações e crises da economia e dos acordos com o FMI.

Mas não basta o incentivo público. É preciso que as empresas, incluindo as multinacionais, despertem para a importância de se investir nas pesquisas locais, estabelecendo parcerias com as universidades e órgãos estatais do setor.

Segundo dados publicados pelo jornal **O Estado de S. Paulo** (18/03/2001), me nos de 15% das pesquisas em ciência e tecnologia no Brasil são financiadas pelo setor privado, ao passo que em países como a Coreia do Sul, essa relação é de 50%, e, nos Estados Unidos, de mais de 80%.

Outro fator que impede o livre desenvolvimento da ciência em nosso país é a centralização dos recursos e verbas nas regiões mais ricas e desenvolvidas. As pesquisas consideradas de alto gabarito ainda estão restritas a instituições paulistas. Quarenta e cinco por cento das bolsas de doutorado e 35% das bolsas de mestrado são destinadas ao Estado de São Paulo.

Tal situação deve-se, em parte, ao fato de alguns dos maiores institutos científicos, tais como o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e o Laboratório Nacional de Síncrotron encontrarem-se nesse Estado.

Estados como São Paulo, além de receberem boa parcela dos incentivos estatais, contam ainda com a atuação de instituições como a Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

O Ministro Ronaldo Sardenberg assegurou existir, por parte do Governo, um esforço no sentido de sanar tais desigualdades. Para isso, pretende destinar 30% dos fundos setoriais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e induzir cooperações entre essas e as universidades paulistas.

É fundamental ainda que os Estados se conscientizem da importância de destinar, efetivamente, conforme determina a lei, 12,5% da arrecadação do ICMS para o setor de ciência e tecnologia. Somente com a parceria entre setores públicos e privados será verdadeiramente possível colocar o Brasil no patamar

científico que suas dimensões continentais exigem, proporcionam e merecem.

O CNPq e a enorme rede de cientistas e funcionários, que, ao longo desses 50 anos, fizeram dele um marco e um referencial na história da ciência e da tecnologia de nosso País, merecem todo o nosso respeito e admiração.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço esta singela homenagem a uma das sagradas instituições do Brasil por entender que sem ciência não haverá futuro.

Sr^a Presidente, solicito a inclusão, no meu pronunciamento, dos textos que tratam do encontro de todas as etnias do Acre e do encontro de mulheres líderes indígenas da Amazônia, que envio à Mesa.

Muito obrigado.

SEGUEM DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Encontro reúne todas as etnias do Acre

16-4-2001 – Teve início o II Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, evento realizado pelo governo do Acre, em parceria com a Funai e a UNI. A exemplo do ano passado, o encontro acontece no Espaço Cultural Kaxinawa.

Segundo um dos organizadores, o coordenador do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre, Marcos Vinicius Neves, esta é primeira vez que todas as etnias acreanas se reúnem-se num evento que tem por finalidade promover intercâmbios culturais entre os povos indígenas. São 180 índios representando 14 etnias do Acre e três do Sul do Amazonas.

Uma extensa programação marcou o primeiro dia do encontro. As 9h30m, as delegações fizeram pelas ruas centrais de Rio Branco uma passeata denominada "Caminhada da Resistência Indígena". Em seguida, as lideranças indígenas abriram oficialmente o evento, saudando as nações participantes, autoridades e público presentes. O governo do Acre foi representado pelo presidente da Fundação Elias Mansour, Antônio Alves Leitão Neto. Em seu pronunciamento, Alves destacou a importância do encontro: "Estamos aqui para aprender com os povos indígenas. Ao contrário do homem branco, os índios sabem preservar sua cultura. Não importa se dez ou cem anos se passaram, a cultura indígena continua a mesma. Por isso, é importante que este encontro tenha continuidade".

Após a solenidade de abertura, foi apresentado o Estatuto do Índio (projeto de lei). Na parte da tarde, houve o encontro de delegações para apresentação da situação cultural de cada povo e, para encerrar, o Grupo De Olho na Coisa apresentou a peça teatral Matança de Índio.

O II Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas acontece de 16 a 20 de abril. Exposições de Amazonas acontece de 16 a 20 de abril. Exposições de artesanato, fotografias, educação escolar indígena diferenciada e exibição de vídeos estão abertos à visitação pública das 8h30 às 19h.

I – Encontro de Mulheres Líderanças Indígenas da Amazônia

Este ano, a Organização das Nações Unidas/ONU estará realizando em Durban, na África do Sul, entre 31 de agosto e 7 de setembro, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância.

Representantes do mundo todo estarão discutindo e decidindo medidas práticas e ações voltadas para erradicar o racismo, incluindo medidas de prevenção, educação e proteção contra opressão e intolerância.

No mundo e no Brasil, vários já foram os encontros de preparação para esta Conferência. Na Amazônia, o MAMA, através dos seus vários fóruns de organização e discussão como: Grupo de Mulheres Indígenas da UNI/Acre e Sul do Amazonas, COIAB/AM, AMARN/AM, NUMUR/RR e outros – com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/CNDM, Fundação Cultural Palmares (em negociação), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher/UNJFEM, Fundação Heinrich Böll/HBS (em negociação) e o Governo do Estado do Acre – estará realizando em Rio Branco – Acre, dentro do II Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, o I Encontro de Mulheres Líderanças Indígenas da Amazônia.

Este encontro acontecerá durante a Semana da Consciência/Resistência Indígena, nos dias 17 e 18 de abril, e tem por objetivo a inserção das mulheres indígenas no processo de discussão da III Conferência Mundial Contra o Racismo.

Acreditamos que, tão importante quanto ou mais que a III Conferência Mundial contra o Racismo, que acontecerá na África do Sul, é a Conferência Pessoal contra o Racismo, que acontecerá na cabeça de cada ser habitante da Mãe Terra, quando conseguirmos disseminar as sementes do amor, do respeito e da tolerância a/a o próximo/a em todo o mundo.

Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA

Em minhas veias
Correm portugueses,
Espanhóis,
Italianos,
Índios, negros,
cafusos, mamelucos...
Quando discrimino alguém,
Estou negando o a mim mesmo.
Ivan Santtana

PS: Maiores informações na Secretaria Executiva do MAMA —
Tel/Fax: (68) 223-6418
E-mail: mama@mdnet.com.br
Home-page: www.mama.org.br

Mulheres Indígenas: Presente!!

Na abertura do II Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, foram as mulheres que iniciaram o evento, dando as boas vindas a todos os parentes e parentas, e falando da satisfação de participarem tanto do II Encontro de Culturas Indígenas, quanto do I Encontro de Mulheres Líderanças Indígenas da Amazônia.

Em seus próprios idiomas, colocaram a importância do encontro, que possibilita a troca de experiências entre todas as etnias do estado, pela primeira vez reunidas de fato, e mais três etnias do Sul do Amazonas.

Além disso, ressaltaram o espaço que está sendo dado às mulheres indígenas dentro do encontro, para que sejam ouvidas e consideradas suas contribuições que também revelam a cultura de seus povos.

Comprovando a conquista de espaço da mulher indígena, as principais lideranças da região amazônica estarão reunidas nos próximos dias 17 e 18, no I Encontro de Mulheres Líderanças Indígenas da Amazônia, que acontecerá na UFAC-Centro (Colégio de Aplicação) e tem como principais objetivos: a inserção das mulheres indígenas brasileiras no processo da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância; a escolha de representantes das lideranças indígenas brasileiras para as Conferências Nacional e Mundial contra o Racismo; e a elaboração de documento com as propostas e reivindicações das lideranças indígenas, para que estas constem no documento oficial brasileiro, visando a modificação das idéias e preconceitos criados historicamente pela sociedade sobre os povos indígenas.

Paralela a participação do I Encontro de Mulheres Líderanças Indígenas da Amazônia, as mulheres indígenas também estarão abrilhantando o II Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas com suas danças, artesanatos, contos e mitos.

Comissão de Divulgação e Mídia do I Encontro de Mulheres Líderanças Indígenas da Amazônia

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marluce Pinto, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é natural, para todos os políticos de fora, o convívio no dia-a-dia com essa Brasília, a Capital de todos os brasileiros. Vivemos os problemas que a cidade vive. Sentimos na pele o que sentem os brasilienses. Também moramos aqui e vemos a forma como o Governo local trabalha para resolvê-los.

O que vou dizer tenho certeza de que é compartilhado por todos os que trabalham ou moram em Brasília. A cidade está tomada de obras. Por onde passo, vejo a ação do Governo do Distrito Federal de agora. Vejo a atual administração agindo, atuando em várias áreas, resolvendo questões antigas.

Procurei saber com detalhes o que está sendo feito atualmente na Capital do País – até mesmo como referência para atuação dos governantes vizinhos – e vejam, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que está acontecendo hoje na Capital da República. O Distrito Federal está atraindo empresas e criando empregos, uma necessidade imperiosa, porque

a capacidade do poder público de absorver a mão-de-obra trabalhadora local já se esgotou há tempos.

Com uma população de desempregados da ordem de 210 mil pessoas – herança que recebeu –, o atual Governo de Brasília conseguiu gerar 56 mil novos postos de trabalho em 2000. E caminha para criar mais de 60 mil em 2001.

Neste momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, cabe aqui uma ressalva: ao contrário do que ocorre em Goiás, meu Estado, onde o Governo prometeu criar 400 mil empregos em quatro anos e, obviamente, não está conseguindo cumprir o compromisso assumido em palanque, no Distrito Federal as coisas são feitas com os pés no chão. Incentivos fiscais, industrialização, novos postos de trabalho e, somente depois, a divulgação de números reais e consistentes.

Brasília está tomada de obras por toda a parte. Elas são importantes? Claro que sim. Quem vive aqui sabe disso. São obras necessárias para acompanhar o crescimento demográfico da Capital. Esta cidade foi planejada para ter 500 mil habitantes no ano 2000. Virou o século com 2 milhões.

Agora, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam a quantidade de obras. A construção de viadutos em vários pontos do Distrito Federal é uma realidade inquestionável, principalmente na chegada à Capital das principais rodovias. Além disso, esse Governo está fazendo a tão esperada terceira ponte, que é uma grande aspiração da Zona Sul da cidade.

O trânsito – que já é um problema sério em Brasília – vem sendo melhorado, com a abertura de novas vias e a construção da terceira faixa nas pistas das entradas das cidades-satélites. E com o metrô, que entrou em operação e deverá servir a 80 mil pessoas por dia – cada com posição substituído mais de trinta ônibus nas ruas – o trânsito deve melhorar ainda mais.

Os avanços não param por aí: os maiores beneficiados com essas modificações no trânsito são exatamente os trabalhadores, os assalariados que não dispõem de veículo próprio e sempre sonharam com o metrô ou com qualquer outra alternativa, rápida e segura, que facilite o deslocamento até o seu local de trabalho. Isso tem uma definição, Sr^{as} e Srs. Senadores: qualidade de vida. E a construção do metrô iniciou-se no primeiro mandato de Roriz como Governador.

A possibilidade de racionamento de água, que ameaçava o futuro do Distrito Federal, foi superada.

Em conjunto com o Estado de Goiás e o Governo Federal, este Governo já começou obras da represa de Corumbá IV, oito vezes maior do que o Lago Paranoá. Essa nova represa vai garantir energia para as indústrias que estão chegando ao Distrito Federal e ainda assegurar água para os próximos cem anos.

Os antigos assentamentos – que se tornaram cidades – estão recebendo saneamento básico e asfalto, com financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A Capital da Esperança está-se tornando, também, a Capital da Solidariedade, a exemplo do que ocorreu em Goiás durante o Governo de Maguito Vilela. Noventa e seis mil famílias do Distrito Federal recebem todo mês uma cesta com 28 quilos de alimentos. E 85 mil crianças ganham um litro de leite e dois pães vitamizados todos os dias, incluindo domingos e feriados. Esses programas sociais foram aplaudidos pelos goianos entre 1995 e 1998 e hoje em dia recebem o mesmo reconhecimento por parte do povo de Brasília, principalmente dos mais humildes e necessitados.

O Unicef – órgão da ONU para a infância e a adolescência – considerou o Distrito Federal como a melhor unidade da Federação para uma criança nascer e crescer. Isso, pela prestação de serviços públicos na educação e na saúde.

Por tudo isso, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de registrar essa verdadeira maratona administrativa que vem gerando mais progresso para a Capital do meu País, justamente porque a proximidade entre o Distrito Federal e o Estado de Goiás estabelece uma inevitável comparação entre as ações e os benefícios proporcionados.

Infelizmente, sou obrigado a conviver toda semana com duas situações distintas: um canteiro de obras em Brasília e um vazio administrativo em Goiás. Independentemente de questões partidárias, devo confessar que tamanha disparidade causa-me tristeza, exatamente porque gostaria de ver o meu Estado mantendo o mesmo patamar de desenvolvimento obtido ao longo dos dezesseis anos de administrações do PMDB, muito superior à média nacional.

Diante de tudo o que foi exposto, não posso prescindir – claro – de prestar minha homenagem a esse goiano de fibra e de tempera, a esse homem que governa o Distrito Federal pela terceira vez, mas que parece, pelo seu entusiasmo, ter começado ontem a sua trajetória política.

Sr^a Senadora, que também pertence ao meu Partido, o PMDB, nós nos orgulhamos de ter um Go-

ver na dor que nos tra para todo o País a eficiência administrativa de um dos nossos partidários, um dos homens públicos mais reconhecidos pela população do Distrito Federal.

Dessa forma, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, presto todo o meu respeito e minha admiração ao atual Governador do Distrito Federal, o querido Sr. Joaquim Roriz.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.
Muito obrigado.

A Sra. Marluce Pinto, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, 19 de abril, comemora-se o Dia do Exército Brasileiro e o Dia do Índio. Não sei se por coincidência, também é o dia, no calendário cristão, consagrado a Santo Expedito, o santo dos aflitos e desesperados, a quem os católicos entregam as causas urgentes de difícil solução.

Portanto, hoje não é apenas um dia de exaltação do papel histórico de nossos índios no processo de construção de nossa sociedade. Além das homenagens, a data também serve para uma profunda reflexão sobre uma mais adequada e justa política que permita aos silvícolas a garantia do pleno exercício da cidadania, do respeito ao seu **habitat**, seus valores morais, seus costumes e sua cultura.

Um Estado, para ser verdadeiramente democrático, precisa necessariamente respeitar as diversidades culturais e étnicas que sob ele se abrigam.

Volto no tempo, Sr. Presidente, e lembranças do passado me fazem refletir sobre os descendentes daqueles que, em 1500, pacificamente receberam Cabral na Ilha de Vera Cruz. Dos seis milhões de outros, espalhados por todos os quadrantes da Terra de Santa Cruz, pouco mais de trezentos mil povoam hoje este País chamado Brasil.

Foram necessários quatrocentos e dez anos para que a consciência nacional – talvez não suportando o peso da injustiça contra eles praticada – instituisse, em 1910, o primeiro órgão voltado a sua assistência: o SPI – Serviço de Proteção ao Índio, órgão, aliás, inspirado pelo Marechal Cândido Mariano Rondon e cujos princípios eram "a defesa dos indígenas

contra o extermínio e a opressão, dando-lhes meios para a adoção das artes e indústrias da sociedade brasileira, porém sem a responsabilidade de catequese", isto é, respeitando-se sua cultura e seus costumes.

E ao declinar o nome do Marechal Cândido Rondon, não deixo passar a oportunidade sem exaltar o Exército brasileiro, cujo dia de hoje também é a ele dedicado. Faço minhas as palavras de todos quanto aqui teceram merecidos elogios ao nosso Exército. Complemento-as, todavia, com o meu testemunho do trabalho dessa instituição na Região Norte.

Digo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com convicção e por de perto conhecer que, se não fosse a presença dessa laboriosa força lá nos rincões quase esquecidos da Amazônia brasileira, há muito o caos lá estaria instalado.

A presença pontual e assídua dos pelotões de fronteira, disseminados ao longo das calhas dos rios Negro e Solimões e das linhas de limite entre nosso País e vizinhos mais próximos, é o que garante nossa soberania e marca nossa presença na inóspita selva amazônica.

Com a lucidez de quem na Amazônia vive, afirmo que só não ocorreu ainda a paralisação do Programa Calha Norte *entre outros trabalhos de significância ímpar de nosso Exército na região*, graças ao trabalho laborioso daqueles brasileiros fardados que lá permanecem, movidos pela fé nos ditames de sua luta e crença na grandeza do Brasil.

Nossas comunidades – índias e não índias –, nos dias de hoje, têm consciência do quanto devem ao Exército brasileiro e aos bravos homens que o compõem.

A verdade, Sr. Presidente, é que as comunidades indígenas foram e ainda são objeto de inúmeras violências, a ponto de seu contingente populacional ficar reduzido a pouco mais que 0,2% da população brasileira nos dias atuais. Ao todo, são 210 etnias que se comunicam por meio de 170 idiomas identificados.

Um rosário de atitudes negativas, somadas a interesses escusos, impunidade, omissão de autoridades e a convivência com grupos marginais da população branca, permitiram, infelizmente, que chegássemos a esse processo de destruição do **habitat** e a degeneração dos costumes de nossos silvícolas.

Em síntese, a questão indígena em nosso País continua seriíssima e não pode, num jargão popular, continuar sendo 'empurrada com a barriga', eternamente subordinada a discussões estéreis e emocionais.

Como não pode também a Funai, órgão máximo para as questões indígenas neste País, resumir suas atribuições numa sanapolítica voltada quase que exclusivamente para a demarcação de áreas indígenas.

Realmente não sei se a Funai, nos dias atuais, cumpre suas reais atribuições concernentes às causas mais justas dos povos indígenas. O que vejo acontecendo são *reuniões trimestrais de avaliação* em gabinetes atapetados de Brasília, enquanto nossos índios permanecem a centenas de quilômetros de distância, relegados ao abandono e carentes de quase tudo.

Se algo de podre um dia cobriu o reino da Dinamarca, resíduo da coisa, parece, se abateu sobre a Funai.

Não entendo, realmente, essa furiosa ação da Funai. Com seu determinismo insano em demarcar áreas e mais áreas, sem critérios mínimos justificáveis ou respeito aos cidadãos, sejam índios ou não. Não entendo, mas faço idéia.

Hoje, 19 de abril, já são 563 as reservas indígenas oficialmente demarcadas em solo pátrio. Somam aproximadamente 98 milhões de hectares e equivalem a 11,34% do Território Nacional. Além dessas, 34 estão em processo de demarcação e outras 62 em estudo para futura demarcação.

O mais grave, Sr. Presidente, é que das 34 em andamento, 17 são sob a custódia, para não dizer ingerência, do PPTAL, o Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, órgão financiado pelos 7 grandes, o conhecido G-7. Esse fato é no mínimo estranho.

Apenas três Estados: o Amazonas, o Pará e Roraima, abrigam mais de 50% do total de silvícolas existentes no País. O Amazonas, com 89 mil índios; o Pará, com 45 mil e Roraima, com 37 mil.

Em extensão de terras destinadas aos índios, apenas esses três Estados contribuem com mais de 70 milhões de hectares, ou seja, com quase 70% do total de hectares destinados aos índios em todo o Território Nacional. O Amazonas contribui com aproximados 35 milhões de hectares; o Pará com mais de 22 milhões e Roraima com 13 milhões.

No Estado do Amazonas, na região conhecida como Cabeçado Cachorro, foram demarcadas 10 milhões e 600 mil hectares em área contínua para abrigar me nos do que 30 mil pessoas. A área é superior à de Cuba.

No caso específico de Roraima, as terras indígenas ocupam mais de 60% de todo o Estado.

Em percentuais: 12% do Acre; 23% do Amazonas; 10% do Amapá; 21% do Pará; 20% de Rondônia; 7% do Tocantins e quase 60% de Roraima são reservas indígenas.

Percebem V. Ex^{as} que o Norte do País, a Amazônia brasileira, o "pulmão da Terra", como dizem lá fora, está se tornando uma imensa área de reserva indígena.

Nossas fronteiras, a partir de Roraima, seguindo em direção ao oeste, passando pelo Amazonas, toda a fronteira Acre/Peru, até o limite sul de Rondônia, estão totalmente bloqueadas, seja por reservas indígenas, seja por reservas florestais intocáveis. Com o agravante de que a maioria dos rios – *fontes de águas potáveis que representam um quinto de toda a água doce do Planeta* – estão encravados dentro dessas reservas, como são os casos de todas as nascentes do Calha Norte, os afluentes e formadores dos rios Javari, Purus, Madeira, Tapajó e Xingu, etc.

A própria Funai reconhece que a soma das áreas indígenas em solo brasileiro superam às da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal, todos reunidos.

A voracidade da Funai em demarcar terras indígenas, pelo andar dessa carruagem, não tem limites de fronteiras e nem no tempo. Vale a pena lembrar aqui que por duas vezes, por cláusulas constitucionais nas Cartas de 1967 e 1988, foram estabelecidos prazos para conclusão dos trabalhos de demarcação de terras indígenas existentes no País. O último prazo estabelecido na Constituição de 1988 expirou em outubro de 1993, sem que a Funai concluísse os seus trabalhos. Mas os trabalhos continuam. Até quando? Que forças ocultas serão essas que superam prazos até mesmo da Carta Magna Nacional?

Esses fatos, meus nobres Colegas, é que nos fazem repudiar a manutenção dessa atual, confusa e insensata política indigenista voltada quase que exclusivamente para a demarcação de reservas. Os objetivos não são claros, geram apreensão, tolhem nossa integridade territorial e põem em risco nossa soberania. Afinal, 12% de nosso território, onde repousam riquezas incalculáveis – de fauna, flora, minérios e água doce –, a nós próprios estamos tornando inacessíveis. Enquanto isso, o mundo inteiro – não é novidade nenhuma – faz as mais drúxulas, arrogantes e firmes declarações sobre a nossa limitada e restrita

soberania sobre a Amazônia, o que consideram um **"patrimônio da humanidade"**.

Querem, a bem da verdade, nos "tapar o sol com a peneira"...

Precisamos enxergar que o mundo está mudando e, junto com o mundo, também o Brasil exige mudanças. Vivemos um mundo globalizado, onde o avanço tecnológico, as leis de mercado e as adequações socioeconômicas são exigências quase diárias. Com tudo isso, não nos é mais permitido viver à sombra de leis e normas quase seculares, antiquadas e, mais grave ainda, quando tratam de seres humanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos mais continuar no chove-não-molha de uma política onde a norma e a prática se distanciam cada vez mais.

A questão indígena brasileira exige propostas que estabeleçam diretrizes e ações concretas, práticas, que permitam ao índio o exercício pleno de sua cidadania, sem violar sua vida, seus conceitos, seus valores e sua cultura; que permitam ao silvícola a possibilidade de seu acesso aos frutos do progresso econômico e social e, principalmente, que lhes permitam a convivência, em alguns casos, com as comunidades não índias.

Se assim não fizermos, estaremos contribuindo para um eterno e aparente isolamento de nossos índios. E digo "aparente", porque não é de hoje – e sabemos muito bem disso –, que são inúmeros os grupos de pessoas, nacionais e estrangeiras, cujos interesses raramente se embasam na filantropia e que se movimentam junto às comunidades indígenas com projetos os mais estranhos, não raramente violentando sua vida, seus conceitos, seus valores e sua cultura.

É irreal e desumana, para nós e para a maioria dos nossos grupos indígenas, a idéia de querer mantê-los distantes de benefícios aos quais se acostumaram e deles já não podem mais prescindir.

O índio, em minha concepção, tem o direito não só à vida e à liberdade. A política de valorização da cidadania indígena não só deve ter como preocupações permanentes impedir agressões ao seu meio ambiente, cuidar de sua sobrevivência e preservar os seus costumes. Antes e acima de tudo, tenho comigo que uma correta política de trato ao silvícola deve, principalmente, permitir-lhe o acesso aos bens e serviços públicos básicos que lhe garantam uma existência digna. É crucial que seja definida, de maneira clara, a forma de convivência das comunidades indíge-

nas com seus irmãos caboclos, mestiços, mulatos e brancos, fisicamente próximos.

Mais urgente é deixarmos bastante claro e explícito que a política do governo em relação às comunidades indígenas não pode se restringir em demarcar reservas.

Nossos índios clamam por melhores condições de vida e merecem amplo apoio nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, etc., de forma a que tenham, no mínimo, melhor organização em suas atividades produtivas, dentro do marco de preservação de sua identidade e valores culturais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao referir-me, no início de meu pronunciamento, que, neste 19 de abril, além do Dia do Índio, também se comemora o Dia de Santo Expedito e do Exército, não o fiz aleatoriamente. Eu o fiz por ter esperança e fé. Esperança de que teremos forças para mudar essa absurda realidade e fé de que índios não índios continuarão irmanados em busca de uma sociedade mais justa, mais feliz e menos desigual.

OSr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Marluce Pinto, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

OSr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Marluce Pinto, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento em homenagem ao Dia do Índio. Hoje de manhã, houve uma homenagem na W/3 Sul, na praça em que ocorreu o triste episódio da morte do índio Galdino há quatro anos. Em complemento à manifestação que V. Ex^a faz com respeito à situação dos índios no Brasil, conclamando todos a realizarem um trabalho que permita o direito à existência com dignidade para todos no Brasil, índios e não índios, registro que, entre os familiares do índio pataxó Galdino, estavam presentes índios representantes de 21 Estados. A mãe do índio Galdino recordou a vida de seu filho, a sua luta, e disse, com muita emoção, que conseguia ver ali apenas o retrato dele, no monumento ali erguido em sua homenagem. Faço este registro em complemento ao pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Senador Eduardo Suplicy, o aparte de V. Ex^a me honra muito. Solidarizo-me com a família do índio Galdino e com todas as comunidades indígenas. As palavras de V. Ex^a foram muito importantes para o meu pronunciamento, principalmente por se tratar de um representante do Estado de São Paulo e por se interessar pelos assuntos indígenas. Isso nos mostra, mais uma

vez, toda a sua solidariedade não só com os problemas de seu Estado, mas do nosso País como um todo. V. Ex^a também reconheceu que todos devemos realizar um trabalho em conjunto para melhorar a situação do índio.

Não sou contrária à demarcação das terras, mas o que me preocupa é que só se lembram de demarcações de terra, mas o índio não come terra. O índio precisa de algo mais. Precisa preservar a sua cultura, mas necessita ter uma vida digna.

Mais uma vez, solidarizo-me com o meu nobre colega Eduardo Suplicy, pela sua sinceridade e sensibilidade. Trabalhando juntos tenho certeza de que alcançaremos nossos objetivos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Esta Presidência também se associa a V. Ex^a, Senadora Marluce Pinto, nesta manifestação em homenagem ao Dia do Índio.

Esta Casa se compromete, como vem fazendo a o reinar os seus compromissos, a tornar o convívio entre índios e não índios o mais solidário e justo possível, para que toda a Nação brasileira se torne mais humana, fraterna e justa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Senador Mauro Miranda, que preside a sessão neste momento, inicialmente, aviso ao Senador José Roberto Arruda que, ao final deste meu pronunciamento, em que farei uma análise da decisão do Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer de afastar do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, falarei a respeito das palavras com que S. Ex^a se referiu a mim em aparte ao Senador Romero Jucá.

Quero fazê-lo diante do Senador José Roberto Arruda. Caso S. Ex^a se encontre nas dependências do Senado e consiga chegar aqui nos próximos cinco minutos, terá a oportunidade de ouvir as minhas palavras pessoalmente.

Venho a esta tribuna para somar o meu protesto a muitos protestos ocorridos nos últimos dias contra uma decisão recente do Ministro Celso Lafer. Uma decisão indigna, que merece o repúdio de todos os brasileiros preocupados com o futuro de nosso País. Refiro-me à demissão do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães do cargo de Diretor do Instituto de Pes-

quisas de Relações Internacionais do Itamaraty. Senador Mauro Miranda, informo que conheço, há muitos anos, o Ministro Celso Lafer, especialmente porque fomos colegas, em São Paulo, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas: ele, professor do Departamento de Ciências Jurídicas, Sociais e Políticas, eu, do Departamento de Planejamento e Análise Econômica. Então, tantas vezes ali convivemos, tantas vezes ali compartilhamos o ambiente acadêmico de liberdade de pensamento e expressão, que, na escola, era algo fundamental.

Na última terça-feira, fui convidado pelo Embaixador do Reino Unido para um almoço em homenagem ao Diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, Leslie Bethell. Na ocasião, encontrei-me com o meu colega, que não é mais professor da Getúlio Vargas – eu ainda o sou – e lhe avisei que, nesta semana, faria um pronunciamento de avaliação crítica da decisão por ele tomada. Hoje, faço-o com o maior respeito e companheirismo. Eu lhe havia dito que cometera um engano.

Em artigo publicado, hoje, na **Folha de S. Paulo**, o Ministro Celso Lafer tenta justificar a sua decisão, relacionando-a à questão da Alca. O artigo não acrescenta informações ou argumentos novos, mas confirma que a demissão teve um conteúdo político, tendo ocorrido de manifestações públicas do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães acerca da questão da Área de Livre Comércio das Américas – Alca.

A decisão me parece descabida – e são muitos os que comungam dessa avaliação. A **Folha de S. Paulo**, em editorial recente dedicado a essa decisão de Lafer, condenou-a em termos duros – considero que corretamente. Diversos jornalistas de peso, entre eles Élio Gaspari, Jânio de Freitas e Arnaldo Jabor, manifestaram o seu espanto e a sua discordância com a decisão de demitir o Embaixador. Vai ficando cada vez mais claro que Celso Lafer e seus auxiliares cometeram não só uma injustiça, mas um erro político. Estão pagando e vão pagar o preço deste erro.

Todos compreendem que o Ministro tem o direito de remover um funcionário de um cargo de confiança. Não há ilegalidade na decisão do Ministro. O Ministro Celso Lafer fez referência a esse ponto no seu artigo de hoje. Não foi invocada – nem precisa ser – a tristemente famosa circular da mordaza, editada logo após a posse de Lafer, com o intuito de restringir e controlar as manifestações públicas dos diplomatas brasileiros sobre a política externa. Essa circular,

como já tive ocasião de dizer ao próprio Ministro Lafer, quando compareceu ao Plenário do Senado, é flagrantemente inconstitucional.

Mas o espírito da circular da mordança está inegavelmente presente na decisão de destituir o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. O que se está tentando fazer é punir com a perda de um cargo uma voz crítica da Alca. O Embaixador afastado tem sido, nos últimos anos, um dos principais analistas de temas estratégicos de política externa, como o Mercosul, a OMC e a Alca. Todos os interessados nesses temas têm-se beneficiado – e muito – com as suas contribuições.

Há, ainda, uma agravante: a demissão do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães se dá poucos dias antes da importante reunião que se inicia, nesta semana, em Quebec, no Canadá, para onde o Presidente Fernando Henrique Cardoso está-se encaminhando neste momento. Sua Excelência vai chegar lá com uma notícia sobre aquele embaixador que estava fazendo críticas como Diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais. Se o Presidente George Bush perguntar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso "E aquele embaixador que estava incomodando tanto?", Sua Excelência responderá: "Já foi calado; pelo menos, não é mais diretor daquele Instituto. Nós diminuimos seu poder de voz." Quem sabe o Presidente George Bush dirá: "Ainda bem!".

Como Diretor do Instituto de Pesquisas do Itamaraty, ele coordenou diversas publicações e organizou grande número de eventos, seminários e conferências. A última delas, aliás, foi em conjunto com o Senado Federal, Senadora Marluce Pinto, com a participação da CAE. Há cerca de três semanas, em colaboração com o Instituto de Estudos Avançados da USP e com a coordenação do Professor Paulo Nogueira Batista Júnior e do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, então Presidente do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Itamaraty, organizamos um seminário intitulado "Dolarização **versus** Pluralismo Monetário das Américas".

A marca dessas iniciativas do Instituto dirigido pelo Embaixador Guimarães foi o pluralismo e a busca de um equilíbrio entre as diversas correntes de opinião. O Ministro Celso Lafer não tem base para alegar, como fez no artigo publicado, hoje, na **Folha de S. Paulo**, que faltaria isenção e objetividade ao Embaixador Guimarães para promover um verdadeiro diá-

logo com a sociedade, muito menos para sugerir que o Embaixador iria constranger esse diálogo.

Nos últimos meses, o Embaixador tem dado contribuições sérias, fundamentadas, até mesmo brilhantes, eu diria, sobre a eventual criação da Alca. Não divulgou informações sigilosas ou dados obtidos em razão do exercício do cargo. Deixava claro que estava manifestando-se a título pessoal. Ao fazê-lo, estava exercendo direitos constitucionais de todos os brasileiros: a livre expressão e manifestação do pensamento, sem censura ou licença, garantida por cláusula pétrea da Constituição de 1988. Ao contrário do que afirmou nota oficial do Itamaraty anterior à demissão do Embaixador, Samuel Pinheiro Guimarães não se valeu da posição que ocupava para dar peso ou autoridade às suas manifestações de caráter pessoal.

Ressalte-se que, ao criticar a Alca, o Embaixador utilizou-se de palavras sóbrias e argumentos bem fundamentados. Não fez críticas de natureza pessoal à cúpula do Itamaraty e, depois da demissão, tem-se comportado com grande elegância, sem atacar pessoalmente o Presidente Fernando Henrique Cardoso ou o Ministro e seus auxiliares, sabendo, obviamente, que o Ministro Celso Lafer dialogou com Sua Excelência sobre uma decisão dessa gravidade.

Mas a questão fundamental é mesmo a Alca. Oficialmente, o Brasil não tem opinião fechada sobre a Alca ou pró-Alca. "A Alca é opção, e não destino", costuma repetir o Ministro Lafer. No seu artigo de hoje, S. Ex^a próprio diz que não há consenso a respeito dela no Brasil e que, portanto, é preciso muito debate acerca do assunto. O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães estava justamente estimulando esse debate. S. Ex^a expunha a sua opinião com sentido aberto, ia aos mais diversos fóruns, conversava com os empresários na Fiesp, fazia inúmeras palestras em São Paulo e em diversos outros lugares. Fazia questão, inclusive, de que houvesse, no Instituto, pluralidade de idéias.

Se é assim, não há motivo para afastar um diplomata por ter feito críticas a essa iniciativa dos Estados Unidos. O acordo não foi fechado, e o Governo do Brasil declara que não está comprometido, necessariamente, em fechar o acordo da Alca, proposto pelo governo norte-americano. O Ministro voltou a reiterar essa posição no artigo de hoje.

Nesse contexto, críticas como a do Embaixador Guimarães são justificadas e até úteis para o Governo. Ou devemos supor que o discurso do Ministro Lafer e do próprio Presidente da República sobre a Alca

seja mera fachada? Devemos entender, com a demissão do Embaixador Guimarães, que o grau de comprometimento do Governo Fernando Henrique Cardoso com a Alca é maior do que se quer admitir?

É um erro, ademais, ao longo de um processo de negociação, tentar suprimir vozes discordantes, de pessoas que não estejam diretamente envolvidas na negociação, como é o caso do Embaixador Guimarães, que não fazia parte da equipe negociadora e sequer ocupava cargo operacional. Um crítico alerta e consistente, como o Embaixador Guimarães, só contribui para fortalecer a posição negociadora do Brasil.

A decisão de Lafer, Sr. Presidente, foi injusta e equivocada. Indigna da sua trajetória de liberal, discípulo declarado de Hannah Arendt e Norberto Bobbio, que ele cita e faz questão de citar no seu artigo. Assim, com toda a franqueza e amizade ao Ministro Celso Lafer, quero dizer que começa mal a sua gestão no Itamaraty.

Sr^a Presidente, Senadora Marluce Pinto, uma breve palavra ainda sobre o que disse o Senador José Roberto Arruda, que procurou responder a críticas e indagações feitas com todo o respeito a ele de uma forma tão ofensiva. Em nenhum momento eu o ofendi. Se S. Ex^a ficou com vontade de dar soco em mim, como declarou depois aos Senadores, se acha que dizer isso significa querer estar na mídia, ora, S. Ex^a está hoje na mídia em razão de todo o Brasil querer saber se ele está falando a verdade ou não; está hoje na mídia por procedimentos que o deixaram em situação extremamente difícil, e vamos querer saber o esclarecimento completo daqui a pouco.

Espero que S. Ex^a esteja lá presente, diante da Sr^a Regina Célia Peres Borges, para ouvir o seu depoimento ao vivo, olho no olho, frente a frente. Espero também e reitero o meu convite ao jornalista Ricardo Noblat para comparecer hoje e assistir também ao depoimento da Sr^a Regina Célia, e se, porventura, houver qualquer contradição, qualquer esclarecimento a dar, como ele próprio disse a mim, que ele esteja lá disposto. Com breves palavras, ele dará esclarecimentos de extraordinária relevância, inclusive a respeito do telefonema que o Senador José Roberto Arruda disse ter ele dado. Quando ele tinha saído da posse do Ministro, ele disse então que Ricardo Noblat telefonou para ele, no seu celular, para lembrar de um jantar, quando, na verdade, Ricardo Noblat me disse – e eu gostaria que ele aqui esclarecesse – que ele não fez esse telefonema no carro, ou no caminho, para José Roberto Arruda. O encontro estava marca-

do antecipadamente. E para lá foi José Roberto Arruda, consciente de que Ricardo Noblat costumava sair bem depois das 22 horas da redação do **Correio Brasileiro**. E tendo terminado a cerimônia às 20h40min, dava perfeitamente tempo para ele dar uma passada em casa.

Disse o Senador José Roberto Arruda que nasceu de família humilde e mencionou que eu sou descendente de Matarazzo. Quero transmitir ao Senador José Roberto Arruda – gostaria de fazer na frente de S. Ex^a: sou Matarazzo Suplicy; só não uso o nome completo Eduardo Matarazzo Suplicy porque o Senador Mário Covas, quando eu havia me inscrito como Eduardo Matarazzo Suplicy, me disse: Você vai começar o seu mandato – isso em 1991, na posse – já quebrando o Regimento, porque só pode haver três nomes – embora alguns usem aqui três nomes. Eu falei: Não, não quero quebrar o Regimento. Se for assim, que use apenas Eduardo Suplicy, que é o nome do meu pai.

E posso ter certeza de que na família Matarazzo há extraordinárias qualidades, inclusive de meu bisavô Francisco Matarazzo, um homem conhecido por extraordinário caráter, extraordinário espírito empreendedor, que construiu o maior conjunto industrial de toda a América Latina, do final do século passado até o início dos anos 30. Dele posso dizer com certeza. Posso ter obtido, por descendência, qualidades e defeitos, mas tenho certeza de que felizmente estou com mais qualidades do que defeitos que possa ter.

De meu pai, Suplicy, aprendi coisas simplesmente fantásticas. Mas o que mais meu pai me ensinou foi ter caráter, foi querer honrar o mandato, foi querer sempre ter a palavra correta, foi saber respeitar as pessoas, querer ouvi-las, inclusive como meu pai tantas vezes ensinou, ouvir os mais humildes. E ele costumava me dizer, quando vinha uma pessoa mais pobre falar com ele: Filho, mais importante do que você poder ajudar, contribuir com qualquer ajuda a essa pessoa, é sobretudo você ouvir a palavra dele. É o que mais ele deseja. Eu quero sempre ouvir as pessoas. Esses ensinamentos, eu aprendi de meu pai, Paulo Cochrane Suplicy, e de minha mãe, Filomena Matarazzo Suplicy. Sinto-me muito bem por ser descendente de ambos e de propugnar sempre aqui, de um lado, para que estejamos desvendando a verdade e, de outro, contribuindo para que o Brasil quanto antes seja efetivamente uma sociedade justa, civilizada.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mauro Miranda, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marluce Pinto, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Carlos Patrocínio, Ademir Andrade e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma disposta no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está completando 50 anos a principal agência de fomento, pesquisa e criação de nosso País. Falo do CNPq, Sr. Presidente, sigla que se associou, ao longo das últimas cinco décadas, ao melhor do que se produziu em ciência e tecnologia no Brasil.

O CNPq não tem apenas uma história de 50 anos, de meros e quaisquer 50 anos. São 50 anos ricos e produtivos. É meio século de apoio à construção da ciência no Brasil, de incentivo à institucionalização da atividade de pesquisa em nosso País.

É, portanto, com justificado orgulho que presto as minhas homenagens pessoais, bem como as homenagens de todo o povo cearense que tenho a honra de representar nesta Casa, a esta instituição que contribuiu para projetar a pesquisa brasileira no conjunto das nações com maior desenvolvimento em ciência e tecnologia.

E tenho a certeza, Sr. Presidente, que esta Casa, os Parlamentares que a compõem, sempre tão receptivos a reconhecer, prestigiar e apoiar as instituições brasileiras que se destacam em seu campo de atuação, saberão reconhecer o mérito do CNPq no desenvolvimento da pesquisa nacional e associarão suas vozes à minha, neste momento em que se rende homenagens ao meio século de vida desta Agência de pesquisa.

É vasta a gama de contribuições do CNPq tanto na formação de cientistas e pesquisadores capazes de atuar na fronteira do conhecimento, capacitados, portanto, para criar, absorver e aperfeiçoar tecnologias, quanto na consolidação de bem-sucedidos programas nacionais de grande impacto social ou estratégico.

Permito-me citar alguns exemplos desse sucesso em programas de largo alcance, como o apoio fundamental às atividades da Embrapa e da Fiocruz, a

introdução e consolidação das incubadoras de empresas e parques tecnológicos, o incentivo à pesquisa aeroespacial, o incremento ao estudo da biodiversidade biológica em fronteiras da Amazônia ou da Antártida, a contribuição à prospecção em águas profundas, a nucleação do que veio a se tornar a Rede Nacional de Pesquisas e posteriormente da Internet.

Compreende-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a que levou o esforço continuado e persistente do CNPq na formação de pesquisadores e cientistas, bem como na formulação de estratégias de fomento de todo o sistema de ciência e tecnologia no País. Os resultados desse trabalho são evidentes e impressionantes. Graças a todo esse esforço, o Brasil hoje se situa entre as dez melhores nações que mais contribuem para o acervo do conhecimento, e entre as doze nações com maior capacidade de formação de recursos humanos altamente qualificados.

Vão ficando cada vez mais distantes os tempos em que o CNPq foi criado. Muito mudou o Brasil ao longo desse meio século. Muitas das mudanças havidas no campo da pesquisa, da ciência, da tecnologia, do conhecimento em geral, devem ser tributadas, com toda certeza, às ações que esta Agência desenvolveu no decorrer dessas cinco últimas décadas.

Como parte da homenagem que lhe rendo hoje, cabe dedicar algumas linhas para rememorar a história do CNPq, a luta por sua criação, as mudanças que os tempos impuseram a ele.

Inspirado em organizações análogas dos Estados Unidos, França e Canadá, o Conselho Nacional de Pesquisas, nome do qual deriva a sigla CNPq, foi criado em 15 de janeiro de 1951. Criou-o a Lei nº 1.310, considerada pelo Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva como a "Lei Áurea da pesquisa no Brasil".

Coube a esse Almirante propor ao Governo brasileiro, em maio de 1946, a criação de uma instituição governamental que teria como principal função incrementar, amparar e coordenar a pesquisa científica nacional. Ele era o representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da recém-criada ONU, a Organização das Nações Unidas.

Tal proposição não era nova, nem a primeira que se levou ao Governo brasileiro. A idéia de se criar uma entidade governamental destinada a fomentar o desenvolvimento científico no País já havia surgido, na verdade, desde os anos 20. A Primeira Guerra Mundial terminara há poucos anos. Era natural que o

incremento da ciência e da tecnologia fosse assunto tratado no seio da Academia Brasileira de Ciências.

Partiu, então, da Academia Brasileira de Ciências, em 1931, um pedido formal ao Governo para a criação de um conselho de pesquisas. O então Presidente Getúlio Vargas enviou mensagem nesse sentido ao Congresso, em maio de 1936, mas a idéia não foi bem recebida pelos parlamentares.

O advento da Segunda Guerra Mundial escancarou aos olhos do mundo os avanços da tecnologia bélica, aérea, farmacêutica. Se alguns países mantinham-se reticentes em creditar importância fundamental e estratégica à pesquisa científica, a bomba atômica estava ali para alertá-los do poder que a ciência poderia conferir ao homem.

Muitos países, então, trataram de acelerar suas pesquisas e organizar entidades de apoio e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico. O clima político, nesse momento, era propício a se relançar a idéia de criar um Conselho Nacional de Pesquisa. E foi assim que surgiu, em 1951, o nosso CNPq, para nos dar muito orgulho, em todos os anos de sua atuação.

Já na primeira reunião de seu Conselho Deliberativo, realizada em 17 de abril de 1951, foram discutidas medidas para aquisição de um sincrociclôtron, um tipo de acelerador de partículas pesadas, destinado à realização de pesquisas fundamentais em física e para o treinamento de técnicos e pesquisadores.

Ainda na primeira década de sua atuação, foram criados diversos institutos responsáveis pela execução dos trabalhos de investigação científica e tecnológica, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o Instituto de Pesquisas da Amazônia, o Instituto de Bibliografia e Documentação, entre outros.

Em fins de 1964, a Lei 4.533 amplia a área de competência do Conselho, cabendo-lhe formular a política científico-tecnológica nacional. Em 1974, o CNPq torna-se uma Fundação, e passa a ser chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1985, sua vinculação é transferida da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para esse Ministério.

Até hoje, o CNPq é responsável pelo planejamento estratégico de ciência no Brasil, atuando como articulador de ações de longo prazo e consolidando seu papel de agência de apoio à política científica e tecnológica nacional.

No ensejo desta homenagem, Sr. Presidente, parabeno toda a "família CNPqueana", pretendendo abranger, nessa forma carinhosa de expressão, a Presidência e Diretoria do Conselho, seus administradores, servidores e principalmente todos os beneficiários de seus incentivos, que vão desde alunos de iniciação científica a pesquisadores de renome internacional. Estão todos de parabéns, como também o está a Nação brasileira, agraciada por 50 anos de profícuo e contínuo labor de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão do custo abusivo dos medicamentos tem freqüentemente ocupado grandes espaços nos meios de comunicação.

Não é sem fundamento o destaque concedido por jornais, emissoras de rádio e de televisão a esse problema. Afinal, trata-se de mercadoria de primeira necessidade, muitas vezes imprescindível à manutenção da saúde ou até da vida humana.

Dezenas de milhões de brasileiros têm absoluta necessidade de consumir remédios diariamente, e a descontrolada e usurária elevação constante no preço desses produtos constitui um suplício cruel para aquela vasta parcela de nossa população que dispõe de escassos meios financeiros para assegurar sua sobrevivência.

A profunda injustiça desse quadro fica ainda mais ressaltada quando lembramos que o martírio representado pelos preços estratosféricos e injustificáveis dos medicamentos atinge de modo especial a população idosa, que, exatamente por sua condição etária, precisa consumir esses produtos em maior quantidade e de forma mais continuada. Ao fim e ao cabo – e paradoxalmente –, a angústia causada pelo crescente comprometimento do apertado orçamento doméstico com a aquisição de remédios acaba por representar mais um fator de agravamento do estado de saúde dos nossos velhos.

O Governo Federal tem-se esforçado para colocar um freio na desmedida ganância dos laboratórios multinacionais que controlam o setor. A autorização para produção e o início da comercialização dos medicamentos genéricos e similares constitui um importante primeiro passo no sentido de colocar alguma limitação ao desmedido poder econômico de que usam e abusam esses gigantes.

No entanto, os esforços governamentais para policiar os abusos tão comumente denunciados e comprovados vêm sendo dificultados pela inexperiência nacional no desenvolvimento de fármacos. Como apontam os especialistas, se o Brasil tivesse mais conhecimento na área de fabricação de remédios, também estaria mais habilitado para fiscalizar o setor. Como não desenvolvemos medicamentos, não temos experiência para criticar o que vem de fora. Para profissionais com larga experiência no setor, essa situação configura um autêntico problema de segurança nacional, pois, atualmente, somos totalmente dependentes de importação de matérias-primas para obter nossos remédios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é apenas o primeiro dos motivos que indicam a urgente necessidade de se reativar, no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais – PPPM.

Quando, três anos atrás, conjuntamente com a extinção da Central de Medicamentos – CEME, deixou também de funcionar o PPPM, o Brasil estava dando um lamentável passo atrás na trajetória do desenvolvimento de uma indústria de medicamentos nacionais.

Esse programa pode ser considerado como o primeiro avanço na consolidação de uma indústria nacional de produção de drogas, especialmente as fitoterápicas. É importante ressaltar que os medicamentos produzidos à base de plantas representam, possivelmente, a única arma eficaz de que o País pode dispor na concorrência com as gigantes multinacionais do setor de drogas sintetizadas em laboratório.

Como aponta o Professor-Titular de Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina, João Batista Calixto, "Não temos velocidade e experiência para tentar competir no mercado de drogas sintetizadas. Nossa única chance é trabalhar dentro da nossa biodiversidade."

De fato, como lembra o Professor Calixto, os fitoterápicos têm custo de produção bem menor, por conta do histórico de uso que costuma estar por trás das plantas pesquisadas, as quais foram investigadas previamente pela utilização popular. Quando se parte para o desenvolvimento de um remédio fitoterápico, a sabedoria popular acumulada serve como embasamento. Já existe um razoável conhecimento a respeito do efeito da planta, o que dispensa a realização de

infundáveis testes. Além disso, a tecnologia envolvida no processo é de menor custo.

A megadiversidade biológica de que dispõe o País, por sua vez, constitui um **handicap** extraordinário na concorrência dentro do mercado de remédios, e não lhe dar a devida utilização representaria um crime contra os interesses nacionais.

Como se sabe, o Brasil é dono da maior diversidade biológica do Planeta, abrigando em seu território nada menos que 22% de todas as espécies de plantas superiores – aquelas que apresentam raiz, caule, flor e fruto. Além da flora mais diversa, com 56 mil espécies de plantas superiores, o País lidera também o **ranking** de peixes de água doce e de mamíferos. Como exemplo da magnitude biológica nacional, o advogado Marcelo Varela, mestre em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina, lembra que apenas no Estado do Amazonas são conhecidas mais de 2 mil e 500 espécies de árvores, enquanto na França elas não passam de 50.

De resto, cresce em todo o mundo o interesse por produtos de origem natural, vistos como menos agressivos ao organismo, o que só faz aumentar o mercado para os medicamentos elaborados a partir de plantas. A própria classe médica demonstra uma importante evolução em sua mentalidade nos últimos anos, manifestando, hoje, uma aceitação muito maior do uso de produtos fitoterápicos. Acresce-se a isso o fato de que diversas instituições de pesquisa, em âmbito mundial, têm concentrado esforços no estudo desses produtos. O crescente número de casos de produtos que apresentam resultados positivos acaba por elevar o prestígio do segmento como um todo. A partir daí, o grande consumo de fitoterápicos nos países desenvolvidos propaga-se de maneira cada vez mais intensa para o resto do mundo.

Com efeito, os numerosos estudos científicos comprobatórios da sua eficácia estão fazendo as plantas medicinais transporem os limites da credence popular, razão original de sua utilização. De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS –, 85% das pessoas no mundo utilizam plantas medicinais para tratar da saúde. No Brasil, acredita-se que 60% da população se valem de alguma forma de remédios naturais. Alguns estudiosos apontam que o hábito de se valer das plantas data de 3.700 a.C. e possivelmente teve início na China. Hoje, no entanto, órgãos oficiais de saúde já aceitam seu uso e até o recomendam. A Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro tem um programa de plantas medicinais. A propos-

ta é que os médicos tratem com fitoterápicos e os hospitais forneçam esse tipo de medicamento gratuitamente.

A farmacêutica coordenadora desse programa, Elizabeth Michilis, afirma: *"Cada vez mais fica evidente que as plantas são eficazes para tratar doenças simples e tê-las em casa é uma ótima medida"*. Nos locais atendidos pelo programa estadual, a fitoterapia é aplicada a pacientes com diarreias, enxaquecas, resfriados, verminoses, entre outros males comuns. E essas moléstias somam nada menos que 50% de todos os atendimentos. Segundo a farmacêutica, *"Uma das principais vantagens da fitoterapia é o baixo custo. Nos locais que integram o programa, o custo da maioria dos tratamentos caiu de 30% a 40%"*.

Nesse contexto, as perspectivas de mercado para os fitoterápicos apresentam-se excelentes no curto e no médio prazos. No Brasil atual, a fitoterapia tem ganhado tantos adeptos que as estimativas apontam, para este ano, um faturamento, no setor, da ordem de 700 milhões de dólares. O mercado norte-americano deve crescer nada menos do que 50%, com um faturamento estimado em 15 bilhões de dólares – entre julho de 1998 e julho de 1999, esse número foi de 10 bilhões de dólares. Já por volta do ano de 2015, conforme os participantes do Segundo Simpósio de Recursos Genéticos para a América Latina e o Caribe, o comércio mundial de plantas medicinais poderá movimentar 500 bilhões de dólares por ano. Na opinião desses estudiosos, o Brasil é o País que melhor pode vir a aproveitar essa expansão de mercado.

Hoje, em nível mundial, o mercado de fitoterápicos movimenta cerca de 40 bilhões de dólares por ano. A parcela brasileira nesse total – levando-se em conta o potencial representado por nossa riquíssima biodiversidade – é muito pequena. Não faz sentido algum que nosso faturamento no setor seja cerca de quatro vezes inferior ao da Alemanha, que lidera o mercado, com 3 bilhões e meio de dólares. Para que se faça uma idéia do que o País está perdendo ao não investir nessa pesquisa, um fitoterápico como o *ginkgo biloba*, utilizado contra doenças degenerativas, já movimenta, no mundo, 280 milhões de dólares por ano. No Brasil, só o fitoterápico líder de vendas, o *Vick Vaporub*, desenvolvido por uma multinacional, fatura quase 21 milhões de dólares por ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os medicamentos fitoterápicos, bem empregados, constituem uma alternativa econômica e eficaz aos remédios industrializados, apresentando, inclusive, vantagens

em relação a estes. Eles possuem baixa toxicidade, pequeno índice de efeitos colaterais e não levam o usuário a desenvolver dependência. Sua eficácia assemelha-se à dos remédios sintéticos, pois muitos produtos sintéticos derivam diretamente de plantas medicinais. Num e noutro caso, os resultados podem variar muito de uma pessoa para outra e os medicamentos podem demorar mais ou menos tempo para surtir efeito.

Da mesma forma como existem remédios sintéticos que não podem ser substituídos por fitoterápicos, o inverso também é verdadeiro. O farmacêutico e fitoterapeuta Alfenio Lima Dutra, pós-graduado pela Universidade Estadual de São Paulo – Unesp – explica que alguns efeitos presentes em certos fitoterápicos não são observados em medicamentos sintéticos. O principal deles é o efeito depurativo, ou seja, a desintoxicação promovida por certas plantas, que contribui para promover uma melhora na circulação sanguínea, no sistema digestivo, na pele e uma menor sobrecarga para rins e fígado.

Vale sempre lembrar que os remédios sintetizados, que ainda dominam amplamente o mercado, estão cada vez mais caros, com preços verdadeiramente abusivos, sendo possível, por meio da fitoterapia, baratear muito o custo final do medicamento. Embora as perspectivas francamente favoráveis, a fitoterapia, no mundo, hoje, ainda corresponde a uma pequena fatia do mercado total de remédios – cerca de 20%, apenas. A indústria farmacêutica tradicional é muito poderosa, mas é necessário aprofundar a mudança de mentalidade que já está em curso, como forma de viabilizar o acesso da população de baixa renda aos produtos indispensáveis à manutenção e à recuperação da saúde. Veja-se que o faturamento com fitoterapia no Brasil corresponde a apenas 4% do total de remédios vendidos.

Nosso riquíssimo patrimônio em termos de diversidade biológica representa um manancial inesgotável para a produção de fitoterápicos. Além das plantas de mais amplo conhecimento popular, que podem ser encontradas em todo o País, algumas espécies amazônicas que ganharam notoriedade recentemente apresentam grande potencial terapêutico.

A unha-de-gato, erva abundante no Acre, tem a capacidade de reforçar o sistema imunológico e é usada para complementar o coquetel anti-aids. O biólogo Juan Revilla, pesquisador em Botânica Econômica do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa –, trabalha com a espécie há mais de 30 anos,

mas suas conclusões só ganharam fama recentemente, após a veiculação de matéria pelo **Globo Repórter**. Nesse programa televisivo, foram apresentados enfáticos depoimentos de pessoas que, não tendo obtido melhora para diversas moléstias após muitos anos de tratamento com remédios industrializados, conseguiram curar-se e livrar-se totalmente do uso daqueles medicamentos graças apenas à unha-de-gato.

Outro caso é o da muirapuama, árvore cujos troncos e galhos, com fama de afrodisíacos, são usados como tônico cerebral e muscular. O Inpa está elaborando, atualmente, um plano de manejo para essa espécie. Uma empresa com sedes em Parintins, no Amazonas, e em São Paulo irá fornecer muirapuama para uma indústria de transformação instalada na Zona Franca de Manaus.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando propugno pela reativação do Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais – PPPM – do Ministério da Saúde, não tenho em mente apenas a importância terapêutica e econômica dos fitoterápicos.

Há mais em jogo. Conforme argumenta o Professor-Titular de Farmacologia da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp –, Antônio José Lapa, a importância do PPPM vai além da possibilidade de colocar remédios genuinamente nacionais no mercado. O Programa tem papel fundamental no desenvolvimento de **know-how** brasileiro no setor de produção de drogas. E esse **know-how** não apenas aumentaria nossa capacitação para fiscalizar adequadamente o setor, coibindo os abusos praticados pelas grandes empresas multinacionais. Mais do que isso, a pesquisa de plantas medicinais também seria o primeiro impulso para a produção nacional de drogas sintéticas.

Em 15 anos de atividade, período ao longo do qual granjeou ótima reputação internacional, o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais despendeu pouco em recursos públicos, mas conseguiu analisar pelo menos 74 espécies de plantas. Dez delas já tinham sido estudadas e testadas a ponto de estarem em condições de ir para a linha de produção, segundo informação da ex-gerente do Programa, Cyrene dos Santos Alves. *“Se o projeto tivesse ido adiante – diz ela –, hoje teríamos no mercado medicamentos fitoterápicos genuinamente brasileiros, como os feitos da quebra-pedra – indicada para cálculos renais – e da espinheira-santa – recomendada contra úlcera –, todos testados e aprovados cientificamente”.*

Isaías Raw, ex-Diretor do Instituto Butantã, de São Paulo, lembra que o PPPM financiava mais de 100 projetos em 23 institutos de pesquisa, constituindo uma iniciativa única na América Latina.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão não apenas da disponibilidade, mas também do preço dos medicamentos é uma questão crucial para a saúde e a qualidade de vida da nossa população. É incompreensível que a oitava economia mais pujante do Planeta viva hoje, no limiar do século XXI, numa situação de completa dependência da importação de matérias-primas para obter nossos remédios. Essa situação representa, como mencionei anteriormente, um verdadeiro problema de segurança nacional.

Está mais do que na hora de começarmos a nos mover no rumo da superação dessa dependência. Precisamos caminhar no sentido de construir nossa autonomia nesse setor estratégico para o bem-estar de nossa população. Um primeiro e importante passo seria a reativação do Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais do Ministério da Saúde. Para isso, faço meu veemente apelo ao Ministro José Serra.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que avança o acordo sobre o cronograma para negociação e implementação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, preocupa a situação difícil por que está passando o Mercosul. Pois um Mercosul consolidado como união aduaneira seria o trunfo mais importante que poderia ajudar Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai nas complexas e duras negociações que se avizinham com os Estados Unidos.

A verdade é que – desde a desvalorização do real, em janeiro de 1999, e a conseqüente substituição, entre nós, do regime cambial semifixo pelo flutuante – o Mercosul *anda mal das pernas*, tendo sofrido uma parada e, em alguns setores, mesmo uma reversão, no impressionante ritmo de aumento do comércio intrabloco que vinha experimentando nos anos anteriores. Nada mais natural que isso tenha ocorrido, pois um bloco comercial não pode prosperar quando seus dois mercados maiores, no caso Brasil e Argentina, têm regimes cambiais tão diversos. No Brasil, regime de câmbio flutuante, que permite que o real vá sendo desvalorizado em relação ao dólar, na medida do diferencial entre a inflação brasileira e a norte-americana, sem contar os movimentos especulativos com a moeda ou a conjuntura do balanço de pa-

gamentos. Na Argentina, a camisa-de-força da paridade cambial entre peso e dólar, um regime rigorosamente fixo, que não deixa margem a ajustes no câmbio, quando se fazem necessários.

Nesse contexto era natural que as exportações brasileiras para a Argentina fossem ganhando terreno — e inversamente as importações argentinas fossem perdendo terreno no Brasil — e levassem a toda sorte de ressentimentos, retaliações e conflitos no comércio bilateral. Somou-se a essa situação, já por si difícil, a crise econômica por que atualmente passa nosso vizinho, o que levou, mesmo que temporariamente, à concordância, acertada, por parte do Brasil, em relação à suspensão do compromisso argentino com a tarifa externa comum (TEC) do Mercosul. Houve, portanto, — mesmo que temporariamente, repito —, um abandono do **status** de união aduaneira do Mercosul. E é nessa conjuntura de *indigência* do Mercosul que começamos a negociar o cronograma da Alca!

A diplomacia brasileira, representando os interesses também de outros países do continente, teve uma primeira vitória no que se refere à definição do cronograma da Alca. Os Estados Unidos, juntamente com o Canadá e o Chile, acabaram por aquiescer à nossa proposta contra a antecipação das datas. De acordo com o cronograma aprovado, em Buenos Aires, em 6 de abril, pelos ministros de comércio dos 34 países americanos, — as negociações da Alca deverão estar concluídas até janeiro de 2005, havendo, depois dessa data, prazo de um ano para que os parlamentos nacionais possam ratificar o acordo. Portanto, segundo o cronograma aprovado pelo ministros, a Alca deverá ter início somente em janeiro de 2006. Essa proposta está sendo levada à Terceira Cúpula das Américas, que começa amanhã, em Quebec, no Canadá. Certamente será aprovada pelos Chefes de Estado.

Cumpre dizer, entretanto, que em 2006 está prevista a eliminação de alíquotas incidentes apenas sobre um conjunto de produtos, conjunto que será negociado. A constituição da Alca em zona de livre comércio perfeita, em zona totalmente livre de alíquotas de importação, será implementada gradualmente por um período de dez anos. Isto é, a construção da zona de livre comércio é um processo que, se for exitoso, vai se encerrar aí por volta de 2016.

Até o início da implementação desse processo, até 2006, muita coisa pode ocorrer. As negociações podem encerrar-se antes do prazo previsto, o que é difícil, mas não impossível. As negociações podem

ser estendidas por mais algum tempo, caso não seja possível se chegar a um acordo em tempo hábil. E pode ser até que o Brasil decida não fazer parte da Alca, que os acordos não nos satisfaçam. E, naturalmente, isso se pode dar, é uma possibilidade, pois somos um País soberano.

Enquanto isso, nesses quase cinco anos que nos separam de janeiro de 2006, é importante que o Brasil seja um negociador duro na defesa de seus interesses, não aceitando, para começo de conversa, nenhuma proposta de constituição da Alca que não inclua o fim dos subsídios norte-americanos à agricultura e a suspensão das barreiras não-tarifárias contra nossas exportações. Apesar da alíquota média de importação praticada pelos Estados Unidos ser muito inferior à do Brasil, estima-se que cerca de 60% das exportações brasileiras para os Estados Unidos estão sujeitas a algum tipo de barreira não-tarifária.

Nosso País, tampouco, pode deixar de, em paralelo às negociações da Alca, continuar a promover o fortalecimento do Mercosul e a eventual inclusão de outros países sul-americanos no bloco, bem como a negociar também uma área de livre comércio com a União Européia. A atuação em diversas frentes é a estratégia acertada para não nos isolar e para termos sempre disponível o máximo de opções, não nos fechando em nenhuma delas exclusivamente.

A opção pela Alca ou pela União Européia — opções que, cumpre ressaltar, não são mutuamente excludentes — traz vantagens distintas. Numa análise puramente estática, sabe-se que as exportações brasileiras para a União Européia concentram-se em produtos agrícolas e minerais, de baixo valor agregado, enquanto que as exportações para os Estados Unidos são mais equilibradas em sua composição, tendo peso bastante grande os produtos manufaturados, de maior valor agregado. Portanto, num primeiro momento, uma integração com os Estados Unidos favorecerá os setores econômicos brasileiros mais avançados. Todavia, tal análise não deixa de ser insuficiente, uma vez que, feita pelo lado das importações, sabe-se que os produtos norte-americanos tendem a ser mais competitivos, na média, do que os europeus. Acrescenta-se a isso o fato de que um processo de integração é algo dinâmico, que acaba por alterar a estrutura de comércio vigente hoje em dia.

Para concluir, Sr. Presidente, eu diria que o cronograma para a implementação da Alca que o Brasil defendeu e que deve ser cancelado na Cúpula de Quebec é bastante razoável. Temos quase cinco anos

para negociar e, uma vez encerrada a negociação com êxito, a zona de livre comércio deverá ser implementada num prazo, também razoável, de cerca de dez anos. Todavia, é imprescindível que o Brasil envolva todos os esforços no sentido de fortalecer o Mercosul e ampliá-lo para abarcar outros países da América do Sul. O Presidente da Venezuela Hugo Chavez declarou, em recente visita ao Brasil, que deseja que seu país se torne membro pleno do Mercosul. O Chile e a Bolívia talvez possam ir pelo mesmo caminho. Importante é ressaltar que quanto mais o Mercosul se fortalecer, mais força teremos todos nós, países sul-americanos, para negociar em melhor posição com a potência norte-americana. Esperemos que a Argentina possa resolver seus problemas, de preferência flexibilizando seu câmbio, o que traria um enorme alento para o Mercosul.

Por sua vez, urge que se faça a reforma tributária no Brasil, pois nosso sistema tributário caótico, em que abundam os impostos *em cascata*, é fator de deterioração das condições de competitividade dos produtos brasileiros.

Devemos, sim, negociar a Alca. Nada perdemos em negociar, mas sempre com a consciência desperta e clara a respeito de nossos interesses. O livre comércio deve ser aceito por nós somente na medida em que nos possa ajudar em nossa luta pelo desenvolvimento, com justiça social. E o mais importante de tudo: o Mercosul deve ser prioridade número um para a diplomacia econômica brasileira. A integração com iguais costuma ser mais harmônica do que a integração em que a assimetria de poder entre os participantes é muito grande.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há mais de quatro anos venho eu, desta tribuna e por meio do Projeto de Lei do Senado nº 27/96, pleiteando a maior atenção das nossas autoridades para um aproveitamento mais efetivo das energias alternativas. Meu projeto, que infelizmente tramita a passos lentos, objetiva promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaica e eólica. Foi elaborado após aprofundados estudos de especialistas no assunto, qualificados colaboradores de órgãos técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Cemig, do Foro Permanente de Energias Renováveis e da Consultoria Legislativa do Senado Federal. A proposição inclusive já inspirou algumas iniciativas do Poder Executivo em relação ao assunto, embora nelas não se tenha mencionado, nem

de passagem, que a precedência do debate coube ao Poder Legislativo por meio do referido projeto do Senado.

Numa das minhas interferências orais sobre o tema, eu citei o que estaria ocorrendo nos Estados Unidos, país onde, ao contrário do nosso tropicalíssimo Brasil, não impera o ano inteiro o sol escaldante, matéria-prima da energia solar. A imprensa à época noticiou os altos investimentos do Governo norte-americano nas pesquisas e na implantação da energia solar em seu território. Bairros, edifícios e mesmo cidades estariam sendo beneficiados com a utilização da energia solar. A própria **Broadway** estava incluída nessa programação, pois se desejava que seus famosos letreiros luminosos, que gastam um volume considerável de energia elétrica, passassem a economizá-la com o suporte da eletricidade produzida por conversão fotovoltaica.

Esse noticiário, Sr. Presidente, exibiu as tempestades e os entulhos de neve que atravancam, no período invernal, os campos e as cidades norte-americanas. Mesmo assim, a tecnologia norte-americana não fugia ao desafio de descobrir o modo e as condições para aproveitar, naquele país, os benefícios de um sol que não lhes é tão constante como o nosso.

No Brasil, ao contrário, nós subestimamos o privilégio que nos assegura a média, praticamente em todo o território nacional, das 2.500 horas de sol por ano – requisito mínimo para o emprego econômico da energia solar –, para ampliarmos, por processos limpos e não poluentes, nossa capacidade energética.

Também subestimamos o vento, esse vento refrescante, constante, que enverga árvores e resistentes coqueiros, que constrói e move dunas por todo o litoral brasileiro, adequado e propício à utilização da energia eólica – um convite da natureza ainda não aproveitado.

Retorno hoje à tribuna sobre o mesmo tema, Sr. Presidente, motivado por uma reportagem assinada pela jornalista Elaine Resende, da **Folha de S. Paulo**, edição de 2 de abril corrente, sob o título "País investe pouco em energia alternativa".

Registra um trecho da matéria:

O Ministério de Minas e Energia investiu, de 1994 a 2000, R\$ 50 milhões nas chamadas energias alternativas – solar, eólica (vento), de micro-hidrelétricas e de biomassa (obtenção de energia a partir de resíduos sólidos). Neste ano, o governo federal vai destinar R\$ 10 milhões. É um investimento

para negociar e, uma vez encerrada a negociação com êxito, a zona de livre comércio deverá ser implementada num prazo, também razoável, de cerca de dez anos. Todavia, é imprescindível que o Brasil envolva todos os esforços no sentido de fortalecer o Mercosul e ampliá-lo para abarcar outros países da América do Sul. O Presidente da Venezuela Hugo Chavez declarou, em recente visita ao Brasil, que deseja que seu país se torne membro pleno do Mercosul. O Chile e a Bolívia talvez possam ir pelo mesmo caminho. Importante é ressaltar que quanto mais o Mercosul se fortalecer, mais força teremos todos nós, países sul-americanos, para negociar em melhor posição com a potência norte-americana. Esperemos que a Argentina possa resolver seus problemas, de preferência flexibilizando seu câmbio, o que traria um enorme alento para o Mercosul.

Por sua vez, urge que se faça a reforma tributária no Brasil, pois nosso sistema tributário caótico, em que abundam os impostos *em cascata*, é fator de deterioração das condições de competitividade dos produtos brasileiros.

Devemos, sim, negociar a Alca. Nada perdemos em negociar, mas sempre com a consciência desperta e clara a respeito de nossos interesses. O livre comércio deve ser aceito por nós somente na medida em que nos possa ajudar em nossa luta pelo desenvolvimento, com justiça social. E o mais importante de tudo: o Mercosul deve ser prioridade número um para a diplomacia econômica brasileira. A integração com iguais costuma ser mais harmônica do que a integração em que a assimetria de poder entre os participantes é muito grande.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há mais de quatro anos venho eu, desta tribuna e por meio do Projeto de Lei do Senado nº 27/96, pleiteando a maior atenção das nossas autoridades para um aproveitamento mais efetivo das energias alternativas. Meu projeto, que infelizmente tramita a passos lentos, objetiva promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaica e eólica. Foi elaborado após aprofundados estudos de especialistas no assunto, qualificados colaboradores de órgãos técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Cemig, do Foro Permanente de Energias Renováveis e da Consultoria Legislativa do Senado Federal. A proposição inclusive já inspirou algumas iniciativas do Poder Executivo em relação ao assunto, embora nelas não se tenha mencionado, nem

de passagem, que a precedência do debate coube ao Poder Legislativo por meio do referido projeto do Senado.

Numa das minhas interferências orais sobre o tema, eu citei o que estaria ocorrendo nos Estados Unidos, país onde, ao contrário do nosso tropicalíssimo Brasil, não impera o ano inteiro o sol escaldante, matéria-prima da energia solar. A imprensa à época noticiou os altos investimentos do Governo norte-americano nas pesquisas e na implantação da energia solar em seu território. Bairros, edifícios e mesmo cidades estariam sendo beneficiados com a utilização da energia solar. A própria **Broadway** estava incluída nessa programação, pois se desejava que seus famosos letreiros luminosos, que gastam um volume considerável de energia elétrica, passassem a economizá-la com o suporte da eletricidade produzida por conversão fotovoltaica.

Esse noticiário, Sr. Presidente, exibiu as tempestades e os entulhos de neve que atravancam, no período invernal, os campos e as cidades norte-americanas. Mesmo assim, a tecnologia norte-americana não fugia ao desafio de descobrir o modo e as condições para aproveitar, naquele país, os benefícios de um sol que não lhes é tão constante como o nosso.

No Brasil, ao contrário, nós subestimamos o privilégio que nos assegura a média, praticamente em todo o território nacional, das 2.500 horas de sol por ano – requisito mínimo para o emprego econômico da energia solar –, para ampliarmos, por processos limpos e não poluentes, nossa capacidade energética.

Também subestimamos o vento, esse vento refrescante, constante, que enverga árvores e resistentes coqueiros, que constrói e move dunas por todo o litoral brasileiro, adequado e propício à utilização da energia eólica – um convite da natureza ainda não aproveitado.

Retorno hoje à tribuna sobre o mesmo tema, Sr. Presidente, motivado por uma reportagem assinada pela jornalista Elaine Resende, da **Folha de S. Paulo**, edição de 2 de abril corrente, sob o título "País investe pouco em energia alternativa".

Registra um trecho da matéria:

O Ministério de Minas e Energia investiu, de 1994 a 2000, R\$ 50 milhões nas chamadas energias alternativas – solar, eólica (vento), de micro-hidrelétricas e de biomassa (obtenção de energia a partir de resíduos sólidos). Neste ano, o governo federal vai destinar R\$ 10 milhões. É um investimento

tímido, de acordo com especialistas da área que acreditam no uso de fontes renováveis como uma opção ao sistema convencional de energia elétrica. O País tem hoje cerca de 20 milhões de brasileiros sem energia elétrica. Por outro lado, o Brasil recebe, por ano, aproximadamente 15 trilhões de MW em energia solar. Segundo Ricardo Dutra, engenheiro do Cresesb (Centro de Referência de Energia Solar e Eólica Sérgio Sauvo Brito), usando apenas uma parte desse potencial seria possível gerar um suprimento equivalente a quatro vezes a energia gerada no mesmo período por uma grande usina hidrelétrica. Para Dutra, o que dificulta a utilização da energia solar é a falta de divulgação pelo governo. "A maioria das pessoas não sabe que existe essa opção".

E acrescenta a reportagem que, na fase inicial, o aproveitamento das fontes alternativas só é possível através de investimentos governamentais. Na Alemanha, por exemplo – outro país que não prima pela abundância do sol o ano inteiro –, 3.000 casas já contam com painéis captadores de luz solar acoplados à rede convencional, gerando economia de até 50% no consumo energético. E o Governo alemão programa agora instalar os painéis em 100 mil novas casas.

Enfim, torna-se óbvio, notadamente nestes tempos de ameaças de racionamento, a necessidade do aproveitamento do que nos oferece a natureza. Seria uma solução para as comunidades rurais distantes da rede elétrica, uma solução para o aquecimento de água nos chuveiros elétricos, o principal vilão denunciado pelas empresas de distribuição de energia.

A citada reportagem da jornalista Elaine Resende narra uma informação da Eletrosol, fabricante de aquecedores solares, dando conta de que o Brasil é o país que mais utiliza o chuveiro elétrico no mundo. 25% da energia produzida é consumida nas residências. Desse total, um terço é gasto somente com o chuveiro elétrico, ou 8% da produção nacional, segundo os dados oferecidos.

O coordenador-geral de Programas Energéticos da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia, Pedro Bezerra – citado na matéria jornalística –, reconhece que a tecnologia da energia solar é onerosa. Para sua implantação, seria necessária uma

linha de crédito de longo prazo para investimentos em energia alternativa. Diz o coordenador: "Os empréstimos no Brasil são de 8, 12 anos, com uma taxa de juros um pouco mais elevada. É necessário que haja uma expansão desses prazos, que se chegasse a pelo menos 20 anos".

Como já falei desta tribuna, há de se dedicar maior atenção ao aproveitamento das energias alternativas. A energia solar direta, obtida por captação termossolar e aplicada sobretudo ao aquecimento de água, e a eletricidade produzida por conversão fotovoltaica – juntamente com a energia eólica –, constituem as modalidades energéticas renováveis e não poluentes que merecem ser estimuladas. São as formas mais promissoras em termos de desenvolvimento tecnológico e comercial, capazes de contribuir para a melhoria das condições econômicas e sociais de significativa parcela da população brasileira e para a diminuição dos desníveis regionais.

Sr. Presidente, meu objetivo, neste pronunciamento, é mais uma vez chamar a atenção das nossas autoridades para a fundamental importância de se investir, até mesmo com agressividade, na tecnologia das energias alternativas que a natureza pôs à disposição do Brasil. Quando menos, fazer o que outros países, menos privilegiados do que o nosso com as ofertas da natureza, já fazem com sucesso. O que tem ocorrido, até agora, reflete um desinteresse que não atende aos reclamos de uma economia voltada inclusive para as futuras gerações. Torna-se necessária, portanto, uma nova visão do problema, que suscite ânimo e vontade política para o aproveitamento do que nos oferece a bendita natureza.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Os Srs. Senadores Roberto Saturnino, Geraldo Cândido e Osmar Dias enviaram à Mesa proposições que, em face do disposto no art. 235, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, serão lidas na próxima sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 18 minutos.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 745, DE 2001

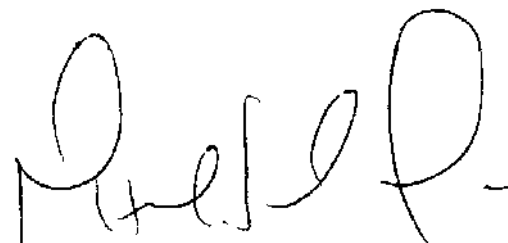
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997, da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 007663/00-5,

RESOLVE:

Art. 1º - designar a servidora SINAIDE NASCIMENTO DA SILVA SANTOS, matrícula nº 4705, como gestora titular do Contrato nº 027/00, celebrado entre o Senado Federal e a LIVRARIA DA ILHA LTDA, em substituição à servidora MARIA DE FÁTIMA PEREIRA JAEGGER, matrícula nº 4878, designada pelo Ato do Diretor-Geral nº 636/2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 746, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997, da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no Processo nº 009644/00-8,

RESOLVE:

Art. 1º - designar a servidora SINAIDE NASCIMENTO DA SILVA SANTOS, matrícula nº 4705, como gestora titular da Carta-Contrato nº 059/00, celebrada entre o Senado Federal e a LISER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, em substituição à servidora MARIA DE FÁTIMA PEREIRA JAEGGER, matrícula nº 4878, designada pelo Ato do Diretor-Geral nº 777/2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de abril de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

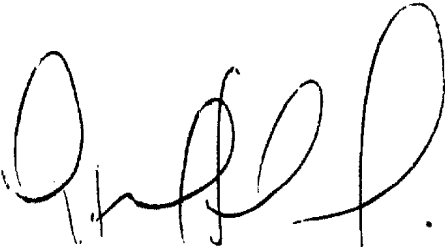
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 747, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005.757/01-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAULO DE AQUINO NUNES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, 19 de abril de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 47, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE,

Art. 1º - Constituir Comissão Especial, com prazo de 120 dias para a conclusão dos trabalhos, incumbida de elaborar e implementar o sistema de auto-atendimento e sinalização, informatizado, destinado a orientar e informar o público e as autoridades que visitam diariamente o Senado Federal.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão, na qualidade de Presidente, o servidor Luis Ignacio Moreno Fernandez, matrícula 3941.

Art. 3º - O Presidente nomeará 6 (seis) membros e 1(um) secretário para compor a Comissão.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de abril de 2001.


Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral